

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O QUE AS ÁGUAS NÃO CONSEGUIRAM APAGAR: NARRATIVAS DE
MORTE E VIDA DE MORADORES E MILITANTES DE PEDRO VELHO**

ELLEN LAYANNA DE LIMA

CAMPINA GRANDE-PB

2018

ELLEN LAYANNA DE LIMA

**O QUE AS ÁGUAS NÃO CONSEGUIRAM APAGAR: NARRATIVAS DE
MORTE E VIDA DE MORADORES E MILITANTES DE PEDRO VELHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Sociedade. Orientadora: Keila Queiroz e Silva.

CAMPINA GRANDE-PB

2018

L732q

Lima, Ellen Layanna de.

O que as águas não conseguiram apagar : narrativas de morte e vida de moradores e militantes de Pedro Velho / Ellen Layanna de Lima. - Campina Grande, 2018.

116 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Profa. Dra. Keila Queiroz e Silva".

Referências.

1. Comunidade Pedro Velho - Memória. 2. História - Atingidos por Barragens. 3. Memória - Narrativa. I. Silva, Keila Queiroz e. II. Título.

CDU 930.2:504.4(043)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE
HUMANIDADES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O QUE AS ÁGUAS NÃO CONSEGUIRAM APAGAR: NARRATIVAS DE
MORTE E VIDA DE MORADORES E MILITANTES DE PEDRO VELHO**

Dissertação aprovada em: 27/072018_

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Keila Queiroz e Silva (Orientador)

Professor Dr. Alarcon Agra do Ó

Prof. Dr Jonas Duarte da Costa

CAMPINA GRANDE-PB

2018

Seria vão voltar às costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado.

(Simone Weil)

A Deus e ao meu filho João Hebert; meu esposo Elnathan; e meus pais, Edna e Lindomar como símbolo de meu infinito amor por vocês

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Descrevo nestas breves linhas sentimentos de gratidão que por um instante parecem invadir minha alma. Neste momento, me permito visitar impressões do passado que foram, por vezes, esquecidas e me deliciar diante da oportunidade de (re) vive-los através da lembrança. Os agradecimentos deste trabalho contemplam parte das sensações que me envolvem e constituem meu ser, pois neste mundo deixarei apenas e de modo intransferível aquilo que pensei e escrevi.

Viver a condição de autora nunca foi tão forte como está sendo. A autoria me parece assustadora ao mesmo tempo em que me encanta por este fazer. Vejo diante de mim o poder do registro de selecionar e buscar fontes, reunir amontoados de livros revistas, papéis, fotografias, folhetins, cadernos, estes materiais me fazem sentir detentora de um fazer cativante: escrever a história. A história dos atingidos por barragens parece se cruzar com a minha. Sim! Todos estes registros que me debruço me fazem refletir sobre a existência humana, as condições políticas, sociais que nos cercam e influenciam nosso cotidiano de forma direta e por isto me transformam enquanto SER, me tornando atuante e atenta as mudanças e aos abismos “políticos” que nosso país tem passado. Neste momento, sou autora de uma dissertação de mestrado que certamente irá ser lida por algumas (ou muitas?) pessoas e possivelmente poderá também causar impactos nos antigos conceitos de movimento social.

Falando em autorias, não posso deixar de falar do autor supremo que criou algo infinitamente mais sublime: Deus, o autor da vida e da fé.

Além de dar vazão nestes agradecimentos a minha interioridade, como posso ignorar o caráter coletivo exterior que esta produção acadêmica abrange? Decerto que a escrita foi um momento solitário e isolado, mas a pesquisa não. Encontramos e nos relacionamos com pessoas o tempo inteiro, com suas emoções, aspirações, opiniões e por cada lugar que passamos deixamos um pouco de nós e levamos um pouco do(s) outro(s), por isso afirmo que esta dissertação tem um pouco de todos que pretendo mencionar nestes agradecimentos. Pelas estradas que trilhei e pelos rumos que tomei buscando evidências, indícios que tornassem possível essa pesquisa, posso dizer que vivi experiências marcantes e diante delas e de meu objetivo de estudo sempre procurei

ser ética e justa e confesso que nestes últimos 3 anos se intensificaram os movimentos de investigação de forma que estes se tornaram uma extensão das atividades básicas que realizava cotidianamente quando não em campo com gravadores e papéis os trabalhava na imaginação, nos pensamentos e nas subjetivações. Dito isto, posso afirmar que este fato faz com que essa dissertação se torne um produto de um denso e longo processo de questionamentos, reconfigurações de olhares, inquietação, mudança de posicionamentos, reflexões e muita aprendizagem, que mais uma vez retifico não se fizeram sozinhas, mas foram costuradas como uma colcha de retalhos e agora iremos materializar por meio da escrita, as costuras dessa colcha:

Em primeiro lugar, agradeço ao **criador** pelo privilégio da existência e por me mover em momentos de estagnação e descrença que ameaçaram a conclusão desta pós graduação. Estou bem certa que a fé e a confiança em Deus pode nos levar ao pódio da vida.

Ao meu primogênito **João Hebert**, por ter trazido aos meus dias alegria e leveza, os seus olhinhos me encham de esperança, seu sorriso renova minhas forças, sua existência me ensinou o significado de amar incondicionalmente e tê-lo em minha vida me tornou um ser humano melhor . Aos meus queridos **pais** que são mais que amigos e conselheiros a quem estou sempre em débito, muito grata pela confiança que depositaram em mim e pelos sorrisos orgulhosos que tenho recebido no decorrer desses anos. Gostaria de dizer que vocês, **Edna e Lindomar**, são grandes participantes de minhas conquistas e contribuíram imensuravelmente para minha formação enquanto ser humano e enquanto profissional. Agradeço a meu esposo **Elnathan Egito** por desde o ato da inscrição na seleção do mestrado apostar na minha capacidade intelectual de modo a me dizer sorrindo, enquanto estudava para prova classificatória “Você vai passar nesse mestrado, Ellen” e ainda lembro que nesse momento meus olhos brilharam diante da possibilidade de cursar uma pós-graduação de qualidade e gratuita, como também diante da confiança que ele transpareceu através de suas palavras.

Além destas pessoas, pela fé que é “a certeza daquilo que não vemos, mas mesmo assim cremos” gostaria de dedicar todos os esforços aqui empreendidos a minha descendência, João Hebert e meus futuros filhos. Desejo que, ao olharem para esse trabalho, consigam alcançar grandes lições tendo consciência de zelar pela materialidade deste, percebendo que nosso esforço nunca é/será em vão. Que esta obra

inspire a meus sucessores a seguir carreira nos estudos e nunca desistirem de seus propósitos independente de qualquer obstáculo que venha surgir, pois digo que eles são naturais e tornam nossas vitórias mais saborosas.

Não poderia esquecer de minha **irmã Élide** que muito se orgulha de mim. Sou grata pela compreensão, admiração e pela disponibilidade de conversar no momento que tudo que mais queria era descontraír! Agradeço também a meus **sogros Cosma e pr Barbosa**, saibam que Deus me ensinou a amar vocês como meus pais, grata pelo apoio, pelas orações e compreensão de sempre, vocês são um presente lindo que Deus colocou no meu caminho.

No ambiente acadêmico muitos nomes consigo citar, meus queridos colegas de mestrado, dentre os quais destaco: Laysa, Tatiane, Regina Reis, Aline Guedes, Marinalva Vilar e Evandro. Sou grata pela simpatia, parceria, conversas, sorrisos e desabafos, foi ótimo conhecer vocês! Sou imensamente grata a Deus pela oportunidade de conviver e de aprender um pouco com cada um.

Relações produtivas também mantive com os **professores do PPGH** e com os do curso de Letras, primeiramente agradeço a **Keila Queiroz** por me acompanhar desde a graduação e acreditar em mim desde sempre. Seu sorriso e suas palavras nunca me deixaram duvidar que eu fosse capaz de percorrer longas estradas. Agradeço a senhora por acreditar na pesquisa, por me incentivar com atos e palavras e por ser sempre esta pessoa cheia de sensibilidade e inspiração. Seu trajeto de vida me inspirou e me inspira a buscar possíveis caminhos depois de mestra.

Aos professores doutores que fazem parte da banca avaliadora, agradeço pelo tempo dedicado a leitura desta pesquisa, a disponibilidade e as sugestões que me foram dadas. Cada palavra dita, decerto somará na qualidade desta pesquisa.

Sou grata ao professor **Antônio Clarindo**, pois através de suas aulas na disciplina “ Cultura e cidades”, pude enxergar a cidade de modo diferente buscando, desde então, compreendê-la em sua complexidade arquitetônica, cultural, literária, histórica e social. Nunca mais olhei o ambiente urbano da mesma forma! Além disto, em sua disciplina tivemos a oportunidade de viajar e visitar espaços históricos que ficarão registrados para sempre em nossos corações e mentes. Muito obrigada professor.

Fora das salas de aula pude contar com **Francicleide e Roberta, colegas que sempre encontrei no PIATI** (Programa Interdisciplinar de Apoio a Terceira Idade) elas me traziam sempre uma conversa agradável pelas minhas manhãs enfadonhas e me incentivavam, talvez mesmo sem perceber, a continuar lutando.

Distante desse ambiente acadêmico agradeço em minha cidade a **igreja Congregacional de Queimadas** pelas orações, pela torcida e pelo carinho.

Agradeço imensamente pelo apoio a esta pesquisa meu amigo **Oswaldo Bernardo**, um dos líderes do movimento dos Atingidos por Barragens em Pedro Velho, sua bravura e entusiasmo no ato de defender seus princípios, me cativa. Aos **moradores da comunidade** estudada, atingidos por barragem, pessoas que carregam em seus olhos experiências duras de desprendimento, mas não deixaram que isso afetasse sua cordialidade e generosidade para com o outro. Vocês são grandes exemplos que, não importa a situação, é sempre possível recomeçar. Muito obrigada por terem aberto suas portas, corações, memórias e lembranças muitas vezes doloridas, para contribuir com essa pesquisa, com isso percebi que mesmo diante da dor muitos de vocês se esforçaram para tocar no passado com envolvimento, inteireza e isso foi essencial para a construção desse trabalho. Digo com toda certeza que vocês são os personagens principais, o centro, protagonistas e os grandes responsáveis pela minha inspiração neste trabalho.

Grata a **CAPES** por ter financiado esta pesquisa durante esses anos, de modo a me possibilitar estudar com mais profundidade e entusiasmo aquilo que almejava.

Agradeço a **cidade de Campina Grande**, pois foi neste cenário campinense que cresci intelectualmente e humanamente, eu, uma forasteira perdida em uma cidade íngreme subindo e descendo ladeiras, lendo seus textos, suas arquiteturas tão diferentes das que eu estava acostumada a vislumbrar no meu antigo agreste. Sou grata a te Campina porque foi sobre este teu asfalto quente que comecei a escrever a minha história e debaixo de idas e vindas muitas vitórias alcancei e uma delas é esta: minha dissertação.

Por fim, gostaria de dizer que meu desejo ao fim deste percurso é que eu não leve desta pós graduação apenas um amontoado de palavras, mas que essas palavras façam sentido e tragam sentido a esta pesquisa e ao leitor que sobre ela se debruçar, e acima de tudo anseio que este ponto de chegada agora alcançado, represente para muitos

estudantes, graduandos e graduados pessoas pobres e humildes, que por algum motivo não enxerguem novos horizontes depois da graduação, a possibilidade de sonhar e a sensação que nossos sonhos podem sim se realizar.

*"...E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina."*

(Morte e Vida Severina)

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

A comunidade de Pedro Velho no ano de 2004 passou por uma experiência significativa de perda material e simbólica com a chegada das águas da barragem Argemiro Figueiredo (Acauã) na Paraíba. Este fato acarretou o aprofundamento das desigualdades sociais, ao passo que produziu centenas de famílias que além de pobres, ficaram sem terra para manter a atividade agrícola, atividade que garantia o sustento da maioria dos Pedro velhences. Para além de um prejuízo econômico, a população ainda enfrentou a suplantação de bens culturais e a perda de suas referências tradicionais. Nos rumos da história o silêncio é uma barreira, a que os vencedores submetem os vencidos, barreiras estas que devem ser rompidas. Acreditando no rompimento das “barreiras do silêncio” esta dissertação contou a história da fatalidade que aconteceu em PV no mês de Janeiro de 2004 e seus desdobramentos a partir do olhar de moradores e militantes. Nossa pesquisa teve como principal ferramenta metodológica a história oral, contamos também com a análise de imagens e fotografias de acervos particulares e do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) como também utilizamos notas da imprensa divulgadas no calor do momento e posteriormente. Na perspectiva teórica defendemos a indissociabilidade entre a história cultural e social, utilizamos autores como Bosi (1994) Cerqueira (2010) Nora(1993) Benjamin (1994). No fim de nosso percurso, foi verificado que mesmo depois de mais de 10 anos da construção de Acauã, a população ainda enfrenta antigos dilemas das mais diversas origens, incluindo aquilo que tange a má qualidade da terra na qual foram reassentados, o descaso governamental e o principal, e este irrecuperável: O desvinculo com os símbolos do passado construtores de identidades sociais e individuais. Vale retificar que além daquilo que foi apagado pelas águas, este estudo enxerga além, retrata o intocável, o que é para muitos incompreensível, aquilo que as águas não conseguiram apagar: o imaterial, a memória, a narrativa e o saudosismos dos atingidos.

Palavras chave: História, Pedro Velho, Atingidos por barragens, Memória, Narrativa.

RESUMÉ

La communauté de Pedro Velho a vécu en 2004 une significative expérience de perte matérielle et symbolique avec la arrivée des eaux du barrage *d'Argemiro Figueiredo (Acauã)*, à Paraíba. Cet évènement a provoqué un approfondissement des inégalités sociales, tandis que des centaines de familles, en plus de s'appauvrir, sont restées sans leurs parts de terre, pour maintenir l'activité agricole qui était la source des revenus de la plupart des habitants de Pedro Velho. En plus des pertes économiques, la population a fait face à l'étouffement de ses biens culturels et à la perte de ses références traditionnelles. Tout au long de l'histoire, le silence est une barrière à laquelle les vainqueurs soumettent les vaincus et ces barrières doivent être rompues. En croyant à la rupture de ces "barrières du silence", ce mémoire a raconté l'histoire de la fatalité survenue à la communauté de Pedro Velho en Janvier 2004, et ses conséquences sous l'optique des habitants et des militants. Le principal outil méthodologique de notre étude a été l'histoire orale. Nous nous sommes aussi appuyés sur l'analyse de quelques images et photographies de collections privées et du MAB (Mouvement des personnes Touchées par des Barrages). Nous avons également utilisé des notes de la presse qui ont été diffusées pendant la période et après. Pour la perspective théorique, nous défendons l'indissociabilité entre l'histoire culturelle et sociale. Nous nous appuyons sur des auteurs comme Bosi (1994), Cerqueira (2010), Nora (1993) et Benjamin (1994). À la fin de notre parcours, nous avons pu vérifier que même après 10 ans de la construction d'*Acauã*, la population vit encore des anciens dilemmes d'origines diverses, dont la mauvaise qualité des terres où les personnes ont été réinstallés, l'oubli du gouvernement et surtout, et l'irrécupérable, la séparation des symboles du passé qui ont construit leurs identités sociales et individuelles.

Il est important de noter que cette étude voit au-delà de ce qui a été détruit par les eaux. Elle montre ce qui est intouchable et incompréhensible pour plusieurs, ce que l'eau n'a pas pu effacer: l'immatériel, la mémoire, la narrative et la nostalgie des personnes touchées.

Mots-clés: Histoire, Pedro Velho, Personnes touchées par des barrages, Mémoire, Narrative.

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS	16
INTRODUÇÃO	15
1.1 O EU AUTOR: A ESCOLHA DO TEMA	15
1.2 PERCURSOS METODOLOGICOS TRILHADOS	17
1.3 APORTES TEÓRICOS	21
1.4 OS LAÇOS COMUNITÁRIOS	27
1. UM CALEIDOSCÓPICO MOVIMENTO SOCIAL: PARADIGMAS, IDENTIDADES E VOZES DOMINANTES	32
1.3 HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL	36
1.1 O MAB VISTO DE CIMA: COMO AS VOZES DOMINANTES FALAM DESSE MOVIMENTO?	41
1.2 A RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS NA CONSTRUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO ATINGIDO POR BARRAGEM	46
2 CONVERSANDO COM OS PROTAGONISTAS PEDROVELHENSES E NARRANDO AS TRAMAS DE RESISTÊNCIA DO MAB	52
2.1 A DIMENSÃO AFETIVA NA EXPERIÊNCIA DE VIVER NOS ESPAÇOS: VISITANDO A PEQUENA CIDADE, O RURAL E A AGROVILA	52
2.2 O PROTAGONISMO DOS ATINGIDOS	56
2.3 “NÓS NÃO VESTIA PALITÓ, MAS TINHA A LIBERDADE QUE É COISA MUITO MELHOR!”: REVISITANDO MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE PEDRO VELHO I	57
2.3.1 PEDRO VELHO QUE LUGAR É ESSE?	57
2.3 VISITANDO ALBÚNS E RECORDAÇÕES DE PEDRO VELHO I: DAS RUAS ANTIGAS, DA TRANSIÇÃO ATÉ A COMUNIDADE ATUAL	64
2.4 PEGADAS DO MAB EM PEDRO VELHO	73
3 “UMA COISA É VOCÊ SE MUDAR DE ONDE VOCÊ MORA OUTRA COISA É VOCÊ SER EXPULSO”: ESPELHOS QUE REFLETEM O MORAR E A LUTA POR DIREITOS	81
3.1 AS IMPLICAÇÕES DO VERBO MORAR	84
3.2 DIREITOS HUMANOS VIOLADOS	93
3.3 A PRODUÇÃO DO MODERNO E OS REFUGOS HUMANOS	97
3.4 CONTEXTO HISTÓRICO E OS EMBATES DISCURSIVOS ENTRE A POLÍTICA LOCAL DOMINANTE E O MAB	100
3.5 RELATOS DOS MILITANTES E A RELAÇÃO COM A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	103
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107

REFERÊNCIAS	111
Fontes consultadas:	114
Arquivos e bibliotecas	115
Acervos Particulares	115

LISTA DE ABREVIATURAS

ASA- ARTICULAÇÃO DO SEMI ÁRIDO

CEBs- COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

CMI- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

CUT- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

IPEA- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

MAB- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

MST- MOVIMENTO SEM TERRA

PV- PEDRO VELHO

**SINTER- SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES
TERRITORIAIS**

UFCG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

UH- USINAS HIDRELÉTRICAS

INTRODUÇÃO

A riqueza de uma vida, por mais silenciosa que ela tenha sido, por menos barulho que ela tenha feito, por mais distante que ela tenha vivido das multidões, tem um valor inestimável. Uma vida é uma vida. As vidas nesse sentido todas tem o mesmo valor. Gilberto Gil

Historiadores não lidam apenas com estruturas e instituições em suas épocas, mas se relacionam com todas as formas, enigmas, descaminhos e maravilhas da vida social humana e de suas transformações no decorrer do tempo. Neste sentido, nosso objetivo é historicizar a respeito de um movimento social que nasce a partir do confronto de classes no início do século XXI e se perpetua na contemporaneidade através de organizações sociais reivindicatórias realizadas nas ruas, bem como, atividades formais, reuniões, até comportamentos ocorridos no cotidiano das pessoas que se embasa na luta e na resistência.

Neste contexto, consideramos que estudar o MAB, oriundo da construção da barragem Argemiro Figueiredo (Acauã) na Paraíba, é contar uma história que vem sendo escrita há mais de 14 anos, cujos desdobramentos são sempre enigmáticos e ainda estão a delinear-se movidos pela dinâmica do tempo. Lançar o olhar para os Atingidos por barragens é visitar o improvável e até mesmo o esquecido, é sair do soltão e ir ao porão. O porão onde habitam vozes silenciadas e também vozes que gritam no anseio de serem ouvidas.

1.1 O EU AUTOR: A ESCOLHA DO TEMA

A escolha desta temática se deu pelo fato de que em minha adolescência ouvi boatos sobre a obra d barragem de Acauã. As consequências desta obra para as famílias ribeirinhas, ecoaram pelas redondezas da cidade de Aroeiras, cidade a qual nasci e me criei. Os relatos chegavam a casa de meus pais de forma muito incompleta e eu não entendia, aliás: O que de fato estava acontecendo? Na minha pouca idade, 13 anos, minha mente ainda não alcançava de forma plena o porquê que uma barragem foi construída em um local ocupado por pessoas. Parecia muito óbvio, em minha compreensão de mundo, que lugares ocupados por comunidades não podiam ser modificados e o meu pensamento girava em torno da seguinte afirmação: Já que tem gente morando não se pode construir nada no lugar! Essa minha visão de mundo não me permitiu ter uma opinião crítica e real daquilo que estava acontecendo. Meu superficial

conhecimento histórico, um pouco formado pelas notícias radiofônicas e midiáticas, deixaram lacunas no encaixe das peças que iriam subsidiar a complexa construção da história de Pedro Velho.

Quando eu entrei no curso de história tudo foi uma surpresa, não tinha pretensões de estudar este tema de antemão. Com o tempo fui entendendo como pesquisar, o ofício do historiador e no decorrer das disciplinas me veio a exigência de escolher uma temática para meu trabalho monográfico. Eram muitas minhas fomes de saber, mas havia uma que pulsava: Quero escrever algo jamais escrito antes, mas o que? Foi quando o líder do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) me sugeriu estudar a temática, dirigindo-se a mim da seguinte forma: “- Ellen, porque você num estuda o caso lá de Pedro Velho (PV)?” Agora, eu tinha opiniões mais amadurecidas, e finalmente a oportunidade de saber o que “realmente” aconteceu, neste momento eu não mais inocentava os acontecimentos. Mas também não poderia escrever uma história de vilões e inocentes, nem de bons e maus, muito menos tratar a história dentro do olhar de predador e preza. Enfim, fui as fontes. Na análise das fontes encontrei o que de fato queria, parecia o “xeque mate”, me vi diante da oportunidade de registrar na escrita o que ainda era subterrâneo e oculto: as memórias dos atingidos. A história da população atingida, não é uma história maniqueísta, pois a população tem suas formas de resistência e de responder ao desumano processo de expulsão de suas terras.

A escrita da monografia, no curso de graduação, me conduziu a outros temas e outras inquietudes, então transferi todas as dúvidas que ainda persistiam na formulação de meu projeto de mestrado. Primeiramente fui motivada pela verificação que o programa ainda não abrigava em seu acervo de dissertações uma temática voltada para movimentos sociais, em especial o de atingidos por barragens, esse fato reflete outro: Ainda há uma grande carência na historiografia paraibana de assuntos voltados aos movimentos sociais, fato esse que faz com que esta pesquisa contribua para a linha I e para expansão da temática na historiografia local. Além disto, este trabalho busca trazer relações do movimento dos atingidos por barragens com a cidade, pois a cidade é o grande palco das reivindicações. A vitrine do moderno, mas também das desigualdades sociais.

1.2 PERCURSOS METODOLOGICOS TRILHADOS

Pensemos então nas metodologias, nas teorias e nas fases do pensamento historiográfico. Entendemos a escrita historiográfica como algo articulado ao lugar de produção que se relaciona com os procedimentos de análise e a construção de um texto. Toda interpretação histórica tem sua origem e depende de um sistema de referência, e por isto esta não é produzida ingenuamente, mas a partir de um contexto social, político e cultural. O que faz a escrita estar vinculada a toda uma atmosfera política, social e temporal.

A obtenção de dados vem se dando acerca de três anos, pois a proposta de escrever sobre Pedro Velho, seu povo, o movimento social e suas peripécias no decorrer do tempo, não é uma vontade recente, mas é uma meta acadêmica traçada desde do ano de 2014, que tem se arrastado e me acompanhado em leituras e devaneios diários.

Quando lembro do percurso trilhei com essa temática, o quanto já refleti sobre a história Pedrovelhence e o quanto isso me abastece de vontade de continuar estudando e descobrindo novos olhares e caminhos, remeto a frase de Rubem Alves: "Só aprende quem tem fome" esse psicanalista e educador quando escreveu essa frase se referia as escolas, apontando que elas dão a faca e o queijo, mas não despertam a curiosidade das crianças. De igual modo aplico esse olhar na pesquisa e no pesquisador: o fato aconteceu, sobre a escrita em história já tem o domínio, sobre os procedimentos de pesquisa certamente já se sabe, porém isso não é o suficiente, pois só escreve quem tem fome. Essa pesquisa reflete uma fome, pois a temática tem que penetrar no autor, envolve-lo, fazer pulsar em seu ser a vontade do registro que não é apenas um registro, mas um reflexo de uma atitude ousada de querer se perpetuar, falar a outros sujeitos que não estão necessariamente no mesmo tempo e no mesmo espaço que o autor, perpassar tempos e espaços e alcançar aqueles que por algum motivo abrirão o livro da complexa e latente história do MAB na Paraíba.

Ainda citando Rubem Alves, esse quando fala em Amor(que é um sentimento que tem que existir na pesquisa) declara que: "Amar é ter um pássaro pousado no dedo. Quem tem um pássaro pousado no dedo sabe que, a qualquer momento, ele pode voar", eu falo de pesquisa, pesquisar é procurar em uma mata fechada por um pássaro que venha pousar em seu dedo, procurar muito... verificar os vestígios, em quais árvores ele pode pousar, trazer comida para atraí-lo, olhar constantemente para o céu. Depois de

muito suor, finalmente, quando se achar a pequena ave trazê-la para casa e escrever sobre ela e quando menos esperar esse pássaro já tem alçado vôos novamente e atingido dimensões incontroláveis ao autor, tão longínquas quando o alcance de uma escrita que foi divulgada . De volta a mata, esse pássaro poderá ser achado novamente por outro caçador e caberá a ele falar de outras percepções sobre esse “passáro-pesquisa”.

No que tange à investigação da história do movimento social, todo o caminho trilhado me fez trabalhar os sentidos, o da visão e audição foram os mais explorados, e a beleza disto reside no fato que não se pode fazer história sem senti-la, sem ela passar pelo filtro de nossas emoções e nossos princípios políticos, incorporá-la e envolve-la no nosso cotidiano. Ver álbuns de fotografias, por exemplo, atribuiu vida ao que foi ouvido, documentações oficiais e não oficiais, relatos, narrativas, imagens da vida real, nos fizeram perceber as diversas facetas da história de Pedro Velho. Durante nosso processo investigativo especialmente no ano de 2015 acompanhamos o movimento social no ato de deslocamento para o MPF (Ministério Público Federal) da Paraíba situado na cidade de João Pessoa, experiência que construiu em mim o sentimento de pesquisadora-participante e uma coautora da história do MAB, neste vasto e diverso território paraibano cuja história continua a delinear-se.

Para a materialização desta pesquisa cerca de 30 pessoas foram entrevistadas, ou mesmo discursaram em instituições públicas, nos apropriamos de alguns desses relatos/falas e esses serão apresentados na pesquisa da seguinte forma: Uma vez que em alguns momentos de expressão, como por exemplo no Ministério Público Federal da Paraíba, alguns militantes não disseram seus nomes antes do pronunciamento, a oportunidade de colocar seus nomes na pesquisa não aconteceu, e por isso optamos por tratá-los pelo pseudônimo *José* para os homens e as mulheres pelo nome de *Maria*. Os discursos que possuem outros nomes são os nomes reais das pessoas que nos consentiram sua identificação neste trabalho. Em cada um percebemos como a narrativa demonstra aquilo que se sente e como se enxerga a conjuntura que o colocou como um atingido por barragem.

Para investigar as peripécias humanas no decorrer da História, a memória se constitui em uma ferramenta importante e muitos a têm como a "salvação do tempo". Sem a memória os homens perdem sua base identitária e a substância de sua historicidade. A importância de fazermos uma releitura dos acontecimentos a partir da

memória e da oralidade está relacionada ao fato que como documento/monumento representou e ainda representa o objeto de poder, a fonte oral ainda é a principal responsável por descortinar elementos da cultura popular. Como disse Le Goff (1990):

São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (p.476)

Para uma análise mais precisa fomos em busca de aspectos de um contexto mais amplo que envolve a origem do movimento, quais as atitudes e posturas e os principais sujeitos envolvidos no surgimento do MAB- PB. Em virtude disso, optamos pelo método de pesquisa da história oral. De acordo como BARBOSA (2000):

A história oral é um misto de método, fonte e técnica, embora também seja evocada como campo científico, inclusive de disputa de hegemonia acadêmica junto às agências de fomento à pesquisa historiográfica. E para Verena Alberti a História Oral é um método de pesquisa que privilegia o acesso a informações diretamente das fontes testemunhais; e esse método produz fonte, que são os depoimentos, as narrativas, as quais são colhidas através da técnica de entrevista, que ficam à disposição dos estudiosos [...]

As narrativas que colhemos, neste trabalho consistem também na narrativa do líder do movimento, que nos forneceu informações acerca de datações, posturas, fatos que envolvem o MAB como também de outros sujeitos e atores participantes desse processo. Diante da evidencia do papel da memória na reconstrução dos fatos, nos deparamos com o desafio das relações teóricas entre memória e História, e percebemos que os populares tem um modo peculiar de enxergar os acontecimentos, modo que tem muito pouco a ver com a história contida nos livros. A transformação do lugar de fala na construção textual, saindo da condição de objeto de estudo para a condição de sujeito ativo, merece uma análise peculiar sobre a reconstrução dos acontecimentos, por intermédio da memória. Concordamos com Santos (2007):

Não se busca mais uma veracidade inquestionável, mas antes uma compreensão de como o passado, aquele vivido e sobrevivido, em documentos e monumentos (LE GOFF, 1994), rastros (RICOEUR, 1997), sinais (GINZBURG, 1989) e mesmo lugares de memória (NORA, 1993) se mostram ainda como espaços privilegiados de uma compreensão do presente. Nesse caso, o presente pode ser lido como tempo que se coloca ao historiador como processo, como dinâmica que a todo o momento sente, dentro de si, o deflagrar de um passado

que convida à pesquisa porque exige respostas ao presente. Um passado que deixa emergir ressurgências de si, que impõem o repensar sobre memórias constituídas e vividas com uma intensidade política provocadora de ações e reações de grupos étnicos, religiosos, sexuais e acadêmicos nas suas defesas de direitos e deveres de memória.

A História dar-se para os grupos não como uma periodização, mas também uma seleção dos fatos significativos. A História que o povo vive e recorda, passa à margem da História oficial¹, tratando muito mais como uma percepção dos fatos passados, também constroem um presente:

Para Halbwachs (2006), a memória coletiva e a memória individual se elaboram em um exercício racionalizante e voluntário de reconstrução do passado. Esse autor, como disse Jacy A. Seixas (2001a, p.95), acredita que são os quadros sociais que permitem a lembrança à medida que o grupo social sobrevive e se articula como mantenedor de uma dada memória. Para a autora, muito mais que reconstruir o passado esses grupos deixam-no emergir, tornando-os esteios de lutas políticas referendadas por memórias que, reatualizadas, pautam as defesas de identidade e de cidadania. Isso porque mais que mantenedores de memória, como o queria Halbwachs, esses variados grupos sejam de que lutas se formem – étnicas, religiosas, culturais, por independência política, defesas de gênero – têm na memória um ponto de apoio e justificativa de suas ações. Lidam afetivamente com uma memória que irrompe trazendo consigo o passado pleno de sentimentos e afetos. (SANTOS, 2007)

No tocante às fontes documentais estas se apresentaram referindo-se a duas tipologias específicas: testemunhos (cartas e passagens em jornais), registros fotográficos e a narrativa. A partir da reconstrução feita pela mídia podemos ter uma noção, não de como o acontecimento realmente se deu (aspecto este que jamais teremos plena e fidedigna noção), mas as formas de representação dos episódios, que são selecionados a partir de uma equipe técnica encarregada da redação e também de acordo com o posicionamento político do próprio jornal ou revistas. ²Por outro lado, não desprezamos a noção que a fonte tem sua materialidade, pois mesmo traduzindo os

¹ Para saber mais: COSTA, E. V. da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. Trad. BARRETO, Anna Olga de Barros. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

² Na discussão acerca da relação entre os acontecimentos e suas publicações em meios de comunicação dialogamos com a obra: História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; Ferreira, Tânia Maria Bessone (orgs). História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder.

interesses de quem as criou estas mostram quais eram estes interesses e a partir de qual ótica estes foram representados. Defendemos que a “chave” para uma boa análise reside nas perguntas que a elas são feitas e no tratamento sistêmico e analítico das mesmas.

Enquanto o manuseio das fotografias fornecidas por pessoas que integram o movimento social, estas merecem particular atenção, uma vez que o fotógrafo se torna, neste momento, um “mediador cultural do processo comunicativo”, mediação esta entendida enquanto processo ativo de produção de representações sociais. Sendo assim, “as narrativas convencionais contribuem para que se forneça significado social a determinados acontecimentos em detrimentos de outros” (MAUAD, 2006)

1.3 APORTES TEÓRICOS

Quando lembro da cidade remeto aos estudos de Sandra Pesavento (2002) que a apresenta como sociabilidade, uma vez que é palco não apenas de relações de trabalho e de acúmulo do capital, mas sobretudo ela abriga interações humanas. Para essa autora as interações tecidas na cidade geram um pulsar de vida. A cidade é o lugar do homem, é obra feita por mãos humanas. Como tal, cada edificação espacial reflete um sentido, uma ideologia. A cidade é um elemento central, moradia de muitos e por abrigar em seus passos ações humanas ela também é palco de conflitos, ou de ações que expressam conflitos. A história do movimento não está destituída do olhar da cidade, pois é nela que muitos encontros foram colocados em prática, a maioria aliás. Pensar a categoria cidade articulando com a ação reivindicatória do grupo implica em percebermos parte das relações tecidas por cada grupo social com o ambiente urbano, e como estas relações estão vinculadas a interesses. Para Pesavento(2002)“Sendo a cidade, por excelência o lugar do homem, ela se presta á multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de categorias e significados” .

A cidade é o grande cenário de atuação do movimento social. A reivindicação do MAB entra em ação no meio urbano por ser o meio mais vislumbrado pela mídia, local onde se situam os poderes públicos e de maior densidade populacional, aspectos que fazem o movimento social ser visto e reconhecido por um maior número de pessoas. O ambiente urbano como passivo de leitura é muito evidente no que tange o planejamento dos locais de reivindicações, que são costumeiramente próximos a sedes do poder, ou então a praças publicas centrais, além do bloqueio de BRs que sinaliza para uma

“ruptura” momentânea da artéria cidadina.

O MAB Acauã tem articulação com outros movimentos sociais por todo o território brasileiro, e suas pautas vão além das que se restringe ao processo de desapropriação. A articulação com outros movimentos sociais e a união de pessoas não atingidas é algo notório e garante a pluralidade do movimento, essas pessoas reivindicam ou protestam contra ações do estado, descumprimento de direitos, corrupção etc. O movimento dos Atingidos por barragem em nível nacional tem uma voz que ecoa no mundo, mas no Brasil especificamente, o MAB de Acauã, já realizou manifestações em cidades como: Campina Grande (Paraíba), BR 230 (entrada para Joarez Távora), Itatuba (ocupando a parede da barragem), Natuba, Aroeiras, Câmara Municipal da cidade de Aroeiras, Ministério público da Paraíba. Fora do Estado já foi realizada mobilizações em Recife, Goiânia, Brasília.

Neste sentido, a própria comunidade de PV também foi palco de reivindicações, porém a comunidade é caracterizada como uma agrovila, e depois do reassentamento é tida como distrito da cidade de Aroeiras, lutando desde sua formação para a emancipação. Esboçaremos mais adiante um pouco da história dessa comunidade e como sua “transformação” (PV 1 para PV2) subsidiou a formação do MAB.

O senso comum nos informa que a atuação dos movimentos sociais “é uma ação coletiva de setores da sociedade ou organizações sociais para defesa ou promoção, no âmbito das relações de classes, de certos objetivos ou interesses - tanto de transformação como de preservação da ordem estabelecida na sociedade.”³ porém a categoria é ampla e envolve ações interesses coletivos também complexos. Trata-se não apenas de uma mobilização de pessoas, mas da execução de um projeto, ou até mesmo pode estar respaldada no anseio, baseado em algum acontecimento, violação de direitos e execução de pautas políticas e governamentais. Além de fatores externos, advindos do meio social, há os que pregam que o movimento social é um estado psicológico. Segundo a psicóloga social Jesus (2012, p. 169)

As mobilizações sociais, expressas na forma de marchas, paradas ou ocupações, podem ser entendidas como ritos, formas de comunicação simbólica que se utilizam de metáforas para romperem temporariamente com a rotina e reconstruírem identidades e papéis sociais, sendo, desse modo, fundamentadas em aspectos psicossociais, e não *apenas* políticos: "as pessoas se organizam em grupos e protestam em nome de uma causa comum, muitas vezes sacrificando seu conforto pessoal, por várias

³ Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_social> Acessado em 30/07/2017

razões, que podem estar fundamentadas em diferentes fatores, entre eles: *sentimento de injustiça, eficácia de grupo, identidade social e afetividade.* "

Pensando agora sobre a origem do movimento dos atingidos por barragem, esse tem ligação com as consequências da modernidade, por isso é necessário dizer que o século XIX trouxera novas lutas sociais e a maioria delas foram afloradas no meio urbano. A industrialização, os meios de comunicação, as reformas urbanísticas trouxeram novas demandas e configuraram formas de pensar.

O século XX é importante para entendermos a continuação da presença das densas consequências dos impulsos acelerados do capitalismo e da indústria no Brasil, o desenvolvimento desta indústria favoreceu a implantação e o planejamento das grandes obras, alimentou uma cultura política de posituação do novo como benéfico e do velho como algo a ser superado. Essa nova forma de olhar das oligarquias locais baseou a construção da barragem de Acauã, localizada no Estado da Paraíba a 127, 7 Km da capital João Pessoa.

Reconhecemos neste trabalho que a cultura de Pedro Velho I, desde o momento da construção da barragem, até os dias atuais (Pedro Velho II) aponta para a reivindicação de direitos, uma vez que a comunidade, desde sua origem já suspeitava e até sofria ameaça de desterritorialização em virtude da implantação da barragem e este fato ainda é desconhecido por muitos, por esta razão esta pesquisa tem como objetivo relatar sobre o surgimento do MAB na Paraíba. Acredito que narrar como este movimento surge e se manifesta, faz com que identifiquemos de forma mais compreensível o papel político e social que este trabalho reverbera em seu corpus: Trazer a luz, por meio da concepção que trata a história social e cultural indissociavelmente, a existência e a luta dos atingidos por barragem na Paraíba, considerando sua origem e parte de seus desdobramentos(1999-2015).

Primeiramente adotamos a perspectiva que questiona a radical divisão que é feita entre história social e cultural:

(...) Toda cultura é cultura de um grupo. A história cultural é indissociavelmente social, dado que está ligada ao que diferencia um grupo do outro. É pois raciocínio sobre as diferenças, sobre os desvios. É essa mesma a sua definição. Tendo em consideração Claude Lévi-Strauss: "Chamamos cultura a todo o conjunto etnográfico que, do ponto de vista da investigação, apresenta, em relação a outras, desvios significativos [...] O termo cultura é empregado para reagrupar um conjunto de desvios significativos cuja experiência prova que os limites coincidem aproximadamente. O fato

de essa coincidência nunca ser absoluta, e nunca se produzir a todos os níveis ao mesmo tempo, não deve impedir-nos de utilizar a noção de cultura. (RIOUX e SIRINELLI 1998 p. 134)

Neste trabalho pensamos a cultura como fator de identidade e concordamos mais uma vez como RIOUX e SIRINELLI (1998 p. 134):

Só existe cultura partilhada pois a cultura é mediação entre os indivíduos que compõem o grupo. É o que estabelece entre eles comunicação e comunidade. Mas a cultura é também mediação entre o indivíduo e a sua experiência; é o que permite pensar a experiência dizê-la a si mesmo dizendo-a aos outros.

Trataremos agora do fato de que os homens no tempo é o principal objetivo de estudo na história, a partir dele (o tempo) percebemos um movimento de múltiplas faces que alteram os percursos da vida humana: durações, permanências, rupturas, convenções, conflitos, simultaneidades, sensações, memórias. O tempo orienta paradigmas, avaliações sobre o presente e projeções para o futuro. No entanto como disse Elias “o tempo não se deixa, ver, tocar, ouvir, saborear, nem respirar como um odor” (Elias, 1998, p. 7). Mas apesar dessa distância e da existência da dimensão abstrata esta categoria é imprescindível para refletirmos sobre a trajetória dos homens.

Nossa pretensão neste trabalho se aproxima da perspectiva de Thompson em sua obra “A Formação da Classe Operária Inglesa”, onde este autor pontua:

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’ e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não.⁴

É relevante pensar na história e sua escrita principalmente naquilo que tange à história dos excluídos. Michelle Perrot (2008) quando trabalhou a temática das mulheres, negros e prisioneiros na França buscou trazer a luz experiências ocultas e esquecidas, o que está relacionado a história das classes subalternas. Primeiramente a história vista de baixo trata-se de uma corrente historiográfica oriunda da Inglaterra, tendo como expoentes historiadores como E. P. Thompson, Christopher Hill, Natalie

⁴THOMPSON, Edward. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Zemon Davis. Sobre esta perspectiva historiográfica concordamos com Peter Burke (1992) quando ele afirma que a história vista de baixo possui um atrativo, porém quando o historiador se lança na tentativa de estudar a história dessa maneira se depara com muitas dificuldades. A primeira é a busca de fontes, quando mais remoto o estudo pretende ser, mais as fontes parecem estar embasadas, principalmente quando o é objetivo historicizar acerca de fatos que envolvem comunidades, formações de aglomerados, etc. Há também o fator da complexidade, quando se fala em comunidades ou populações pobres, por mais subalternas que sejam, essas apresentam grandes variações em suas formas de organização, o que Burke (1992) chega a chamar de “estratificação” apesar do autor está se referindo a Europa em um contexto específico, certamente esses modelos plurais de forma de organização social também são reais dentro de outros campos e épocas. Burke (1992) ainda afirma que há uma lógica hierárquica nessas comunidades, a fatores como cultura, sexo, profissionalização, política que orientam as relações naquele espaço e estes fatores são de grande complexidade de aprisionamento para o historiador. Essas condições atacam qualquer ideia simplista que pode estar associada ou não ao termo “baixo”.

Outro fator é que a história vista de baixo não pode ser entendida considerando apenas aqueles episódios e momentos em que as massas se engajaram na atividade política manifesta ou em áreas familiares de desenvolvimento econômico. “A história é o que acontece, a seqüência dos fatos, das mudanças, das relações, das acumulações que tecem o devir da sociedade. Mas é também o relato que se faz de tudo isso.” (PERROT 2008, p. 16). A história dos populares precisa ir além de momentos específicos, procurando entender os acontecimentos em sua singularidade e sistemática.

Os excluídos nunca deixaram de fazer história, contudo, suas falas não foram registradas, de suas posturas pouco se sabe, pois pouco se escreveu, suas ações foram ofuscadas, sua história está a margem, e isto ocasiona na formação enganosa que tais sujeitos não possuem história, pois a história é o que se escreve sobre os fatos. Essa invisibilidade a qual os sujeitos sociais foram submetidos, não só no campo historiográfico, mas também no campo político ocasiona a explosão de movimentos sociais com ideologias específicas, que surgiram/surgem em vários cantos do mundo embasados por experiências que também são diversas e específicas.

Neste sentido, a partir da história vista de baixo, pretendemos mergulhar na observação dos comportamentos, nas aspirações expressas e nos sonhos dos atingidos por barragem. Esse alvo foi construído a partir de uma inquietação intelectual e política

que retira os sujeitos pobres da neutralidade, traçando assim campos de atuação a aqueles que por muito tempo foram destituídos do direito de estar na história.

Outro conceito que vamos abordar é o de classe. A classe é algo relacional que surge a partir de uma perspectiva política. Já diria Thompson que a classe é fruto de experiências comuns que agregam ao grupo uma identidade. O movimento dos atingidos por barragem se relaciona em sua origem com a experiência comum, ou seja, todos os moradores compartilhavam de uma mesma situação: a desapropriação. Desta forma, o MAB constrói um significado diferenciado, no que tange à experiência de ser algo particular fazendo com que ele se diferencie na comparação a outros movimentos surgidos na contemporaneidade, mas também ao relacionar-se de forma contestatória com outro grupo. Na relação entre ambos percebemos os interesses contraditórios entre os grupos que se incorporam em formas materiais e culturais que são opostas entre si.

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2001: 274)

A partir da experiência vivida e do não suprimento das necessidades da população por parte do Estado, pensar no movimento social como organização faz surtir um questionamento: Teria o movimento dos atingidos por barragem desenvolvido uma consciência de classe? Voltemos à noção de classe, diante do quadro mencionado e de toda a conjuntura que levou o surgimento e a atuação do movimento dos atingidos por barragem a criar modos de expressividade diante dos poderes públicos. Chegamos ao fundamento que a noção de classe social não reside apenas no âmbito dos modos de produção, mas também se constituiu como fenômeno histórico resultado de relações entre os homens reais em contextos reais, e é a partir desta dimensão que encontramos o sentido da formação do movimento social em termos de cultura, de relação social entre os moradores e as experiências (re)partilhadas de geração em geração e fortemente presentes em o grupo. Vamos a afirmação de Thompson (1887):

Classe é uma formação social e cultural (freqüentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento.

É necessário pontuar que não podemos cair em um pensamento maniqueísta e elaborar um cenário de atingido x Estado, mas entender os casos particulares, estabelecendo pontes que nos ajudam a entender os casos particularizados e a totalidade. Compreender a ação coletiva da parte da sociedade organizada requer, um ponto de vista metodológico específico, a predisposição em inserir-se no meio e assim compreender a visão ideológica dos atores sociais, as causas de suas articulações, o tipo de prática organizativa mais adotada, o crescimento dos níveis de consciência que o movimento vem passando em sua história o que isso impactou na tomada de decisões e na sua forma de se articular com outros movimentos.

1.4 OS LAÇOS COMUNITÁRIOS

Andar um passo para o entendimento do movimento social é primeiramente entendê-lo em sua complexidade e amplitude, podendo congrega pessoas por motivos ou situações. Os contextos ideológicos, históricos e sociais enfrentados pelos participantes deste movimento nos dão pistas acerca do interesse comum. Primeiramente o termo comunidade pressupõe muitas definições. De acordo com o dicionário de Português, a palavra comunidade se refere:

Qualidade, ou condição ao “estado do que é comum; paridade; comunhão, identidade: comunidade de objetivos. 2 Conjunto de pessoas sentimentos. Também pode ser uma sociedade religiosa submetida a uma regra comum. Sociologia Agrupamento social que partilham, ger. Em determinado contexto geográfico, o mesmo se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que habitat e/ou religião o constituem.”

Esta definição apresenta um amplo leque de aplicações, passando assim, por uma ideia abstrata. Há definições que trata a comunidade como territorialidade, espaço de vivência entre pessoas que perpassam o viver comum.

Na Sociologia Clássica, as concepções de comunidade destacam as relações de proximidade de território, relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento a determinada coletividade. Essa noção de comunidade vem sendo ressignificada em decorrência das alterações ocorridas na dinâmica da sociedade.

De acordo com Zygmunt Bauman (2001), a partir do século XX com novas formas de olhar o passado e com a emergência da modernidade se desenhou uma nova forma de relacionar-se. Este período também é marcado pelo abandono de crenças antigas e tradições. Desde então o homem vai se isolando e perdendo referências. Ademais seria um símbolo da Modernidade o estímulo ao individualismo e que passa a fazer parte de um crescente processo de individualização.

Mesmo diante disto, na contemporaneidade ainda se encontra um sentimento de pertencimento, esse sentimento é essencial para pensarmos na UNIDADE que representa ideais compartilhados e se encontra na própria composição da palavra: como + unidade. Os laços de pertencimento legitimam reafirmam a identidade. Bauman (2001) destaca que:

Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e de responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos (2003, p.134)

Neste sentido, reafirmamos a ideia de comunidade voltada para a concepção de um agrupamento de pessoas com traços ou interesses comuns que vivem dentro de uma mesma área geográfica, rural ou urbana e que participam das condições gerais de vida, por isso a ideia de comunidade se relaciona com a unidade e interesse comum, o que é segundo Bauman (2001), um dos desafios da modernidade que precisa estabelecer o difícil equilíbrio entre a busca da felicidade individual e os interesses comuns.

Por outro lado, é um equívoco acreditar que em uma comunidade há uma igualdade de pensamento, disso Cohen (1985)denomina “mitos da comunidade”. De acordo com esse autor, os mitos da comunidade compreendem: o mito da simplicidade

ou do face-a-face, o mito da igualdade (homogeneidade interna), o mito da inevitável conformidade (conservacionismo). Esses mitos são decorrentes de uma visão abstrata da comunidade. Nesta visão teria ela a qualidade de obrigar os seus membros a atuarem de uma determinada forma. O que sabemos que não procede, pois as ações das pessoas estão correlacionadas as interpretações e do significado que as pessoas dão ao seu comportamento.

Cohen sugere ainda que “comunidade” representa uma estrutura intrincada de relações e modos de pertença social. Significa isto que está diretamente relacionada com a consciência individual e coletiva de pertença a um grupo, que, por sua vez, implica um processo de conceitualização e consciencialização da própria comunidade. Por isso, os indivíduos constroem, simbolicamente, uma comunidade, transformando-a num recurso e num repositório de significados e num referente para a sua identidade (LEMOS, 2009 apud COHEN, 1985:13)

Tratar Pedro Velho como uma comunidade, principalmente a partir da descrição de Bauman(2003), que remete a existência de um compartilhamento é algo essencial para entendermos a formação do movimento social.

1.4 CAMINHANDO PELA PESQUISA: SOBRE O ENREDO

Uma vez colhidos os dados da pesquisa a organização destes é parte crucial. Este estudo buscou desenvolver nestes três capítulos aqui presentes uma compreensão gradativa que imprimisse um olhar sobre o que é um movimento social como ele pode se originar, considerando sua pluralidade, até a forma como ele atua e porque ele atua. A experiência de pesquisar está imbricada na experiência de aprender e a reconfiguração de novos olhares durante a pesquisa e a escrita foi algo marcante. Dito isto, fica compreendido que os capítulos que seguem não são aleatórios, mas seguem uma ritmização que procura ser didática no esboço da história das tramas do MAB na Paraíba.

Primeiramente o capítulo inicial se preocupa em desvendar o modo que o movimento social é construído a partir de uma memória coletiva de resistência (conceito de HALBWACHS), entendendo de que forma o movimento dos atingidos por barragem provoca inquietações e disputas ao longo de sua história e também as suas confluências que fizeram do território hoje conhecido como barragem de Acauã, um local marcado

por conflitos de cunho político e social. Para tal fim, iniciamos a discussão pautados em deixar claro aquilo que se compreende como Movimento Social de acordo com o aporte teórico apresentado.

No entanto, estudar movimento social não pode se prender apenas a descrições de fatos e estratégias de ação do grupo, mas tem que perpassar pela reflexão em torno da questão da identidade individual e coletiva que subsidia a participação ou a não participação das pessoas no movimento social. O terceiro tópico deste capítulo busca perceber como as vozes dominantes, presente em documentos oficiais, interpretam o que ser um Atingido por barragem e como esta definição é um campo de disputa. Encerrando o capítulo refletimos sobre a história do movimento dos atingidos por barragem no âmbito nacional, enfocando quando surge sua vontade e a realização de uma postura político-transformadora. Neste sentido, entenderemos como tais movimentos surgem da sociedade civil e têm uma composição social heterogênea.

Em um segundo momento, no capítulo posterior, nos deteremos na análise das narrativas dos moradores da comunidade de Pedro Velho, refletindo sobre as práticas de sociabilidade que contribuíram para a formação de uma consciência política e social do grupo. Entenderemos como cada um se filia ao seu próprio passado e como constrói uma representação do fato e uma identidade para si que distingue os outros e como isto colabora para a formação do grupo. Neste capítulo, especialmente há uma busca em desvendar o surgimento da comunidade de Pedro Velho, as marcas do passado, as narrativas que retomam esse passado e como elas retomam. Depois disto, elaboramos uma parte com retratos de Pedro Velho que mostram imagetivamente com se deu a tríade: Origem, submersão e reconstrução da comunidade.

Por fim, o terceiro capítulo focalizará no morador, no discursos professados em audiências públicas no MPF da Paraíba e retoma a discussão sobre pontos importantes como por exemplo: Direitos humanos. Pensemos a partir dessas discussões como todas essas experiências subsidiam a transformação de um morador em um morador-militante. Verificando o processo histórico que os atores sociais passaram, percebemos que houve perdas simbólicas e materiais que são presentes na fala das pessoas que militam e compõem o movimento social. A partir das vozes dos que se declaram atingidos, vamos elencar quais as pautas, as insatisfações, reivindicações e quais as dores que o fazem movê-los. É importante frisar que nem todo morador de PV é um militante e que a

experiência repercute de forma diferenciada em cada ser, essas pluralidades nas formas do pensar o acontecido serão valorizadas.

Toda a pesquisa é permeada por inquietações que tivemos no processo de conhecimento dos fatos, como exemplo: Quais elementos históricos, políticos e sociais contribuíram para a formação de um movimento nomeado como “Atingidos por barragem”? Porque lutam? Quais ideias defendem? Quem faz parte dele? Por que existe? De forma contextualizada, este capítulo apresenta a relação de Acauã com as grandes obras, construções tidas como faraônicas, monumentais.

Esta pesquisa converge para uma olhar diferente acerca das pessoas subalternas, questionando o predomínio de uma ideia uniforme e fantasmática de uma pobreza silenciada, dissimulada, desvalida e inerte. Pensando em conformidade com Cerqueira (2010)

Pobres e pobreza constituem-se sujeitos e processos a serem interrogados, numa direção contrária às investigações cuja regra geral é descrever, informar ou denunciar as faces de seu infortúnio. É importante aqui abordar a potência dos pobres, sua capacidade de produzir vida na própria vida.

1. UM CALEIDOSCÓPICO MOVIMENTO SOCIAL: PARADIGMAS, IDENTIDADES E VOZES DOMINANTES

As teorias dos movimentos sociais prestam traduções do que seria esse fenômeno, mas vários analistas têm afirmado que a teorização sobre esta categoria é a parte mais difícil, na qual é encontrada grandes lacunas. Melucc (1994, p.190) considera que “o movimento social é parte da realidade em estruturas, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido”. O movimento se constrói a margem de uma estrutura, pois muitas vezes ele vem questionar essa estrutura social e política. Devido a isso, explicar o movimento social é um fenômeno complexo, se considerarmos que cada um deles é provocador da mudança social e produz frutos peculiares de uma época.

Eles são uma lente por intermédio da qual, problemas mais gerais podem ser abordados, e estudá-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas de profunda relevância, tais como: O que é ação social? Maria da Glória Gohn (1997) em sua obra "Teorias dos Movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos" ressalta que :

A abordagem clássica sobre os movimentos sociais nas ciências sociais norte-americanas está associada ao próprio desenvolvimento inicial da sociologia naquele país [...] Existe certo consenso em considerar o período da abordagem clássica como aquele que predominou até os anos 60 deste século. Houve diferentes ênfases, o que nos leva a considerar cinco grandes linhas, e suas características comuns são: o núcleo articulador das análises é a teoria da ação social, e a busca da compreensão dos comportamentos coletivos é nela a meta principal. Esses comportamentos, por sua vez, eram analisados segundo um enfoque sociopsicológico, também era uma preocupação prioritária e um denominador que devia os dois tipos básicos de ação: a do comportamento coletivo institucional e a do não institucional. [...] Os autores clássicos analisavam os movimentos em termos de ciclos evolutivos em que seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares, difusão das ideias, etc. As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas rápidas a mudanças sociais e à desorganização social subsequente. A adesão aos movimentos sociais seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava. Nessas abordagens dava-se, portanto, grande importância à reação psicológica dos indivíduos

diante das mudanças, reação considerada como comportamento não-racional ou irracional.

Nesse tipo de abordagem o movimento social é visto como um fator de reação psicológica gerado por tensões sociais. Neste sentido, somente os grupos de partidos políticos, os grupos de interesse e alguns líderes teriam capacidade de gerar transformações em um contexto. Saindo desse olhar reducionista, Gohn(1997) apresenta Blumer autor que definiu os movimentos sociais como empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem vida. Este autor se transformou em um grande teórico dos movimentos sociais na abordagem clássica do paradigma norte americano. Alguns teóricos o consideram como pioneiro na análise dos movimentos sociais. Para ele, os movimentos surgem de uma insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas. Apesar de Blumer(1951) não citar, mas a categoria passado também é de grande base para a formação dos movimentos sociais, pois as ações passadas informam o tempo presente. Mesmo assim Blumer (1951) considera os movimentos sociais como possíveis criadores de uma nova ordem social. Nesta perspectiva, os movimentos viriam se aperfeiçoando com o tempo e adquirindo novas roupagens:

No início um movimento social é amorfo, organizado pobremente, e indefinido; o comportamento coletivo é primitivo e os mecanismos de interação são elementares. Com o tempo os movimentos se desenvolvem e adquirem as características de uma sociedade: organização forma, corpo, costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais. (GOHN, 1997 apud BLUMER, 1951, p. 199)

Vemos que esse autor considera que a organização social é um elemento que responde a uma certa transição entre formas de organização social. A grande preocupação de Blumer era entender os mecanismos e significados por meio dos quais os movimentos tornam-se aptos para crescer e se organizar. Ele identifica cinco mecanismos neste processo, a saber: a agitação, o desenvolvimento de um *esprit de corps*, de uma moral, a formação de uma ideologia e, finalmente, o desenvolvimento de operações táticas. (GOHN, 1997. p. 33)

A agitação é considerada de vital importância, particularmente nos estágios iniciais do movimento. Ela contribui para o desenvolvimento de novos impulsos e de novos desejos nas pessoas. Para que a agitação seja bem-sucedida ela deve despertar e ganhar a atenção das pessoas, seduzi-las em seus sentimentos e impulsos,

dando-lhes direção por meio de idéias, sugestões, críticas e promessas.

De acordo com Gohn (1997,p.33) Blumer(1951) não chega a descaracterizar a ação do agitador, lhe tratando como um dinamizador do processo. A importância de uma figura que venha a liderar, mover-se e movimentar a massa é imprescindível para o desenvolvimento da organização do movimento. Entendê-lo apenas como um sujeito articulador é reduzir o seu papel complexo, subjetivo e porque não dizer sedutor, ao passo que sua atitude seduz as massas, por sua figura abrigar uma representação de esperança. Ghon (1997. P. 33), descreve como Blumer enxergar o *esprit de corps* que ele aponta como um dos elementos essenciais para a organização dos movimentos sociais.

O desenvolvimento do *esprit de corps* é importante para criar uma atmosfera de cooperação entre os indivíduos de um movimento social e para reforçar as novas concepções de auto-leitura de si próprios, concepções geradas pelo processo de aprendizagem adquirido por meio da participação nos movimentos. Trata-se do sentimento de pertença, de identificação com o outro e consigo próprio, criando uma idéia do coletivo. O resultado deste processo gera fidelidade e solidariedade ao grupo e vigor e entusiasmo para com o movimento. O *esprit de corps* pode se formar por três vias: nas relações grupo a grupo de uma mesma categoria - estudantes, por exemplo: nos relacionamentos informais desenvolvidos em associações, por meio do compartilhar de experiências comuns; e por intermédio de cerimônias formais em que se cristalizam certos comportamentos.

Na formação desse *esprit de corps* está a mística que são reuniões, manifestações, cerimoniais comemorativos, desfiles, etc. são citados como exemplos. A importância do desenvolvimento de símbolos como canções, slogans, poemas, poesias, hinos, textos, indumentárias é importante para o desenvolvimento da identidade individual e grupal. Blumer destacou isso anos 30. Para Gohn (1997 p. 33) Os estudiosos contemporâneos têm chamado a este processo "a mística" dos movimentos sociais. Na questão do desenvolvimento de uma moral, Blumer retorna a questão dos mitos, dos símbolos, da criação de ídolos e heróis, personagens carismáticos, e o culto a certos textos tidos como sagrados, como O capital, no marxismo; MenKampf, no nazismo etc.

Em se tratando de refletir sobre a experiência dos movimentos sociais, fundamentada em autores brasileiros e suas contribuições, podemos citar Touraine

adotando uma visão humanística, este autor defende que a solução do problema esta dentro do homem, desprezando a proposta Maxista, substituindo a ideia de classe para a de movimento social. Não eliminou o conflito do movimento, mas civilizou-o pela ideia de dinâmica e, principalmente, pela ideia de atores sociais. Não são as leis de superestruturas ou infraestruturas que comandam a história, mas os sujeitos sociais conscientes. Por isso, às forças econômicas, Touraine contrapõe as forças morais. O substrato cultural, decorrente do sujeito, é o móvel social (TOURAINÉ, 1999, p. 7-15). (grifo do autor).

A ideia de Touraine é de que os movimentos sociais superam as classes, pois a ação dos mesmos podem absorvê-las. O liberalismo contribuiria no ato de eliminar o sujeito, pois o dotaria de racionalidade. Essa racionalidade está articulada com o indivíduo enquanto representante de papéis institucionais e políticos. Nota-se então a necessidade do homem voltar-se para si mesmo e descobrir o sujeito. Este sujeito encarna o universal, a natureza e mesmo o divino. Este sujeito precisa dar o salto para ator, isto é, saltar fora de si mesmo. Quanto mais o sujeito penetra no indivíduo, mas ele torna-se livre. De acordo com TOURAINÉ (2002, p. 256-258). O ator é um ente coletivo mas que pode se refletir num indivíduo enquanto sujeito. Este ator atua numa sociedade assentada sobre três camadas: no cimo, a cultura e a simbologia, no meio, as instituições sociais e na base, os grupos sociais, os quais podem constituir-se em movimentos sociais.

Vale dizer que para Touraine, o econômico não é determinante, uma vez que ele considera que a vida social é constituída por uma tridimensionalidade: há lutas econômico-sociais, estas se referem à luta de classes; há o combate pela independência nacional contra uma dominação estrangeira; e, finalmente, o movimento de integração nacional, contra a segmentação da economia e o poder das oligarquias. Estes planos da constituição social, não necessariamente estão separados (TOURAINÉ, 1998, p. 37-44).

Feito este panorama, esboçaremos agora considerações importantes sobre nosso objeto de estudo em específico, aproximando nossas definições (microanálise) as características do Movimento social em estudo:

Quando surgiu o movimento dos atingidos por barragem na localidade de Pedro Velho, por volta do ano de 2002, esta organização reivindicatória já tinha a nível de Brasil, um reconhecimento considerável, de modo que em 1989 foi realizado o 1

Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens e em 1991 realizou o primeiro Congresso dos Atingidos em todo o Brasil. O dia 14 de Março ficou instituído como o dia Nacional da Luta contra barragens.

As consignias nas reivindicações dos líderes do MAB também mudaram com o tempo começando com: *Água para vida e não para morte!* em seguida *Terra por terra!* E por ultimo: *Terra sim, barragem não!* Esta mudança demonstra a mesclagem do movimento dos atingidos com outras pautas e outros movimentos, como o MST (Movimento sem terra). Foi fundamental percebermos este aspecto para compreendermos que as demandas do movimento tem mudado e se transformado, atendendo a dinâmica do tempo e as transformações que este traz consigo. Ou seja, entre os movimentos sociais percebemos que há diálogos e a noção de conjunto.

No engrenar de nossas pesquisas um fato nos chamou atenção: Os povos indígenas também se articulam a alguns desses movimentos, no caso de Belo Monte vimos povos levantando cartazes exigindo o respeito a estes povos do xingu e clamando pelo fim do Belo Monte. Outros povos também aderiram a luta, entre eles movimentos que se internacionalizaram. Em Outubro de 2010 ocorreu no México o 3 Encontro Nacional dos Atingidos por Barragem. Dentre cartazes e palavras de ordem, notamos a reivindicação que circulava em torno da privatização das grandes obras.

1.3 HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL

No caso de alguns movimentos sociais, suas atuações e implicações na história política do Brasil se deram a partir da ditadura. Ao pensar na trajetória e no contexto político e temporal em que surgem os movimentos de redemocratização (1970), com o movimento dos atingidos por barragem na Paraíba que tem origem anos de 2004, verificamos que cada um emerge de uma conjuntura específica e tem objetivos e forças diferentes no seio da sociedade em que se apresentam. Ao passo que o primeiro (movimentos de redemocratização) é um movimento mais amplo, pois envolve um desejo de transformação também mais amplo e complexo. O segundo (movimento dos atingidos por barragem – Pedro Velho I) é um movimento local que surge a partir de um fato que envolve desde a perda material, identitária, do território de origem da população até os direitos costumeiros que implicam no prejuízo de patrimônios de origem material, imaterial e natural.

Os movimentos sociais na história do Brasil se deram em meio a grandes embates. Damos ênfase aos surgidos em meio aos governos autoritários na ditadura militar, estes possuíam um ideal voltado para a ideia de redemocratização. De início as grandes revoltas estavam calcadas na exigência da redemocratização e quando esta redemocratização vai sendo conquistada, os governos eleitos não tem em sua ideologia a classe trabalhadora, ou seja, são governos que não enxergam a minoria o que provoca a contínua existência de movimentos que a todo tempo surgem no solo “fértil” da negligência e no descompromisso governamental com as classes subalternas. Então podemos dizer que o movimento social tem como uma de suas características o surgimento em condições adversas, pois nos períodos mais críticos da história do Brasil é que surgiram as grandes mobilizações⁵.

No período da ditadura militar onde se deu início as grandes obras, mesmo com a estrutura autoritária do governo, os movimentos sociais não se calaram ou desapareceram, estes se articulavam às escondidas de forma "clandestina". Foram 21 anos de ditadura militar (1964-1985). Um período que envolveu restrições, dentre elas o direito ao voto, ou seja, era um princípio governamental que diluía a democracia e a participação popular reprimindo com violência qualquer espécie de ameaça ao governo instituído.

Assim como disse Emir Sader (2001), por não admitirem a participação popular o governo criou em si seu próprio dispositivo de destruição. Um sistema governamental se desgasta quando menos admite a participação popular nas decisões públicas. Fazendo uma articulação com a política de 19 anos depois (1985-2004), aquela da sociedade que os atingidos por barragem vivenciavam, cuja política é maquilada por uma performance democrática e provedora do bem estar social, podemos perceber que a participação popular sempre foi um aspecto problemático para o sistema governamental implantado no país. Quase 20 anos depois, com a dita “redemocratização” ainda não ultrapassamos a barreira da ausência de participação popular na tomada de decisões, as políticas especificamente aquelas que não beneficiam a população, são realizadas de forma unilateral, são feitas em benefício de uma minoria, de modo vertical.

⁵Para saber mais: disponível em: <http://www.educacao.cc/cidada/a-historia-dos-movimentos-sociais-no-brasil/> Acessado em 09/04/2015

Quando o assunto é atingidos por barragem, não podemos esquecer que no Brasil a construção de Usinas hidrelétricas (UHE) datam o fim do século XIX e também são grandes responsáveis por imensas demandas sociais de pessoas atingidas. O questionamento e as ações de resistência frente à construção destes empreendimentos se deram, a partir dos anos 70. De acordo com Atamis Antônio Foscheira a igreja Católica progressista, influenciada pela Teologia da Libertação, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e suas Pastorais, foi a principal formadora de liderança de atingidos por barragem. Em outros locais, como em Rondônia, notamos a participação de grupos luteranos. Temos a participação de pessoas vinculadas a Universidade que se identificam com os movimentos sociais. Neste contexto, alguns signos e linguagens como "caminhada do povo oprimido e libertação", o símbolo da cruz, cantos, rituais como a mistica, missas e outros marcaram as (iniciais) ações dos atingidos.

A organização por parte da igreja católica, teria sido algo primitivo na história do MAB. Em seguida, mais precisamente a partir da década de 1980, o sindicalismo combativo, que seguia bem os princípios da igreja. Este passou a ter importância significativa na organização dos atingidos. Percebemos a partir daí uma união dos trabalhadores rurais com os urbanos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Como vemos é algo totalmente impreciso definir uma data acertada da origem do movimento, pois as reivindicações por desapropriação de terra para construção de lagos, barragens é algo remoto. O objetivo dos movimentos sociais não é apenas reivindicar, mas discutir as consequências da construção das grandes barragens, tendo como principal ponto a dimensão desumana dessas construções. O movimento procura impedir que as barragens sejam construídas e/ou agem em outros contextos quando as construções são realizadas e deixam um débito humano e social gigantesco para com as populações atingidas.

O brasão do MAB que é um símbolo do movimento é acompanhado da seguinte frase: "Águas para a vida e não para morte!", esta é uma palavra de ordem adotada pelos participantes do movimento.



Fonte: site <http://racismoambiental.net.br/2013/02/27/dia-internacional-de-luta-contra-as-barragens-pelos-rios-pela-agua-e-pela-vida/>

Neste momento surgiram diversas formas de luta, uma vez que como já foi citado o Estado financiou a construção de hidrelétricas, cujo planejamento se deu apenas no âmbito técnico o que ocasionou o desabrigamento de várias famílias.

Com o tempo o movimento foi se alargando, devido a insatisfação das famílias desabrigadas, fato que gerou organizações locais de resistência. Os principais locais foram: Tucuruí (PA), Itaipu, Sobradinho e Itaparica. Em 1987, famílias desabrigadas pela construção da UHE de ITÀ, conseguiram a construção de casas coletivas. De acordo com relatos e com observações realizadas na comunidade de Pedro Velho, percebemos a fragilidade estrutural destas moradias, casas ditas de placa. Na linguagem do morador: *"Quem escolheu a indenização foi muito melhor, aquele vilarejo de casas iguais parecia mais um campo de concentração"*.

Tal expressão nos chamou atenção: Campo de concentração remete a um centro de confinamento militar, cercado por arame ou muros, em uma área de terreno livre. Campo de concentração nos lembra um dos fatos mais lamentáveis e tristes da História: o holocausto judeu. Tal ocorrência aconteceu na Europa na segunda guerra mundial, trata-se do assassinato em massa de cerca de seis milhões de judeus, historiadores avaliam que este foi o maior genocídio do século XX, através de um programa sistemático de extermínio étnico patrocinado pelo Estado nazista, liderado por Adolf Hitler e pelo Partido Nazista. Vários holocaustos marcam a história da humanidade, de

forma que foi criada a inquietação com o fato de apenas o holocausto judeu ter ganhado grandes proporções, tornando-se o mais conhecido e muitas vezes o único conhecido. Como não é nosso objetivo aqui esmiuçar como se deu, as causas que provocaram o holocausto, suas consequências e desdobramentos, voltamos a afirmação do atingido por barragem. “campo de concentração”, apesar da pouca escolaridade de nosso entrevistado, percebemos que ele associou o campo de concentração a noção de desumanidade, a atitudes extremamente cruéis e insensatas.

Não sabemos, ao certo, quais imagens se passaram pela mente deste morador que mencionou este campo traçando uma analogia com o espaço cedido pelo governo para a reocupação. Mas, acreditamos na hipótese que a extrema precariedade do conjunto habitacional levou-o a fazer esta afirmação. Para entender melhor, vamos a algumas características de um campo de concentração, tomando como referencia o mais conhecido, o nazista:

Primeiramente o aprisionamento: Antes a população vivia em um espaço que dava acesso a 5 outras cidades, de forma que muitos precisavam por ali passar para chegar em determinadas cidades, provocando assim uma dinamização populacional. Além de um certo crescimento econômico. Por outro lado, podemos entender o aprisionamento como no campo simbólico expressado pela impossibilidade de fala, de gerar recursos para a sobrevivência, ainda entendemos por aprisionamento a privação do ato de falar e de se fazer escutar. Aprisionamento foi o que “as águas” fizeram, prenderam a população de forma a obrigá-la a deixar seus espaços. Usando da “força”, assim como os militares usaram para aprisionar os judeus.

Em segundo lugar, podemos entender, a precarização. Nos campos de concentração os confinados viviam amontoados, uns sobre os outros, mal tinha lugar para fazer suas necessidades básicas, sem falar na alimentação precária e desumana que recebiam dos agentes nazistas. No caso de Pedro Velho, no espaço cedido pelo governo a população não disponibilizava de espaço suficiente para a agricultura e a pecuária, resultando em poucas oportunidades de emprego e conseqüentemente, uma queda significativa na renda familiar, sem falar nas casas de placa que foram cedidas, cujas paredes não chegavam a 5 centímetros de espessura, deixando a mercê da própria sorte todos aqueles que precisavam de um abrigo com o mínimo de segurança e dignidade. De acordo com os depoimentos dos moradores da comunidade de Pedro Velho, eles

produziam tomate, pimentão, milho, feijão, repolho, coentro mandioca. Essas produções eram comercializadas na feira local, em Aroeiras, em Campina Grande e também em algumas cidades do Pernambuco. Com o reassentamento da população, além da não disponibilidade do espaço, o acesso às cidades vizinhas está comprometido, revoltando ainda mais os moradores.

Para aqueles que enxergam no que chamam de “modernização” a esperança de um mundo melhor, o ocorrido com a população de Pedro Velho, certamente, é paradoxal. A “indústria da desigualdade” já existia naquela comunidade, mas que foi aprofundada ainda mais com o auxílio de uma tecnologia avançada na construção de barragens e hidrelétricas.

Para entendermos mais sobre como era a comunidade, afim dessa compreensão subsidiar a verificação das muitas rupturas simbólicas e materiais que aconteceram no espaço conhecido como Pedro Velho I e nos Pedro Velhences que ali (con)vivam, conheceremos no próximo capítulo, de forma mais detalhada, a cultura dessa localidade, pois é através da cultura que pensamos a experiência e a vivência cotidiana dos nossos narradores. Pensar a cultura como elemento primeiro é levar em consideração que as práticas costumeiras e tradicionais vivenciados no cotidiano já abrigavam em si, a resistência social e deram suporte a ação do Movimento dos Atingidos por barragens na Paraíba.

Mas se a cultura é aquilo que permite ao indivíduo pensar a sua experiência, aquilo através do que o indivíduo formula a sua vivência, o trabalho, as preocupações quotidianas, bem como os episódios mais importantes da existência, o amor ou a morte, o historiador não poderia decifrar essa cultura sem conhecer a experiência vivida. A história cultural deve transitar constantemente da experiência ao discurso sobre a experiência. De que experiência vivida se fala numa cultura? Como e de que experiência se alimenta uma cultura? A história cultural propõe por isso um programa de investigação muito mais árduo que a simples história, uma vez que é um vaivém constante entre esta e as representações que os contemporâneos dela fazem. (RIOUX e SIRINELLI, 1998 p. 133)

1.1 O MAB VISTO DE CIMA: COMO AS VOZES DOMINANTES FALAM DESSE MOVIMENTO?

Ao mergulhar nos documentos oficiais que tratam do rompimento da Barragem de Acauã-PB, foram identificados diversos adjetivos para os atingidos, quais sejam:

Expropriados, deslocados, inundados, alagados, afogados, afetados, atingidos, meio atingidos, atingidos diretos e indiretos são algumas das designações que, no decorrer do tempo, foram utilizadas para identificar as populações atingidas por construção de barragem. Qual seria o termo mais cabível? Ou qual definiria de forma mais fiel o que aconteceu na vida de cada sujeito social que participou do processo de desapropriação? Neste sentido vemos que as classes dominantes reconhecem que houve uma mudança identitária nos moradores de Pedro Velho. Pensamos a identidade como:

a fonte de significado e experiência de um povo, ou seja, o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante e socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo, são definidas por normas estruturadas pelas instituições e organizações. Identidades por sua vez constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por um processo de individuação.(CASTELLS,p.23).

Primeiramente todos os termos lançados pelo documento do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) traduzem que houve um dano gerado pelo deslocamento compulsório. As populações atingidas relatam de forma contundente como estas obras impactam sua sobrevivência econômica, social, material, além das rupturas de relações comunitárias mantidas há anos.

De acordo com o Ipea, que elaborou a *metodologia para a realização de um levantamento da situação social, econômica e cultural nas regiões atingidas por barragens*, os impactos sociais e ambientais decorrentes da implementação das barragens e o conceito de atingido por barragens foi instituída pelo Decreto n 7.342, de 26 de Outubro de 2010, que instituiu o Cadastro Socioeconômico – Instrumento de Identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica- promoveu um avanço (p.17) . Ainda incompleto para a definição desse conceito foi elaborado um conjunto de características que designariam um individuo atingido. Na ausência da produção de um conceito específico por partes dos órgãos pesquisadores estatais, foi elaborado pelo órgão do governo federal (IPEA) um conjunto de atributos das pessoas que devem cadastradas pelo impacto da barragem(p.18):

1. Perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;
2. Perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;
3. Perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
4. Perda de fontes de renda e de trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;
5. Prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;
6. Inviabilização do acesso ou de atividades de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo;
7. Prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a justante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

A partir desses pré-requisitos para que o sujeito atingido pudesse ter um acesso a “reparação” e “compensação” do dano, vemos que os aspectos se baseiam em questões puramente materiais, de modo a não dar importância a toda uma história construída pela comunidade naquele espaço, as relações humanas, culturais e tradicionais mantidas há anos. Percebemos então que a definição das características que definem uma pessoa atingida é um campo de disputa.

Esta disputa de discursividade é também uma disputa de verdade sobre o que significa ocupar a posição de atingido por barragem, quanto maior a vitimização, maior a responsabilização social do Estado.

Neste sentido, percebemos que definir um conceito de atingido é algo complexo principalmente para as autoridades, pois esta definição traz consigo a legitimação e o reconhecimento de direitos e demandas. Sendo assim, definir um significado ou um pensamento sobre do que vem a ser o atingido por barragem reflete disputas. Segundo Vainer (2007 p. 1)

Estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2007, p. 1).

A concepção de atingido varia de acordo com contextos políticos e socioculturais e como também podem ser fruto de pressões das diversas esferas envolvidas. O reconhecimento do sujeito como atingido é pautado em descrições que apontam como o atingido é concebido. Locatelli (20014) e Vainer (2007) compilaram as principais concepções sobre atingido que vêm sendo utilizadas por projetos hidrelétricos no país desde os anos 1980, sendo mais usuais a territorial-patrimonialista (onde o atingido é apenas um proprietário de terra, excluindo aqueles que são ocupantes, posseiros. Nesse caso, o atingido passa a ser um inundado), a hídrica e a de mudança social. A disputa ultrapassa o próprio conceito de atingido. Bancos como o Banco Mundial, BNDS consideram que o sujeito desapropriado praticou um "reassentamento involuntário", ao invés de outras palavras de maior choque como "deslocamento compulsório", "migração obrigatória".

Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, espaciais e temporais. Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instauram-se novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam (VAINER, 2007, p. 4).

Do ponto de vista das pessoas atingidas, as áreas atingidas por barragem extinguiram modos de produção, cultura milenar passada de geração para geração baseada na agricultura. Neste sentido, é importante ressaltar que também mantinham relações agrícolas com a terra proprietários urbanos e rurais que não possuem títulos e nem escrituras. Nessas configurações de relações trabalhistas, podemos mencionar os agricultores sem terra, moradores de favor, posseiros, autônomos, trabalhadores ribeirinhos, extravistas, pescadores, enfim. Todos eles sofreram de forma compulsória o deslocamento de sua terra, como consequência da construção da barragem. O vínculo com a terra vai muito além de apenas uma relação de posse, mas se articula com a dependência para alimentar a família e gerar a sobrevivência. Na foto abaixo, por exemplo, vemos a Produção de Milho e Feijão de Joãozinho Dos Teclados no terreno de tio Zé Félix.



Fonte Acervo do MAB- Relíquias de Pedro Velho. Produção de milho e feijão. Vemos que a foto nos mostra o quanto a terra era fértil e boa para o plantio, mas o sujeito que está trabalhando não é o dono das terras.

Segundo o IPEA há um esforço na ampliação do conceito de Atingido por barragem em documentos públicos, de forma a envolver para além aqueles proprietários e terra que eram reconhecidos como portadores de direitos, hoje há uma ideia quase consensual que a perda do emprego ou ocupação, assim como a perda ou restrição do acesso a meios de vida comunitária constituem elementos suficientes para configurar que uma pessoa é de fato uma atingida (p.17).

Porém, nem sempre esse conceito ampliado de atingido é verificado na prática, o que gera a violação dos direitos sociais do grupo e fortalece os ideais de luta do Movimento dos Atingidos por Barragem. Isso faz com que o Estado Brasileiro acumule uma dívida social para com os atingidos pela construção da barragem na vida da população atingida.

1.2 A RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS NA CONSTRUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO ATINGIDO POR BARRAGEM

A construção da barragem Argemiro Figueiredo (conhecida como Acauã) acarretou que toda a população município foi removida para um novo aparelhamento urbano edificado para abrigar os desinstalados do processo de edificação da barragem. Este fato desembocou na existência de um aglomerado de pessoas cuja experiência social estava atravessada por um evento dramático que ao mesmo tempo acarretou uma realidade nova, que trazia consigo modificações na identidade social, uma vez que esta se alimenta da fonte de significado e experiência de um povo.

De acordo com CASTELLS (1942) para um determinado individuo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas:

No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. Isso porque é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjuntos de papéis. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade.

De acordo com esse autor estes papéis influenciam no comportamento dessas pessoas no ato de influenciar o comportamento das mesmas. Por outro lado, as identidades são construídas por meio de processos de individualização, ou seja, estas só assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo significado com base nessa internalização.

Trazendo esta concepção para o caso de Pedro Velho é necessário ressaltar que embora nasça em PV o movimento social, nem todo Pedro Velhence é um militante, pois nem todos absorveram esse lugar social. As autodefinições que são escutadas nas entrevistas perpassam pela questão do papel social que o sujeito exerce do ponto de vista do ator. O fato de ser ou não um Atingido por barragem perpassa pela autodefinição. Para Castells (1947, p. 23)

Identities, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um

processo de individualização. [...] Embora as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização.

Esse processo de não internalização também existe em alguns sujeitos da comunidade de PV. Onde vemos que o significado da identificação simbólica com o espaço não traz um vínculo. Sobre isso afirma Leite (1998) “uma pessoa pode ter vivido durante toda sua vida em determinado local e a sua relação com ele pode ser completamente irreal, sem nenhum enraizamento”. Em alguns depoimentos notamos a presença do não vínculo ou do pouco vínculo com a Pedro Velho I :

José Leandro: “(...) *as lembranças de Pedro Velho não foram tão boas, pois lá eu trabalhava muito fazendo carvão e aqui minha vida mudou e quando o rio estava cheio não dava pra ir pra escola, pois ela ficava do outro lado do rio, dai eu tinha que faltar*”.

Maria Joaquina: “(...) *eu gosto mais daqui, lá eu gostava, eu brincava com meus amigos no rio mais aqui eu também brinco, ali no galpão. Aqui ‘pega’ celular, que lá não pegava (...)* (16 anos)

Esse olhar é muito presente principalmente em pessoas jovens (com menos de 16 anos de idade), estes sujeitos não passaram muito tempo morando em PV, por outro lado não podemos generalizar, para outras pessoas desta mesma faixa etária as lembranças são reais e embasam profundamente a nostalgia do passado e o lamento pela inexistência da antiga PV. Castells (1947 p. 23-24) nos ajuda a compreender esses dilemas:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religiosos. [...] Avento a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem.

A categorização de um atingido por barragem perpassa pela internalização dessa identidade e pela afirmação da mesma com os que ela se identifica. Neste sentido, contemplamos a fala da maioria dos entrevistados. Para José Ageu: “(...) *a festa de São Sebastião era muito boa. Aqui ainda tem, mais em Pedro velho era melhor. O povo lá sabia fazer festa (...) aqui tem muita violência (...)*”(27 anos)

N4 “(...)sinto muita saudade de quando brincava no rio, eu e meus amigos. Agente jogava bola, pescava. Mesmo quando o rio secava, os poços ficavam cheis de água e agente pescava e tomava banho (...) era muito bom (...) (27 anos)

A memória, principalmente naquilo que tange a formação do MAB, perpassa pela questão da identidade coletiva. Vemos então a afinidade presente com o campo simbólico, com as festas e as atividades antes realizadas fundamenta o vínculo com a comunidade. Castells (1942, p. 79) apresenta os autores comunitaristas que são coerentes com sua própria observação intercultural e que acabam contribuindo para a análise deste fenômeno:

As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. Apresento a hipótese de que, para que isso aconteça, faz necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários), pelos quais são revelados e definidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido.

A partir desse olhar enxergamos como a existência comunitária muitas vezes está associada a partilha de sentimentos de pertencimento e esse vínculo com o espaço, com a sociabilidade empreendida e como a cultura local subsidia processos de mobilização social. É na mobilização social onde as pessoas se unem para evocar interesses comuns. Ou seja, o enraizamento que de acordo com Simone Weil (2003, p.175), é a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir, é motor de agrupamento e de luta.

Quando falamos em comunidade pensamos que não só os indivíduos sofreram um processo de readaptação e reconfiguração identitária, mas o espaço também sofreu. A Pedro Velho I já não existe enquanto espaço seco e de moradia. Porém, a comunidade permanece viva para aqueles que não possuem uma ligação afetiva com esse lugar, há outros sentidos submersos nas águas, pois para muitos sujeitos a certeza dessa existência faz com que os moradores se organizem, aluguem carros e se desloquem até o local tomado pelas águas. Durante a pesquisa nos questionamos: Quem era (é) o visitante de Pedro Velho naufragada? Identificamos pessoas de diversas gerações. Algumas até que não chegaram a experienciar o momento da invasão das águas. Há aquelas pessoas que moram ali por perto e vão a pé, para elas a visita é facilitada e em alguns casos até rotineira. Outras, mais distantes alugam transporte e quando chegam a seus antigos espaços, onde teceram suas histórias, onde moravam desde a infância, onde

moravam seus ascendentes e ancestrais, o diálogo entre o passado e o presente se estabelece mediado pelo movimento da lembrança e do esquecimento. Os olhos falam e transmitem emoções que se passam pela memória, pelo sentimento e pela dor que se traduz na notória vista de um grande patrimônio que se perdeu. Um momento de silêncio que fala mais que muitas palavras, trata-se do reencontrar-se consigo mesmo, com sua identidade e história, uma visita a um passado que naufragou mais permanece vivo. Ecléa Bosi (1987) ressalta: [...] cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história [...] As lembranças se apoiam nas pedras da cidade.

A partir daí compreendemos que cada geração criou para si pontos de amarração, ou seja, narrativas chave, histórias, palavras e sentidos que se unem e constroem uma identidade local; Abaixo vemos uma fotografia que ilustra a ruína da comunidade de PV:



Fonte: Aroeiras online⁶ notícias - Reportagem: **Barragem de Acauã um dilema constante**

Desta forma é um território que, embora arruinado, tem grande significado para os antigos moradores, é um espaço onde eles lembram, se recordam de suas raízes, para além de toda a materialidade, há um sentimento de pertença pulsa e dói. Dói enxergar os

⁶ Site jornalístico - Disponível em: <http://aroeirasonlinenoticias.blogspot.com.br/2011/03/barragem-de-acaua-um-dilema-constante.html>

vestígios de um passado que não mais existe em sua materialidade, se tornando inacessável para muitos que não viveram ali.

Neste sentido, enxergamos uma paisagem que pode significar pouco para nós, mas sabemos que para quem ali morou anos e anos ela tem um profundo sentido, sentido de vida. Prova disso é o fato de moradores, na época da estiagem, alugarem transportes para visitar esse lugar. Concordamos com o que disse Souza (1995, p.)

O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto.

Depois da cheia de 2004, que submergiu toda a comunidade, nos anos posteriores a barragem desceu de nível consideravelmente. A narradora Maria nos relatou: *“No momento que as águas invadiram teve gente que disse que ia sair, mas quando a água baixar ia voltar a morar em Pedro Velho”*. Vemos então que laços fortes uniam a população, a comunidade, não era só e simplesmente o motivo de não ter para onde ir. Além destes laços percebemos a resistência social daquele povo que insistia perante uma força aparente maior, ao passo que se negava a deixar seu lugar de nascença e “criar” outro ambiente de morada.

Olhando para essa fotografia vemos que agora aquele espaço, onde vivia toda a população de Pedro Velho, se constitui no tempo presente em área molhada, uma superfície de águas rasas juntamente com bicos das construções. A experiência destas pessoas permite ajudá-las em sua formação enquanto comunidade e formação cultural. Como explica a socióloga Márcia Scholz de Andrade Kersten: *“O patrimônio, dentro dos processos sociais, pode ser definido “como dinâmicas da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja como perene e eterno”*. A partir da perda da materialidade patrimonial construída ao longo de anos a experiência do momento vivido é o eixo para a construção política e identitária da comunidade. Onde todos se consideram "Atingidos por barragem".

Nas observações realizadas no local, os moradores apontaram primeiramente a igreja que dava para ver um pouco da cruz, como o primeiro elemento que os chama atenção. Com isto, logo percebemos que o Pedro velhence tem uma identidade cristã

muito fixa. E agora ganhara outras representatividades: A saga de Jesus, que também foi um ser injustiçado, que passou por momentos difíceis e de sofrimento, esta noção de vida cristã é muito arraigada e fazia parte das práticas culturais daquela gente, incluindo os compromissos em ir a igreja, as missas de domingo, a figura do padre com um líder que merece respeito e reverência e que traz em suas palavras ensinamentos calcados na religião cristã, formas do bem viver e da importância do moralismo.

Outro lugar que apontaram foi o cemitério, em 2015 no MPF a relocação dos ossos do cemitério para a nova Pedro Velho foi um ponto a ser debatido e graças a luta do MAB este feito foi alcançado. Percebemos então que o cemitério é um espaço o qual a comunidade também sente enorme sentimento de pertença. Nele, ainda da para encontrar os restos mortais dos antepassados. Não por acaso, o cemitério é um lugar de forte destaque neste meio. A simbologia de um passado esta fortemente marcado nele. Ali parentes, familiares, amigos dormem o sono infinito. Apesar de espiritualmente ali não mais estarem, mas seus corpos ali descansam eternamente. Percebemos, neste interim, o cemitério como um lugar que possui uma identidade cultural para aquele povo. Apesar do desgaste provocado pela ação das águas e do tempo, o cemitério constitui-se em um patrimônio que dispõe de bens e características que marcam a fisionomia do grupo e contribui para a formação da identidade.

2 CONVERSANDO COM OS PROTAGONISTAS PEDROVELHENSES E NARRANDO AS TRAMAS DE RESISTÊNCIA DO MAB

A natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira o narrador é um homem que sabe dar conselhos. (BENJAMIN p. 200)

Ao visitar somente o que restou de Pedro Velho, mais de 14 anos após, uma pergunta não quer calar: como a população conseguiu sobreviver perante tamanha perda material e afetiva? A própria pergunta é emblemática, pois existia a crença num possível progresso da sociedade humana rumo à modernização. Terrível é ter de admitir que aquilo que costumamos chamar de civilização e tecnologia produziu uma segregação profunda, uma situação que talvez nem os moradores conseguissem imaginar ou prever.

2.1 A DIMENSÃO AFETIVA NA EXPERIÊNCIA DE VIVER NOS ESPAÇOS: VISITANDO A PEQUENA CIDADE, O RURAL E A AGROVILA



FONTE: Acervo do MAB

Sabemos que todo espaço seja ele uma cidade, uma vila, uma aldeia, um sítio, produz no ser humano um sentido, além de representar uma experiência histórica. A partir da chegada das águas contemplamos a completa transformação desse espaço como referência, o lugar habitável, a pequena vila de Pedro Velho foi densamente alterada e porque não dizer apagada. Os relatos de saudade se dão principalmente pela inexistência, pela impossibilidade de rever o lugar onde se morava. Em PV I, as fronteiras entre o público e o privado pouco existiam, as pessoas coabitavam na vila e como é típico da pequena cidade, se conheciam, se comprimentavam e cultivavam laços de amizade e solidariedade entre si. Ao ver esta imagem, remetemos a leitura que Pesavento faz sobre a cidade:

A cidade é, sobretudo, uma materialidade erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. [...] Aliás, é pela materialidade das formas urbanas que encontramos sua representação icônica preferencial, seja pela verticalidade das edificações, seja pelo perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias a entrecruzar-se em uma planta ou mapa. [...] Mas a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de um domínio e transformação de um espaço social no tempo. [...] cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais. (PESAVENTO, 2007, p.13,14)

Acauã chegou e além do espaço construído pelos pedrovelhences (cidade como obra humana) ter sido apagado, as artérias que constituíam o vilarejo e davam sentido se tornarem inexistentes, a sociabilidade foi densamente modificada, posto que não houve o respeito em manter as famílias e os vizinhos próximos. O tempo e principalmente as águas apagaram o espaço social. Trataria agora, cada morador de forma individual reconstruir-se tanto naquilo que tange a materialidade como também o sentimento de pertencer, de ser “eu”. Vemos os comentários dos moradores ao verem a fotografia acima:

Uma moradora⁷ de PV, ao ver a imagem, afirma:

⁷ Em 16 de Setembro de 2016

Maria Rosária: *“Estas imagens mim dói a alma depois disto nunca mais conseguir voltar de tanta tristeza! O luga onde fui criada assim de baixo d’agua.”*

Outra pessoa também ex moradora de PV, desabafa:

Maria Izaura: *“É uma tristeza ver tudo se cobrindo... Muitas histórias sendo encobertas pelas águas..”*

Diante da reconfiguração espacial, e das mudanças que impactaram a vida destas pessoas, vemos isso em cada fala. Da tristeza, indignação e frustração surge o movimento com intuito de por em pauta as dores, as perdas pouco ouvidas e compartilhar sentimentos comuns existentes entre os habitantes. Ao nos defrontarmos com as falas e as narrativas, percebemos que o movimento muito contribui até para o estado psicológico daquelas pessoas, uma vez que muitas delas ficaram depressivas, em tristeza profunda, mas a partir do movimento o fato de estarem unidas embasou o sentimento de força e capacidade de conquistar objetivos. Em nossa análise, os atingidos, surgem, sobretudo expressando a contradição do progresso. Com lutas e esforços, o movimento conseguiu repercussão nacional, mas não foi fácil sair das marginalidades e ganhar um reconhecimento perante a insensibilidade política a qual vivemos.

Entre o rural e o urbano, pode-se dizer é dessa mistura que se constituía a vila de Pedro Velho, um lugarejo com cara de pequena cidade, mas mantendo algumas características do espaço ruralizado, entre elas a forte ligação com a agricultura. Para Marques (2002)

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e na recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa. (MARQUES, 2002, p. 109).

Em Carlos (2003) é exposto considerações sobre a delimitação rural/urbano nos dias atuais. Para esta geógrafa, “urbano” e “rural”, longe de serem apenas meras

palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. Neste sentido identificar se um local é urbano ou rural nos fala muito sobre ele.

Teodosio e Silva (2005) consideram que o espaço rural e urbano eram diferenciados pelo modo de produção, ou seja, a cidade mantinha uma produção mecanizada, por outro lado o espaço rural tinha em sua forma o trabalho braçal não mecanizado, abrigando uma população dispersa em contradição à concentração populacional da cidade. Com a globalização que a que “tudo aproxima” ficou cada mais difícil lançar uma fronteira rígida e precisa.

O estilo de vida camponês, conjunto que distinguem algumas unidades familiares assentadas em Pedro Velho II, lhes dá uma unidade para lutar. A vida que foi imposta ao grupo entra em conflito com o projeto de vida coletivo proposto que está ligado a lembranças (manutenção de práticas do passado) e também a sonhos (projetos para o futuro). Não podemos esquecer que houve essa negociação, que a barragem iria ser construída e trazer melhorias, promessa que alimentou projetos de vida, por outro lado, a manutenção de uma vida baseada na agricultura, na produção braçal e nas formas passadas de sobreviver vem á tona quando se vê desprovido de terra para plantar e cercado por uma realidade que os impossibilita que crescer na área pessoal, profissional, familiar. Além disso, temos a questão do vínculo afetivo e tradicional criado para com o lugar de origem.

Tomando como base aspectos como o saudosismo do passado e a esperança de uma vida melhor no futuro – vindo com o projeto Acauã- pode-se dizer que nenhum dessas duas perspectivas foram realizadas. Daí emana a frustração.

Hoje Pedro velho cons;titui-se em uma Agrovila, espaço que compreende a seguinte definição:

As agrovilas foram espaços planejados pelo Estado para os assentamentos, com uma nova infraestrutura e organização das famílias, criadas com a meta primordial de diminuir os custos operacionais com os assentamentos. Com elas, o Estado passou a instalar a infraestrutura necessária (moradia das famílias, escolas, postos de saúde) apenas nos espaços dos lotes de moradia, não mais ao longo das linhas, onde se encontram os lotes de produção. (MENEGAT, 2005)

Entendemos o espaço assim como Lefebvre (1976) como um instrumento político, passível de ser intencionalmente manipulado, sendo construído, projetado pela prática social. Nesse sentido, o espaço em que a população foi reassentada é um produto das tramas políticas, e fruto do jogo desigual que ainda existe em nossa sociedade. O espaço é então engendrado pelas relações estabelecidas entre as pessoas. Abaixo vemos na foto uma das reuniões em Pedro Velho, momento em que os espaços passam a ser pensados, o antes e o depois e as estratégias de luta.

2.2 O PROTAGONISMO DOS ATINGIDOS



Foto reunião dos atingidos por barragem. fonte MAB

Acima a foto expressa um dos momentos de organização do movimento social. Nestas reuniões eram debatidos os modos de atuação do movimento, conquistas, metas, perdas e em algumas delas eram distribuídas cestas básicas. De acordo com um participante do movimento:

N7: A cesta básica foi uma solução mais emergencial, porém não supre nossas necessidades, até porque nem carne vem. Vem café, uma lata de óleo, cuscuз feijão, arroz ... é o básico do básico.

Pela imagem percebemos que as pessoas que participam das reuniões são pessoas de trajes humildes, pertencentes a diversas gerações e em sua maioria homens. Entendendo a cultura Pedro velhence, que não foge da lógica patriarcal que frequentar o cenário público, é mais apropriado para a figura masculina, a provedora. A foto não nos permite dizer a quantidade de pessoas que existe neste espaço, pois trata-se de um recorte, cujo principal foco é fotografar os sujeitos que estão no palco. O que podemos

afirmar é que essas reuniões existiram e contavam com a participação de uma grande parte das pessoas atingidas, além de lideranças locais.

Nessas reuniões também vinham pessoas de outras comunidades atingidas, fato que é um importante elemento para a formação do MAB. No que tange à sua origem no âmbito do Brasil, o movimento nacional possui uma pauta reivindicatória contra o setor energético, o MAB na Paraíba não se origina a partir dessa causa energética, mas se pauta no objetivo de fornecimento d'água para as cidades de Salgado de São Felix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Taipu, Aroeiras e Fagundes; reforço ao sistema hídrico que abastece Campina Grande, Boqueirão, Queimadas e Caturité; a irrigação do Baixo Vale do Paraíba, a criação de um pólo pesqueiro e a contenção das enchentes que assolam periodicamente as cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, São Miguel de Taipu, Cruz do Espírito Santo e Cabedelo.

Toda a engrenagem para a construção do lago aconteceu sob um duro processo de desumanização para com as famílias ribeirinhas no processo de desapropriação.⁸ Esses são os objetivos primeiros, além deles há também o imaginário embasado nas promessas de desenvolvimento e progresso, álias “água é fonte de vida”. De acordo com os registros oficiais a potencialidade hídrica do rio Paraíba era bastante considerável e esta afirmação produziu sentido e deu respaldo a construção de Acauã.

No entanto o que aconteceu foi que a barragem da Acauã acabou sendo construída, sem qualquer diálogo com a população ribeirinha que totalizava um número de 8.000 famílias que tiveram que reconfigurar todo o seu cotidiano em nome de um projeto político modernista que eles não pediram para acontecer.

2.3 “NÓS NÃO VESTIA PALITÓ, MAS TINHA A LIBERDADE QUE É COISA MUITO MELHOR!”: REVISITANDO MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE PEDRO VELHO I

2.3.1 PEDRO VELHO QUE LUGAR É ESSE?

⁸ Informações foram retiradas do Estudo de impacto ambiental da barragem Acauã. Governo do Estado da Paraíba, Secretaria Extraordinária do meio ambiente, dos recursos hídricos e minerais – SEMARH. Vol I.

Revisitar memórias é ter acesso aos retalhos de um passado. Pensamos em questões como: Que lugar é esse? Quem sou eu? O único meio de darmos uma resposta é voltarmos ao passado, como diria Simone Weill “O passado nos dá tudo”. Para a maioria dos Pedro Velhences os quais tivemos contato, recordar não é só lembrar mais resistir a um esquecimento que foi imposto.

No solamente el relato está formado por una diversidad de imágenes a la vez fragmentarias y misteriosamente unidas. La realidad misma es una infinitude de fragmentos cuyacomplejavinculación desborda todo intento de ordenamento. Lo que llamamosorden no es finalmente outra cosa que una propuesta, digamos, um intento de compartir. Sólo compartimos lo que elaboramos intersubjetivamente; sóloentonces es nuestro mundo, nuestro tempo. (LECHNER, p. 11)

A narrativa é uma experiência compartilhada que envolve uma subjetividade interna, pois só compartilhamos aquilo que produziu um sentido, sentidos do passado produzidos no presente. As tramas que fizeram surgir Pedro Velho são bem presentes na memória da população, principalmente daqueles mais velhos. A história baseia-se na ação de personagens, tempo e espaço cujo detalhamento nos faz recriar imageticamente como tudo aconteceu. O enredo apresentado abaixo consiste na fundação do local como Pedro, e não envolve o narrador, mas faz menção a seus ancestrais próximos e distantes. A seguir a fala de Iranildo Firmino Vereador da localidade:

Aproximadamente 200 anos aqui era caminho de tropeiros que saiam daquela região de Boqueirão do cariri, chamava-se “o cariri” pra ir buscarem a cachaça, o açúcar, a rapadura la em Timbaúba - Pernambuco, saiam da Paraíba e traziam para Pernambuco. e pernoitavam aqui nessa região da gente aqui, onde foi construída a barragem de Acauã e o proprietário era um senhor chamado Pedro Velho, seu Pedro, seu Pedro Velho e todo mundo quando saia dizia você vai dormir aonde? Em seu Pedro, vai dormir lá em seu Pedro Velho. E...

O narrador alude à comunidade expressando seu vínculo afetivo, embora não tenha vivido a mesma temporalidade da narrativa, deixa transbordar um sentimento de pertencimento que dar significado a tudo que está sendo narrado, uma história enraizada na memória que produz sentido e vinculação na

produção de sua identidade individual e coletiva. Além de trazer datas, e mesmo sem ter plena certeza da precisão dessa temporalidade que apresenta, ele utiliza descrições que fazem o leitor alcançar um cenário imaginário. Rememora não o fato em si, mas faz alusão a outra narrativa a ele contada. Nestes termos lembramos de mais uma característica que o narrador pode ter:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. [...] A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos “Quem viaja muito tem o que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. (BENJAMIN p. 198-199)

Voltando a narrativa:

Conta-se que nas viagens que foi feita por Duque de Caxias, Duque de Caixas passou aqui nesse meio subindo no rio Paraíba e foi até Monteiro no rio Paraíba e... foi onde os homens brancos começaram a ficar nessa região, os primeiros brancos, aqui era habitada por índios, essa região era habitada pelos índios, nós temos até resquícios ainda aí, as Pedras dos Caboclos mas se ficou instalado aqui eu não sei, ninguém sabe nem como chegou Pedro Velho, mas que um desses tropeiros resolveram se instalar aqui o pai dele morreu pegou uma parte da herança e veio para cá.

Ao narrar a história vem aos nossos olhos nomes como Duque de Caxias cruzados com a presença do homem branco nas terras e de índios, o narrador acaba estruturando a narrativa com personagens típicos da história do Brasil. A Pedra dos Caboclos existe próximo a Pedro Velho e dá respaldo ao argumento que a terra foi ocupada por índios e depois aconteceu a presença do homem branco. O fato da localidade se chamar Pedro Velho é devido a esse ancestral aventureiro, de origem desconhecida, mas se sabe é que ele chegou, chegou às terras e se fixou sem imaginar, talvez que seu nome iria ficar como nome de localidade.

Essas terras eram terras comuns resquícios das capitânicas hereditárias, e... ae ele veio conseguiu comprar de seu Pedro Velho, esse ponto chamado de "hotel" né? Seu Manoel Gomes de Brito, ele era um filho de um grande latifundiário, do lado de Boqueirão. ae como ele vinha pra cá. ele era um homem de visão né? viu o rio Paraíba, uma mata e dava para estabelecer-se... se estabelecer com a família, isso ele fez. ae veio casado tinha sete filhos já . era um homem experiente né? Com sete filhos... se chegou aqui se estabeleceu mexeu coma agricultura a pecuária na exploração do algodão ae criou o vapor para despolpar o algodão, ae foi quando 50 anos depois chegou a história da barragem de Acauã a primeira barragem de Acauã era projeto já de D. Pedro I.

O narrador cita que as terras eram resquícios das capitânicas hereditárias, talvez querendo lançar a hipótese de Pedro Velho ser um donatário ou mesmo um possível descendente de donatários. O termo *hotel* é utilizado anacronicamente para representar uma casa de apoio onde os tropeiros pernoitavam, mas a casa passou a ser tida como “ponto”, “referência” de localidade o que acabou contribuindo para Pedro Velho ser não apenas o nome de um senhor, mas também de um espaço territorial. Vemos a presença (também notória na história oficial) do latifundiário, proprietário de grandes pedaços de terra já presente na história da comunidade.

O seu Manoel Gomes de Brito inaugura um período de atividade com a terra. Vemos isso quando ele diz: “*mexeu com a agricultura a pecuária na exploração do algodão ae criou o vapor para despolpar o algodão*”. A máquina de despolpar algodão nos chamou atenção, pois é uma tecnologia para a época, porém existiu em Pedro Velho.

Essa caracterização entre o urbano e o rural fez de Pedro Velho uma agrovila⁹ que cultivava de forma mais representativa: o capim elefante, feijão, milho e palma forrageira, o plantio de hortaliças como quiabo, pimentão e tomate. Estes cultivos eram direcionados principalmente ao consumo humano e ao comércio. Trata-se de

⁹Habitação social próxima a cidade, intermediária entre a moradia rural e a urbana. Possibilita o egresso do meio rural (provindo do êxodo rural) a manter atividade agrícola em pequena escala e prestar serviços na cidade como operário especializado. Disponível em Dicionário informal de Língua Portuguesa.

populações que viviam próximas ao rio Paraíba e em virtude disto, usufruíam da umidade e da boa qualidade da terra. O consumo de água daquela região se dava da seguinte forma: Não era feita uma análise qualitativa da água que a população consumia, em virtude disto doenças eram adquiridas através do consumo de águas impróprias. A água era encanada, mas não era da melhor qualidade para a ingestão humana, uma prática costumeira desenvolvida era o coamento das águas que as famílias faziam usando panos e tecidos para filtrar, outra, em menor número utilizava de substâncias como cloro ou outro. Mas a narrativa não acaba por aí. Nosso entrevistado prossegue:

Depois essa barragem foi cogitada no governo de João Batista Figueiredo que também não foi concluída por conta de desvio de verba para outra barragem no Ceará.

Toda narrativa nos conduziu a pensarmos, mas porque construir uma barragem justamente ali? O território paraibano tem tantas áreas desabitadas, quem sabe até apropriadas para a construção... Nosso entrevistado responde:

É por conta do estreitamento de Serras, economiza muito porque fica, ali é o ponto que fica no máximo 200 metros de largura, aí por isso escolheram aquele ponto. Mesmo morando gente. Barragem não respeita ninguém! Quando querem construir não respeita ninguém.

Destacamos a frase “barragem não respeita ninguém” , o narrador coloca a barragem como um sujeito e em um sentido figurativo revela que quando se quer construir barragens, o ser humano não é respeitado. Este fator fere a democracia e o direito a liberdade humana. Lamentavelmente esses casos passam despercebidos pelos judiciário que não punem os responsáveis por tais construções serem realizadas de uma forma tão bruta, unilateral e desumana.

Vemos que a construção da barragem naquela comunidade envolveu estudos geográficos, da engenharia, inclusive nós tivemos acesso a esses discursos através de documentos do estado. Então não é possível afirmar que o que aconteceu foi um acidente, pois a obra tem respaldo científico.

N9: Aí mais ou menos depois de 30 anos, 20 anos depois, ae o governador Zé Maranhão resolve construir uma barragem no Rio Paraíba, com o nome de Acauã, mas só que em outro ponto né, foi em outro ponto viram que a barragem ficaria mais baixa

só que acumularia mais água e eles fizeram. Só que quando ele construiu essa barragem a população em peso achava que ia ter uma grande melhoria. Todos nós acreditava, a teoria e até nos projetos era que ia haver investimentos na área de agricultura, terra para trabalhar, mesmo os mais pobres aceitava, o discurso sedutor, sedutor... uma conversa antigo né?.. só que infelizmente quando a barragem foi sendo construída começaram a fazer a avaliação das casas, colocaram um valor até mais alto que valia, para as pessoas não questionassem, mas quando fizeram a avaliação um saco de cimento estava custando 6 reais e quando vieram pagar o saco já era 12 reais, no espaço de três anos variou o preço. e quando construíram a barragem e lá vem: E nossas indenizações? não a gente só vai pagar de acordo com as águas, as águas vão cobrindo e a gente vai pagando e foi que a gente se mobilizou fizemos movimentos forte mesmo.

A partir do relato percebemos que as primeiras mobilizações foram engrenadas, segundo o narrador, pela sensação de engano e percepção que a população foi ludibriada pelos órgãos de planejamento da barragem.

A notícia foi pacífica e nos receberam muito bem, porque na realidade a gente ali não podia fazer nada. Ah vou fazer a barragem, a gente sabia que ia ser construída a barragem só que a gente sabia também que ia ter uma melhoria de vida, de emprego. A gente fala população pobre, mas era uma população que tinha o rio pra plantar batata, plantar o milho, a gente tinha uma vida pacata a gente não tinha riqueza, apartamentos, automóveis chiques, mas todo mundo tinha sua vida normal. vivia muito bem. A gente não tinha dinheiro, não vestia palitô mais tinha a liberdade que é coisa muito melhor! fizeram até música nesse tema. A gente começou a perceber o tamanho do buraco que a gente tava caindo.

Tomando como base o relato vemos que houve uma propaganda do governo em trazer melhoria de vida para a população, como a água sempre foi sinônimo de vida, inclusive as antigas civilizações se localizavam próximo a rios, a ideia de ter uma barragem trouxe imediatamente a associação a produtividade e a esperança de execução de outros projetos. Porém o nosso entrevistado segue falando o que de fato aconteceu na prática. Segundo Iranildo:

Veja bem: temos o maior... Não estamos hoje pior porque conseguimos nos mobilizar. Veja bem, o resultado final, temos hoje o terceiro maior potencial de água da Paraíba e ainda tá

sendo beneficiado pela transposição do São Francisco e não produzimos um só pé de cunetro essa barragem não produz nada nem água nas torneiras tem... então é a realidade de que governo e estado não fazem nada pensando no bem estar social. Hoje nos vemos com um olhar mais clínico, mais apurado, que na época o governador queria simplesmente fazer uma manobra com a construção dessa barragem, porque tava uma seca muito grande para abastecimento de Campina Grande e para conquistar os votos de Campina Grande. Aí depois da barragem construída vieram para cá com uns projetuzinhos de casas, chamado projetos Marix, casas de placa, que tão tudo caindo, quem tem uma condiçãozinha melhor tá derrubando e construindo outra. De outra forma tá todo mundo parado aí, alto índice de desemprego, as escolas de pior qualidade porque o próprio município não dá atenção, a violência crescendo cada vez mais, as drogas tomando conta, as drogas é uma praga parece que as drogas do mundo saíram tudo daqui, a segurança.

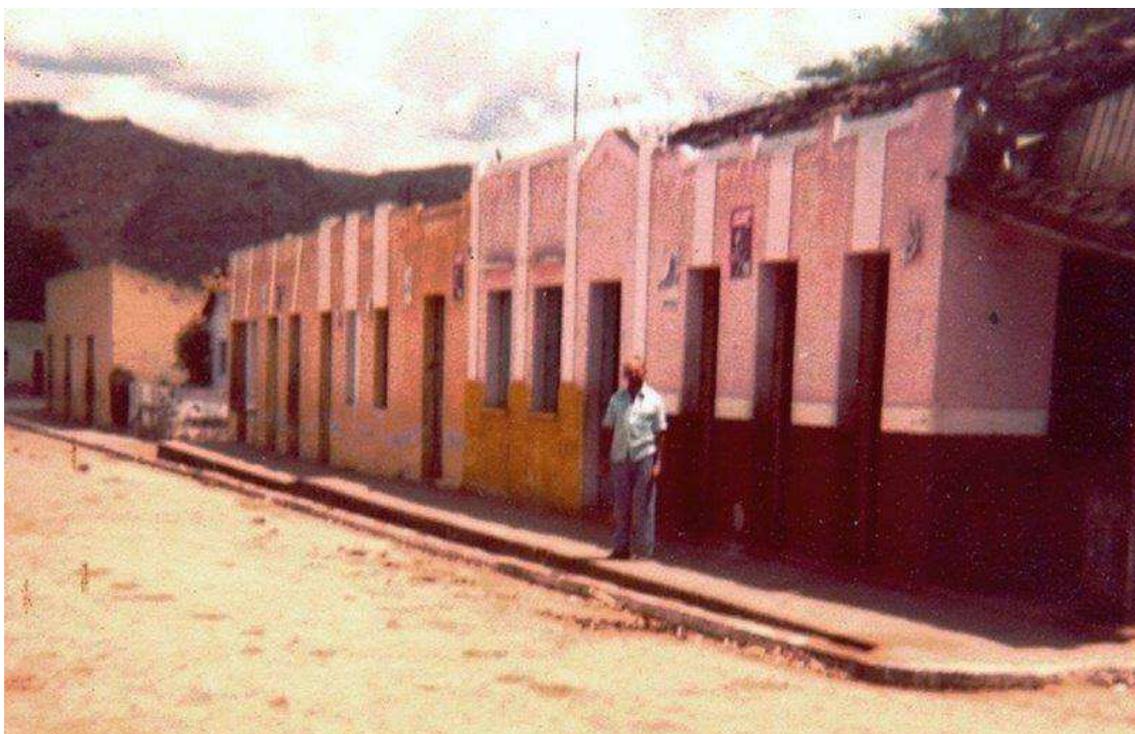
O narrador deixa transparecer em seu discurso o que é bastante vivido no Nordeste do Brasil, uma prática tradicional que se mantém: A indústria da seca. Neste sentido as estiagens favorecem aos políticos lançarem políticas e projetos que “ajudem” a população a passar pela estiagem, mas isso nunca ocorre de forma a beneficiar a população desinteressadamente. Obras grandes como a referida, costumam ter um vasto esquema de corrupção e desvio de dinheiro por traz. Quando, de fato obras e construções, realizadas pelo poder público, vem a beneficiar as pessoas, é tendo em vista a troca de favores.

Então olhe o que é que a gente tem hoje? a gente tem hoje a terceira maior barragem da Paraíba uma das terras mais produtivas do mundo energia elétrica suficiente para todo tipo de projeto, mas infelizmente caímos na malha da política que quando mais miséria pro povo melhor. Político nenhum quer investir aqui, porque se investir vai ter melhoramento e ter melhoramento não é o objetivo de político nenhum.

Vemos que ao encerrar a narrativa o nosso entrevistado demonstra sua análise de todo o processo, expressando suas impressões e revoltas acerca de toda conjuntura a que Pedro Velho foi submetida. Percebe-se a indignação com as mudanças que foram negativas em se tratando dos modos de viver naquele novo espaço (PVII), o qual passou

pelo processo de reconstrução, processo esse que não construiu dentro dos habitantes sensações de melhoria, mas sim de desprendimento e desamparo. A esse fato remetemos ao que Simone Weill(2003) fala sobre desenraizamento considerando que a experiência do desenraizamento causa morte e supressão das tradições. Assim como aconteceu nos processos de colonização a dominação econômica de um território sobre outro no interior de uma temporalidade ou época causa a mesma doença: Age de forma autoritária, despedaçando raízes, tornando a população nativa como estrangeiros da própria terra. ¹⁰

2.3 VISITANDO ALBÚNS E RECORDAÇÕES DE PEDRO VELHO I: DAS RUAS ANTIGAS, DA TRANSIÇÃO ATÉ A COMUNIDADE ATUAL



Fonte: Acervo do MAB- Relíquias de Pedro Velho. Uma das ruas de Pedro Velho I. Fazendo parte à residência de seu nino. Senhor muito disponível para conversas, neste cenário muitas memórias foram construídas.

Essa imagem retrata o cotidiano de Pedro Velho I, não conseguimos saber se seu Nino ainda existe, o que nos foi dito é que com a desapropriação de Pedro Velho os índices de mortalidade, principalmente entre os idosos se elevaram muito.

¹⁰ibidem



Fonte: Acervo do MAB- Relíquias de Pedro Velho.

Maria Helen: “Casa de vovó, de Bisa. Olhando essa rua lembrando das tantas quedas de bicicleta, rsrs; Essa imagem só traz a minha memória que minha infância foi maravilhosa!”

José Pedro: Estive em Pedro velho apenas uma vez no ano de 73 na casa de um velho amigo que fazia doce japonês! ele era conhecido como: Manoel (Neco) do doce.

Josefa: Como sinto saudades deste lugar. Minha infância toda contada nessas ruas. Assisti muita tv nesses bancos e namorei nesses bancos

José Maria: Esse Pedro Velho que está i, acredito, que tinha melhor qualidade de vida que a Vila Nova de Pedro Velho atual

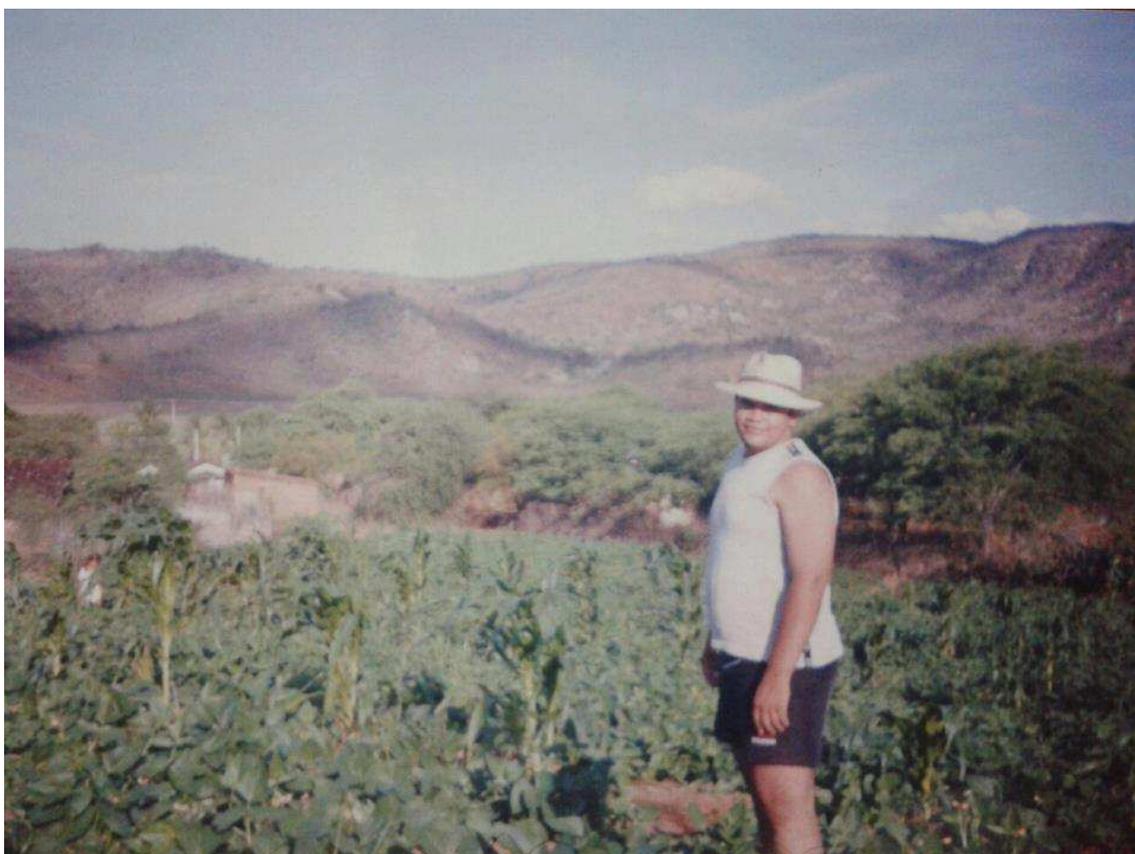
Essa pracinha era tão significativa para a população que dela usufruía que acabou sendo uma das pautas da militância. No vídeo-documentário gravado pelo ministério publico Federal da Paraíba uma jovem reivindica:

N14: Tínhamos os colégios, o posto de saúde, uma pracinha e hoje não temos, mas nada disso né? Perdemos todos os nossos

direitos. Nós eram camponeses trabalhávamos com a terra e hoje nos não temos nem onde plantar e nem onde criar.

A partir dessa fala, remetemos aquilo que está presente no livro de Écleia Bosi “memória de velhos” quando ela fala da importância do trabalho tecido. O trabalho se transforma em algo tão significativo para o narrador que acaba se incorporando a práticas diárias como comer, tomar banho, beber um copo de água, dormir:

A mão lavra a terra há pelo menos 8 mil anos, quando começou o Neolítico em várias partes do globo. Com as mãos, desde que criou a agricultura, o homem semeia, poda e colha. Empunhando o machado e a foice, desbasta a floresta, com a enxada revolve a terra, limpa o mato, abre covas. Com a picareta, escava, desenterroa. Com a pá, estruma. Com o rasteio e o forcado, sulca e limpa; Com o regador, água. Desgalha com a faca e o tesourão. (BOSI p. 469)



Fonte: Acervo do MAB- Relíquias de Pedro Velho.

Nesta foto vemos uma plantação de milho e feijão. Resquícios de Pedro Velho I. O sujeito fotografado posa para a foto ao lado de um bem precioso, pauta reivindicatória e essencial para a comunidade: a terra fértil. Um agricultor aparentemente robusto, feliz em meio o cenário verde, um cenário que transmite vida. Percebemos que a agricultura

não é só uma questão de alimentar, mas que contribuía e fazia parte de uma economia naquela localidade. De acordo com Júnior (2013):

A agricultura familiar no Brasil, hoje, produz a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos Brasileiros. Segundo levantamentos feitos, cerca de 70 por cento dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras são produzidas na pequena propriedade rural familiar. Por conta disso a agricultura familiar tem cada vez mais importância para a garantia da soberania alimentar não só no Brasil, mas em outros lugares do planeta. (JÚNIOR, 2013, p. 1)

Vemos a partir da foto uma satisfação. Reiteramos que nossa intenção não é romantizar o passado, mas que os indícios do passado que encontramos nos levam a compreender a cultura agrícola de Pedro Velho como um elemento de muita relevância. Os relatos de sobrevivência através desse modo de produzir “bens” e a sobrevivência humana, nos fazem afirmar a imensa necessidade que estas pessoas tem de dar continuidade a prática da agricultura , uma vez que, na impossibilidade de cultivar a terra, não há em PV outra forma de sustentar-se.

A partir desse quadro pontuamos que a reivindicação pela perda da referência do trabalho que era tecido historicamente e tradicionalmente por pais, avós e bisavós dos moradores é algo que está para além da questão material (que também é importante). Concordamos com Bosi:

Todo e qualquer trabalho, manual ou verbal [...]acaba se incorporando na sensibilidade, no sistema nervoso do trabalhador, este ao recordá-lo na velhice, investirá na sua arte de significação do valor talvez mais forte do que atribuída na ação. A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda a biografia. (BOSI p. 480- 481)

Logo abaixo a imagem revela o processo de tomada da comunidade pelas águas. A partir daí os moradores sofreram com a ruptura das relações com os antigos espaços e com os antigos modos de trabalhar e de viver.



Fonte: Acervo do MAB- Relíquias de Pedro Velho – Momento de transição. As ruas de Pedro Velho começam a ser alagadas pelas águas de Acauã.

Iranildo: Em 2004 a gente não esperava, achava que a barragem ia encher devagarinho, mas infelizmente bateu uma invernada muito grande ae de repente a gente tava tudo inundado.

Uma antiga moradora nos relatou que no princípio das chuvas de 2014 seu marido começou a fazer visitas a barragem de Acauã, já desconfiado que a barragem iria atingir seu volume máximo. No caso dessa senhora seu pai era um grande fazendeiro tinha tecnologias de irrigação, pagava a alguns empregados e quando se viu sobre ameaça tratou logo de sair de Pedro Velho, deixando todo seu patrimônio material para esta moradora e seu genro, ambos recém casados.

Quando os sinais se tornaram evidentes que as águas iriam tomar a comunidade, o esposo chamado de Marcos pegou sua moto e foi até a cidade de Aroeiras chamar um caminhoneiro para salvar aquilo que dava.

Abaixo está a imagem que descreve um pouco o que aconteceu, como disse a senhora “*Uma coisa é ver né outra coisa é viver*”. Vale dizer que essa fotografia não é desta família que estamos a narrar neste momento, trata-se de uma imagem de outra família, saindo às pressas de PV I.



Voltando a narrativa, imaginar a cena é algo impactante, todos os habitantes da casa que contabilizavam quatro pessoas, entre elas duas crianças com menos de dez anos cada, sem a idade suficiente para entender as dimensões de tal violência material e simbólica a qual estavam sendo submetidos, todos se moveram para encher os carros com os móveis e aquilo que dava para salvar. Com muita dor era a hora de seleccionar o que era de fato essencial para colocar no automóvel.



Fonte: Acervo do MAB- Relíquias de Pedro Velho.

A coberta das águas: As casas começam a sumir diante do cobertor de água que vai tomando conta da comunidade;

A imagem acima é emblemática, o olhar para trás. É como se tivéssemos nos equilibrando em um muro de espessura fina e que esse muro estivesse muito alto e distante do chão, a dica preciosa é: Não olhe para baixo. Talvez nesse momento a ordem fosse: Não olhe para trás! Pedro Velho já não era mais a mesma, se tornava irreconhecível a cada segundo que a separava da completa submersão, perdendo suas principais referências, em cada canto os símbolos materiais de um passado vão dando espaço às impiedosas águas de Acauã.



Fonte: Ferreira Neto (apud Silva, Silva, Neto 2012, p.17) Imagem panorâmica da Vila Nova de P.Velho

Vemos que as casas da Pedro Velho II eram todas de placa, algumas famílias que haviam escolhidos as casas e não a indenização foram morar nelas e as mais carentes continuam morando até a atualidade. Foi essa a arquitetura selecionada para os outsiders (os Atingidos por barragem). Casas feitas de materiais de péssima qualidade, algumas até ameaçam seus moradores de desabamento. Além do risco da casa cair nas cabeças dos moradores a qualquer instante, a fina espessura das paredes, colocam os atingidos por barragem a mercê da violência social. Abaixo vemos o modelo de casas:



Fonte: Acervo pessoal de Aldileide Gabriel do Nascimento

Quando visualizamos a casa, nos remetemos a quem nela vive: Famílias. Colocar pessoas para morar nestas casas, é um ato impiedoso principalmente contra as famílias. Para Araújo e Scalon(2005):

A família tem funcionado como importante espaço de interação afetiva, onde o desenvolvimento de práticas de sociabilização primária e expressões de afeto se realizam via relações entre pais e filhos e entre parceiros conjugais. (apud ver Torres et al. 2002); Bozon (2003); Duran (200); Jellin (1995) Mas não é apenas isso que responde pelo lugar que a família assumiu: o aprofundamento dos valores individuais orientados pela competição nas diversas arenas da esfera pública tende a tornar o espaço familiar um espaço de compensação afetiva e de afirmação de identidades.

É importante pensarmos nessa definição de família, pois uma comunidade é formada essencialmente por famílias. Além do mais muitos moradores citam a família como algo que pode ser estendido a vivência de toda a comunidade fortalecida pelas relações de vizinhança, relações essas que fabricavam afetividades por envolver: conversas, convivência diária, troca de materiais domésticos, concessão de favores, etc

Esses autores pensam a família enquanto célula da sociedade e afirmam que o espaço da casa define essas relações tornando-se ponto de referência para seu membros. Com a desapropriação, muitas famílias enxergaram os impactos que isso gerou nestas relações, pois na última narrativa contada, a senhora revelou que acabou tendo que ir

para a casa da mãe que já abrigava a mesma e seu pai, agora teria que agregar mais 4 membros e mais os móveis da família. O desconforto era tanto que mal dava para circular dentro da casa, sem falar na ruptura do relacionar-se cotidianamente que foi imposta.

2.4 PEGADAS DO MAB EM PEDRO VELHO

A experiência vivenciada pelas pessoas lançaram as bases para reunião do grupo social em movimentos de reivindicação, inclusive um dos primeiros ocorreu rumo ao palácio da Alvorada em João Pessoa, fato que aconteceu em sua primeira vez no ano de 2004. De acordo com o líder do movimento Osvaldo Bernardo, o movimento surge a partir da seguinte experiência:

Sobre a questão do movimento MAB ele surge em 2002 com uma grande inquietação das pessoas, que as pessoas perguntavam: Como é que a obra ia ser inaugurada e ainda não tenha sido pago a indenização? Isso é uma pergunta que as pessoas faziam, no ano de 2002 quando a barragem ia ser inaugurada. A partir daí a iniciativa que foi dada foi que os atingidos da localidade de Pedro Velho. Edvaldo estudante de História na UFCG e o padre Rômulo de Aroeiras eles foram até a universidade da UFCG na época era UFPB para apresentar suas inquietações, sobre isso. Então, a partir daí, foi um processo que os professores abraçaram e começaram a ir a Pedro Velho reunir as pessoas por lá né? Como se fosse uma rede de assessores locais.

O movimento social precede a expulsão dos moradores de Pedro Velho pelas águas que se deu em 2004, mas sem dúvida sucede a atitude arbitrária e unilateral adotada pelo Estado. Vemos então que a primeira causa que fez o movimento se originar, foi o não pagamento das indenizações o que também é acompanhado por um não cumprimento das promessas de melhoria e dignidade na realocação das famílias. A população começou a perceber o “jogo” do Estado, e despertar para uma nova consciência. Aliado ao conjunto de pessoas moradoras de Pedro Velho, outras pessoas vieram somar forças com o movimento. Padre Rômulo e o acadêmico do curso de história Edvaldo ambos contribuíram para a divulgação e o fortalecimento do movimento social em Pedro Velho. Segundo Osvaldo:

Os assessores locais compreende professores, estudantes, representantes da ASA que a Articulação do Semi-árido, posto sindical da Borborema, sindicato da extensão rural que esta o SINTER, CPT que

era a construção pastoral da terra um Mandato do deputado estadual Anástacio do PT e o padre de Aroeiras, o padre Romulo que foi uma pessoa muito importante no apoio decisivo a causa dos atingidos. Todos estes se reuniam junto conosco.

O grupo se formou e articulou, a partir de reuniões, organizações cujas pautas não estavam baseadas apenas no ganho das indenizações, mas em problemas específicos do dia-a-dia que se constituíam, em elementos motivadores e desencadeadores fundamentais da luta reivindicatória coletiva. Com a chegada de pessoas “de fora” da comunidade para aliar-se ao MAB, outra conquista foi sendo alcançada: Pessoas das comunidades de Itatuba e Natuba (comunidades também atingidas) foram se fazendo presentes nas pautas e discussões, o que promoveu articulações. Continua Osvaldo:

E agente também teve um momento importante que foi a divulgação do documento na imprensa livre, divulgação nas principais rádios e jornais de Campina Grande, realização de reunião de planejamento também semanal entre lideranças e assessores do campo da UFPB na época. Também tivemos a tentativa de reunião com o representante do governo do Estado, mas não foi bem sucedida né? mas nesse momento não conseguimos articular nada. E a gente tinha que sair de PV para se articular com outras comunidades.

Então nesse processo aqui muita luta, teve um momento que tivemos que ir para CG para a gnt ir pra rádio para denunciar o processor. 24 de maio de 2002 nas ruas de Cg. Teve um momento que a UFCG conseguiu,

Assim, o movimento dos atingidos por barragem foi surgindo e ganhado forma no Estado da Paraíba. Sendo citado pela mídia que apesar de não defender a sua ideologia, publicou a existência da situação das famílias em seu corpus no texto intitulado “*A situação das famílias atingidas pela barragem de Acauã*”. Estes acontecimentos se concretizaram depois da construção da barragem e a visão do abismo que muitas famílias caíram, por já serem pobres, e agora pobres sem terra.

Osvaldo: Teve um momento que a gente teve que vir para CG, juntamos a equipe, ir para rádios denunciar tudo. E o primeiro ato que nos fazemos foi no dia 24 de Maio de 2002 nas ruas de Campina Grande, a gente nesse momento a UFCG conseguiu, porque a gente não tinha internet e a UFCG/UFPB foi aqueles que deram, essa relação com o MAB nacionalmente que a gente não conhecia. No primeiro momento veio um Gaúcho Chamado Themar passou 2 dias, voltou. Em outro momento veio Depois veio Jucely é do Rio grande do Sul, e a terceira vez veio Josivaldo e é uma liderança do MAB no

Ceará barragem do Castanho e eu disse a ele” rapaz nós temos que reunir para mudar esse quadro.



Foto deste primeiro ato em Campina Grande. Fonte: Acervo particular do MAB

Pode-se dizer que foi a partir daí que o MAB passou a ter vínculo nacional e portanto, maior força. Agora com pautas que se relacionavam com a de outros movimentos no âmbito do Brasil. Neste contexto, o padre Rômulo teve grande importância, muito citado na fala de Osvaldo, sem dúvida este sujeito foi um dos personagens mais importantes na história e na concretização da existência desse movimento social na Paraíba.

Como foi exposto, no caso do MAB, sua força propulsora está situada em um contexto que transcende o “problema das indenizações”, tendo sua origem fortemente marcada pela participação de civis, acadêmicos, mídia e também de um ser religioso. O padre era portador de uma fé cuja representação e prática está associada a uma

participação na realidade social que move sobretudo um “dever de ser cristão”. Vemos isto neste trecho de sua carta escrita em 12 de Abril de 2002, esta carta foi encaminhada às autoridades locais:

No último Domingo 07 de Abril (domingo de páscoa), impulsionado pela palavra de Deus, lembrei na Santa Missa a importância desta represa que acumulará 253 milhões de metros cúbicos de água e trará muitos benefícios para a nossa região tão marcada por grandes estiagens. Pronunciei-me pedindo a ação conjunta e efetiva dos políticos de todos os partidos em favor dos irmãos que já estão sofrendo com a instalação da represa Acauã, para que sejam atendidos em suas necessidades de moradia digna, escola, energia elétrica, água, esgoto sanitário, saúde, segurança, enfim, tudo aquilo que for preciso que sejam tratados como pessoas humanas decentes, inclusive revendo os valores das moradias e considerando as benfeitorias das propriedades rurais.

O documento segue deixando explícito que o padre pensa fé como um resultado da união e da justiça pela igualdade, num constante apelo pelo atendimento da causa dos Atingidos como um modo de buscar uma sociedade mais justa. Esta carta foi dirigida às autoridades políticas e aos seus paroquianos sobre a situação do povo atingido pela barragem de Acauã. A carta possui um título que faz alusão à citação encontrada na bíblia no evangelho de Lucas 19: 40 quando Jesus diz “Se eles calarem até as pedras clamarão”, neste ponto o padre defende que se ele não relatar o sofrimento das pessoas atingidas pela construção da barragem, até as pedras não de clamar. Esta atitude política e de solidariedade à causa foi um dos primeiros passos dado pelo MAB na Paraíba rumo ao reconhecimento e legitimação.

Dito isto, vemos que de forma gradativa o movimento foi ganhando notoriedade e reconhecimento, muitos acontecimentos permeiam a evolução do mesmo, mas por enquanto anteciparemos o fato de que o MAB conseguiu articular-se aos movimentos Nacionais já existentes como o Movimento dos Sem terra e o MAB Nacional, fato que se deu com a mediação de professores da Universidade Federal de Campina Grande e sob este diálogo com outras organizações reivindicatórias. Vale ressaltar que algumas conquistas vão sendo alcançadas como, por exemplo, o apoio de promotores no MPF (Ministério Público Federal). Neste momento cabe dizer que estudantes, professores, religiosos, pescadores, aposentados, jovens, idosos e pessoas vinculadas a outros ofícios, idades e perfis uniram-se ao movimento social como uma saída para esse drama social.

Na formação do movimento, a reivindicação por terra é de fato um requisito fundamental para a luta, pois a comunidade sobrevivia a partir do plantio e da colheita, eram camponeses, agricultores, fortemente vinculados ao chão fértil. De acordo com senhor. José Mário:

Olha pra você ter uma ideia nós morava, aqui bem aqui próximo. Nós tinha a terra pra terra pra tabaiá, onde tiravamos o sustento a alimentação pra nós se sustentar. Nós até agora, já faz mais de 10 anos, nois num viu mudança de nada. De vez em quando vem umas pessoas aqui representano o governo aí nos da promessa e nos fica ansioso esperando. Nós não perdeu a esperança ainda, mas solução nenhuma trouxero para nois ainda não. (MPF- PB)

Neste contexto, quando o narrador aponta a terra e o trabalho, remetemos a Bosi (2003) quando pontua a expressividade da memória do trabalho que assume uma dupla significação:

- 1) Envolve uma série de movimentos do corpo penetrando fundamentalmente na vida psicológica. Há um período de adestramento, cheio de exigências e receios; depois, uma longa fase de práticas, que se acaba confundindo com o próprio cotidiano do indivíduo adulto.
- 2) Simultaneamente com seu caráter corpóreo, subjetivo, o trabalho significa inserção obrigatória do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais. Ele é um emprego, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de status.

A partir dessa memória do trabalho vemos que não se trata apenas de uma fonte de renda, mas tal relato nos ajuda a situar esse indivíduo na realidade que ele vivia dentro do sistema capitalista. Essa prática de lidar com a terra tem uma dimensão subjetiva dentro de uma realidade objetiva. Como já foi dito, a prática diária do trabalho acaba se transformando em uma atividade natural, como comer e dormir. É uma necessidade contínua. A desapropriação trouxe a quebra dessa prática costumeira. Neste sentido, a ideia de progresso que embasou o discurso da necessidade da construção da barragem é questionada pelo Coordenador do grupo de base da Melancia (arquivo UFCG):

José Eduardo: Dizem que era para beneficiar o povo com o abastecimento de água. Ele ta abastecendo 6 cidade com a agua dela e que já, essas cidades já recebiam agua antes mermo da barragem ser construída e o povo atingido que mora, tem gente que mora a 50 metros da agua esta passando sede. Ta passando fome Que fome de desenvolvimento é essa? O que é

desenvolvimento? É crescer e aumentar alguma coisa né? E assim retrocedeu. Transformou as pessoas que tinha alguma coisa em pobres miseráveis, em sem terra.

Notamos nesta fala que os atingidos por barragem não reivindicaram apenas materiais que giram em torno do dano da desapropriação de suas terras de origem, fomos em busca de dados contidos na internet e encontramos algo peculiar, a falta de acesso das populações ao principal bem que teria sido o motivo que os levou a sair de sua localidade: Água. Não só a ausência de abastecimento de água, encontramos pautas que reivindicam os derivados deste bem natural: Ausência de energia elétrica, ou o preço abusivo da energia elétrica e a falta de saneamento básico.



Fonte: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/na-para-ba-atingidos-reivindicam-abastecimento-gua> (site de notícias)

Esta é uma publicação realizada no início do ano de 2014 vemos que há mais de 10 anos depois da construção da barragem, seus objetivos enquanto projeto não foram cumpridos.

Na imagem, as famílias atingidas adotaram a postura da organização social como a medida mais coerente no processo de conquista de direitos. Os atingidos por barragem realizam ocupações em espaços de empresas, bem como em espaços públicos e põem em pauta suas insatisfações. No decorrer dos anos assistimos o não cumprimento das promessas feitas, fato que gerou reivindicações, uma delas em frente a

CAGEPA¹¹, localizada no município de Aroeiras, ali se reuniram cerca de 100 famílias para reivindicar o abastecimento de água da comunidade de Pedro Velho II.

Em Junho de 2003, aconteceu o I Encontro Nacional do Movimento dos atingidos por Barragem em Brasília. No ano seguinte, o MAB realizou a Marcha Nacional Águas pela Vida com cerca de 600 militantes. Neste mesmo ano, a partir da invasão das águas no povoado de Pedro Velho assistimos a organização do movimento que de início lotou 11 ônibus com pessoas que relatavam as mais diversas e profundas perdas que a barragem e tudo que essa construção pôde arrancar delas. Em 2005 veio ao Brasil à relatora da ONU, HinaJilani, que visitou um acampamento de atingidos na barragem de Campos Novos. (SC) A ausência de fontes não nos permite afirmar as conclusões e os desdobramentos ocasionados por esta visita.

O fato é que sabemos que nenhuma atitude foi tomada a ponto de mudar o quadro. Isto faz com que a organização dos atingidos por barragem se dê em virtude dos problemas colocados em pauta não terem sido resolvidos. Através de reuniões periódicas e participando de manifestações, a chama continua acesa. Porém de acordo com o vereador da localidade, a realidade é a seguinte:

N9: Vou lhe dar um exemplo nojento: é como se estivessem em um banheiro podre e tivéssemos nos acostumado com o mal cheiro de forma que não sentimos mais catinga, a realidade é essa nós não vemos mais uma luta tão fervorosa quanto as primeiras. É bem verdade que o Estado reconhecendo nossas limitações financeiras, sabe que não ha condições de financiarmos idas e vindas para João Pessoa e isso vai nos matando aos poucos..."¹²

Vemos a insatisfação do morador que faz parte dos atingidos por barragem, esta insatisfação traduz uma inquietação coletiva. E nos leva a pensar que de forma proposital não é dada a população condições financeiras suficientes, diante do medo do movimento se expandir e chegar a ameaçar interesses de classe. Neste sentido, Emir Sader (2001) explica que o movimento social precisa do Estado para acontecer, a falta

¹¹ Companhia de Água e Esgoto da Paraíba empresa responsável pelo abastecimento de água.

¹² Iranildo Firmino. Vereador da comunidade (já citado)

de incentivo do poder público no tocante a contribuições financeiras tem contido mobilizações.

Mas, a falta de incentivo financeiro não tem inibido o crescimento do movimento dos atingidos por barragem, o movimento é plural não só em suas causas, mas também nas suas ideologias. Fazem parte do MAB todas as pessoas de comunidades atingidas, ameaçadas por barragem. As famílias dispostas a lutar são organizadas em grupos de base. O grupo de base consiste na forma pela qual as famílias de uma comunidade entram para o MAB. Os objetivos do movimento também é algo que se pluraliza com o decorrer do tempo. Falar do MAB é adentrar no campo do plural, do heterogêneo, de devires de luta.

3“UMA COISA É VOCÊ SE MUDAR DE ONDE VOCÊ MORA OUTRA COISA É VOCÊ SER EXPULSO”: ESPELHOS QUE REFLETEM O MORAR E A LUTA POR DIREITOS

Quando a seca chega e leva embora as águas do rio Uruguai, as pessoas de Pueblo Federación regressam à sua perdida querência. As águas, ao ir embora, deixam nua uma paisagem de lua; e as pessoas voltam. Elas vivem agora numa aldeia que também se chama Pueblo Federación, como se chamava a sua velha aldeia antes que a represa de Salto Grande a inundasse e a deixasse debaixo das águas. Da velha aldeia já não se vê nem mesmo a cruz no alto da torre da igreja; e a aldeia nova é muito mais cômoda e muito mais linda. Mas eles voltam à velha aldeia que a seca lhes devolve enquanto dura. Eles voltam e ocupam as casas que foram suas casas e que agora são ruínas de guerra. Ali, onde a avó morreu e onde aconteceram o primeiro gol e o primeiro beijo, eles fazem fogo para o chimarrão e para o churrasco, enquanto os cães cavam a terra em busca dos ossos que tinham escondido.

Eduardo Galeano (2005)

O tema da modernidade líquida é um tema sociológico, criado por Zigmund Bauman que substituiu o conceito de modernidade criado anteriormente. Essa ideia de liquidez imprime a constatação de um mundo sem forma, sem certezas.

No mundo atual, a modernidade tem se desenvolvido a partir de duros golpes em vestígios do passado, a construção de prédios, barragens, represas e monumentos símbolos do moderno, se dão a partir de demolições a lugares de memória e até do ambiente natural, provocando assim o desaparecimento de um passado naquilo que tange sua existência material. Tenta-se apagar o antigo em prol do moderno, do tecnológico e do novo, esse modelo impõe novas e diferentes dimensões culturais e causa uma crise da memória, das identidades e a desvalorização ou esquecimento dos lugares de memória (Nora, 1993). O projeto – barragem de Acauã- surge com essa proposta modernizante e provoca crises, gerando também segundo (GOHN 2009) aprendizagens que repercutem nas mobilizações e na organização do movimento:

Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias, e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como música e folhetins. (p. 19)

Crises e aprendizagens vinculadas ao patrimônio materializado, tido como preservador da memória coletiva da comunidade se tratando não só de um espaço, mas de um símbolo de uma sociedade. Neste sentido, o conceito de espaço gera o uso da

categoria "lugares de memória" que observa o espaço físico (material) como suporte para a formação de uma memória coletiva (imaterial).

Pierre Nora (1993) desenvolve em seu texto "*Entre memória e história - a problemática dos lugares*" a afirmativa de que não existe mais a memória, uma vez que os lugares de memória são restos. A forma extrema que subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. Neste sentido, a sociedade só teria acesso ao passado por meio da história. No caso de Pedro Velho a principal forma de ter acesso ao passado é por meio da narrativa de militantes e ex moradores da comunidade, uma vez que a materialidade que lhe conferia a memória coletiva hoje se apresenta como restos, vestígios fragilizados.

Neste sentido a união entre o espaço e o patrimônio ali existente, fabrica a noção de lugar de memória. Com a inundação das águas assistimos o abalo desse lugar de memória que inclusive, pode nos gerar a dúvida: Ainda há um lugar de memória? Nora dirá então que "a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história o relativo". Se a memória se enraíza naquilo que é concreto vemos então a crise dessa memória provocada pela inundação. Para algumas famílias, as que tiveram mais "sorte", ainda foi possível salvar álbuns de fotografias, roupas, alguns móveis, utensílios, cadernos de receita e outros apetrechos que conferem e representam uma identidade histórica. Para outros, o passado ficou guardado apenas na lembrança. Neste sentido, Nora ainda diz o presente "é o momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída".

O caso de Acauã reflete que na política a preservação da cultura popular é desvalorizada, por envolver grupos sociais até então menosprezados e não tidos como produtores de manifestações culturais importantes na delimitação da identidade nacional. O fato revela uma consciência de preservação do passado, que é extinta principalmente pelos nossos governantes. Era essa mesma a visão de Magalhães (1980), que afirmava:

[...] existe vasta gama de bens – procedentes, sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos numa dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômicas e tecnológicas. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade.

A grande questão na não preservação de bens e no tratamento desumano que a população foi submetida é a forma com que o pobre é visto em nossa sociedade. Sobre isso Cerqueira (2010) pontua:

A desvalorização das forças da vida inventa o pobre – o mal provido, pouco fértil, pouco produtivo, de pouco valor, mal dotado, desfavorecido, desprotegido, digno de compaixão, infeliz. A moral cria códigos de conduta e regras na direção de um campo imposto, utilitário e finalista, configurando relações de dominação expressas em sentenças inabaláveis que modelam o que se deve pensar, como agir, em que acreditar. Num sentido oposto aos domínios da ética, a moralidade reforça a impotência, regula visibilidades e invisibilidades daqueles que estão em toda parte: os pobres. (p.23)

Provavelmente havia na mentalidade dos que provocaram a destruição da antiga comunidade de Pedro Velho que as pessoas não iriam reagir aos efeitos da construção da barragem em seu espaço de morada, principalmente por acreditar que os pobres são impotentes e que por isso estão submissos a leis verticalizadas e ditadas pelos “donos do poder”. Neste sentido, também há o imaginário de um pobre, que para ser bom é necessário que ele pense e aja de determinada forma:

Quando o pobre não é circunstanciado numa fórmula única, estanque, ele é uma criatura híbrida, o aceitável, aquilo que todos sabem e não sabem exatamente o que é. Por isso, requer atenção todo modo de identificar, classificar, qualificar o pobre. Códigos moralmente comparilhados recomendam, indicam, estabelecem, que o pobre bom, o pobre dócil é aquele que consome pouco é trabalhador. (Cerqueira, 2010, p. 22)

A caracterização das pessoas desfavorecidas pelo sistema capitalista, envolve um olhar que define o não possuir bens materiais com o não saber, a ausência de intelecto e a incapacidade de se defender e se reinventar:

Massacrado, o pobre é incapaz, grotesco, objeto, ocupando um lugar de subtração e exibindo sempre alguma forma de apamento de se. Por isso, ao conjunto da plebe nomeia—se de “povo”, título que prima pela mesma indiferenciação atribuída a “classes populares”. Ambas são formas que sugerem uma adequação da política à pobreza (Cerqueira 2002). O que importa é ocultar essa massa disforme, essa gente tão igual, tão semelhante a si mesma, a ponto de caber no rótulo mais ordinário. (CERQUEIRA 2010, p. 23)

A existência dos pobres em muitos contextos incomoda os ricos e a vontade de ocultá-los acaba sendo revelada, mesmo sem ser dita. Vemos a presença de determinados atos que expressam o desejo que o pobre simplesmente não existisse.

Embora muitos de nossos governantes paraibanos saibam que só chegaram ao poder devido a uma indústria que encontra na pobreza um campo fértil para troca de favores, venda de votos e disseminação de crenças e inverdades. Ao exercer o comando governamental do Estado, percebe-se que há uma balança que regula que uma hora o pobre é importante para a realização de seus mais ambiciosos projetos e noutra é o agente que incomoda, questiona, atrapalha. Para Cerqueira (2010, p. 23) “Apontando para vagos e imprecisos contingentes humanos, constela-se uma grande dificuldade: a de reconhecer que os pobres são, antes de tudo possuidores de desejo, além de serem possuídos pelos desejos alheios.”

Desta forma, atingir os bens de uma comunidade está além de um gesto concreto contra seu patrimônio cultural, mas configura-se em um atentado contra uma memória e contra o reconhecimento de um povo. Gonçalves (2002) pontua, o quão profundo pode ser o significado de um bem para um indivíduo ou sociedade:

Tais bens são, simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos.

Sendo assim, nenhuma indenização será capaz de recuperar traços de passado. Devemos lembrar que no caso de Acauã a designação de patrimônio é múltipla, incluindo o sentido mágico, também como uma representação de um SER e PERTENCER. Como no exemplo de Maria das Dores em reportagem ao Jornal da Paraíba no ano de 2015:

"Eu lembro de tudo como era, nasci e me criei aqui", conta dona Maria das Dores, apontando para o que hoje é apenas vegetação e restos de construções: "se eu fechar os olhos, sei que aqui na frente era o mercadim e por trás, a escola. Lembro dos meus amigos, de meus vizinhos, da vida que eu tinha aqui e que acabou, nunca mais foi a mesma. Todos os dias, depois que a barragem foi secando, eu venho para cá com meus 'bichos', é uma forma de também ficar perto do que me fazia feliz"¹³

3.1 AS IMPLICAÇÕES DO VERBO MORAR

¹³ COMUNIDADE PEDRO VELHO, QUE DESAPARECEU EM 2004, RESSURGE COM SECA. Andréia Xavier. 2015. Disponível em <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/comunidade-pedro-velho-que-desapareceu-em-2004-ressurge-com-seca.htm>

A partir do relato vemos que além do patrimônio de “pedra e cal” (FONSECA, 2009), representado com mais frequência por concepções mais tradicionais, há a concepção de um patrimônio afetivo que confere um valor imaterial e indescritível. Nesta categoria estão as festas, a culinária, os lugares, as religiões, dança, recaindo assim sobre ideais valorativos sobre essa forma de vida. Trata-se de um conjunto de materiais existentes em uma paisagem que acabam sendo manifestações não apenas de uma identidade coletiva/individual, mas do próprio Pedro Velho.

O verbo morar é bastante utilizado pelos membros do MAB, confirmando a relevância não só da casa, como também do trabalho, da rua e dos antigos e atuais espaços habitados anteriormente. Entendemos a moradia como um meio que favorece:

[...] a construção inicial de identidade e as relações fundamentais com o outro, em termos de cuidados mútuos, solidariedade e afetividade, são protegidas pela moradia [...], concebida como um locus onde a intimidade é resguardada para o repouso, o devaneio, a satisfação das necessidades básicas, dentre outros. Trata-se de uma referência espacial essencial dos residentes para dar materialidade aos seus valores, desejos, aspirações, fantasias, sentimentos, assim como para exercitar as tensões e conflitos que, porta afora, estarão igualmente presentes na esfera pública. É, ainda, a referência espacial relevante na sociabilidade praticada com os demais membros de sua rede primária, desde os oriundos da família nuclear como da extensa, como os amigos e vizinhos. A referência alargada da moradia, que faz a ponte entre a esfera privada e a pública, as práticas personalizadas e as impessoais, é a comunidade, cujo sistema de objetos com significados compartilhados viabiliza a coesão e rotinas de convivência entre conhecidos e desconhecidos. (CERTEAU, 2009, p. 68)

A memória registra todas as relações empreendidas em torno da moradia, a permanência ou no retorno ao local de morada e na reconstrução do território de Pedro Velho inundado apontando para a relevância de “um Lugar seu”, evidenciando a luta por pertencimento e vinculação. Nos discursos coletados vemos a memória dando forma ao que se entende por morar, transformando esse verbo em algo mais do que a definição “residir em determinado local, habitar, viver”, mas em uma definição política que classifica o *morar bem* e qual seria o papel do estado em propiciar uma moradia mais digna:

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em

que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a. (BOSI, p. 55)

No documentário produzido pelo Ministério Público Federal a senhora Aldenise já com seus mais de 80 anos de idade, vive atualmente apenas da aposentadoria, sofre no corpo e na alma os impactos da falta de recursos para levar uma vida melhor e digna. Moradora do atual conjunto Vila Nova de Pedro Velho, assim se refere quando interrogada pela assessoria de divulgação do MPF- PB sobre as condições de sua atual morada: “*Aqui num é muito bom não viu? Não tem onde a gente morar, não tem onde a gente criar se é pá comer o que se arruma, é o que o governo dá né? Todo mês.*”

Rosa Maria da Silva presidente da comunidade de Melancia, vivia da agricultura na antiga Pedro Velho, ela fala em tom de revolta, a condição social e econômica que vive hoje e a surpresa que teve em sua casa quando viu as águas de Acauã inundarem – na :

“A pessoa não pode ter um palmo de roçado num tem onde bote. Tão cercando a barragem pra ninguém num criar. Eu fui a primeira atingida tirei os troços quando fui terminando de tirar já foi com a água aqui (apontou para os ombros). Ou saia ou morria afogada tive até que acordar até o menino que tava dormindo!”¹⁴

A memória dos atingidos está fortemente entrelaçada à memória material, do lugar que cada sujeito ocupava, sua profissão e o ofício que exercia na sua primeira Pedro Velho. Além do pequeno vilarejo possuir um ritmo de cotidiano, embasada nas atividades habituais que também foram suplantadas pela atual configuração da vila.

Costumes e rotinas que só podem ser recuperadas a partir da memória da vila de Pedro Velho, da paisagem, da atividade, do trabalho com as mãos. Por esta razão alguns de nossos entrevistados delinearam um passado saudosista, destacamos que o morar está entrelaçado ao “fazer”, ambos se fundem e são pertinentes nos relatos ouvidos. A perda da terra, dos instrumentos do trabalho, das relações de vizinhança, das referências das ruas e casas da antiga comunidade dão respaldo a todo um (re)sentimento daquilo que já aconteceu contornando assim, memórias e indignações. A memória que perdura e tem atravessado os anos nas lembranças dos atingidos por barragem está relacionada de uma forma mais intensa com a perda da referência da moradia , da vida profissional e da

¹⁴ Rosa Maria é presidente do MAB na comunidade de Melancia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fevOOCMxIHY> Acessado em 20/05/2016

própria identidade dos sujeitos, tais modificações também implicaram na elaboração de outra configuração de morar uma vez que acabaram por definir um novo aspecto de espaço de moradia. A fala que atravessa a história de vida reivindica o retorno à antiga profissão/costume: Cultivar a terra. Sobreviver daquilo que se planta, se colhe, se troca/vende e se consome.

De acordo com Vargas “Os cenários de desastres socioambientais têm, como uma de suas principais e mais dramáticas expressões, o comprometimento da experiência de moradia e de vinculação com o Lugar de parcelas sociais significativas” apesar desse autor trabalhar com a ideia de desastre o caso acontecido com as famílias pedrovelhences, não deixa de ser um desastre. De acordo com a autora, tais processos sinalizam para a sua possível associação com processos de vulnerabilização social, por isso uma das mais emblemáticas reivindicações dos militantes giram principalmente em torno do morar. Quem mora em um lugar estabelece ligações com o mesmo, trata-se de raízes, referências que são herdadas de ancestrais e antepassados que tem um caráter valiosíssimo na construção da identidade do sujeito social.

Neste sentido, as práticas cotidianas empreendidas no antigo Pedro Velho, revelam costumes tradicionais do grupo. Vale lembrar que o conjunto de pessoas que coabitavam PVI é diferente dos que vivem em PVII, a relocação da comunidade implicou na mudança de códigos culturais desse grupo comunitário, pois o lugar é construído e interpretado pelos seus moradores. Apesar de não podemos caracterizar PV como uma cidade a definição de ROLNIK, retrata um pouco do significado do espaço social que agrega a moradia para o sujeito:

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular. Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso, ou não é só isso. Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção dessa territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve (ROLNIK, 1992, p. 28).

Como exemplo dessas experiências, do uso do morar e das relações entre os indivíduos em uma comunidade podemos ressaltar o discurso do senhor Zacarias proferido no Ministério público Federal da Paraíba no dia 15 de Dezembro de 2015, tal fala nos permite observar e não reduzir o movimento a uma experiência embasada

apenas no viés econômico, mas compreendê-lo a partir de outras dimensões que cercam importantes dimensões da vida humana. A ausência de atenção dos governantes para a comunidade no antes, durante e depois da implantação da barragem, ecoou no Ministério público da Paraíba, na voz de um integrante do MAB:

O que faltou na barragem de “Acauã” foi falta de planejamento, pois as autoridades pensaram no projeto da barragem, mas não pensaram em realocar as famílias, no Ceará foi feita uma barragem no mesmo período, mas as autoridades e o governo de lá pensou como realocar as famílias, mas as casas eram vizinhas, o vizinho de frente, permaneceu sendo o mesmo de frente, do lado direito permaneceu do mesmo jeito, o que ficava no fundo era tudo vizinho, coisa que não aconteceu lá em Pedro Velho... Chego lá fico conversando com as pessoas e eles tudo saudosista lá de baixo, porque hoje lá, chega um parente vai embora e não vê ninguém. Então o que faltou foi o planejamento! O governo pensou em construir a barragem, fazer fotografia e em uma festa muito grande, mas e as famílias? Prometeram que seria casas em alvenaria, seria três tipos de casas. Que foi entregue? Foram as casas de placa que a espessura das placas acho que talvez num chegue nem a 10 ou 7 centímetros então as paredes? As placas vivem balançando. E cadê a questão da saúde? A questão da água? Lá em baixo o pessoal tinha! Cavava uma cacimba, quando faltava água, deixava de comer, mas se fazia uma cacimba e com poucos metros e com poucos centímetros aparecia água. E água, é o que? É vida! (disse com intensidade) E se não tem água acabou. Hoje vemos as pessoas lá passar 4 meses, é 4 meses sem água, 4 meses!(alterou a voz) E olha tem meio mundo de água lá no rio lá em baixo, na barragem. A pessoa

passar 4 meses? 4 meses sem água! Pelo amor de Deus! E a gente ver carro pipa passando levando água pra sede do município, mas o pessoal lá tá sem água, sem água na torneira. E graças a Deus nós temos esse movimento, para em defesa daquelas famílias que hoje sofrem, são os sofredores as famílias sofridas e esperando que o governo venha encontrar uma solução. Num é pra amanhã não! É pra hoje. É pra ontem!

Diante desta fala, vemos que densas mudanças espaciais implicaram em mudanças na vida cotidiana das pessoas e tiveram consequências acentuadas no ver e sentir e no existir. As relações de vizinhança que já ultrapassavam décadas e décadas foram drasticamente rompidas. O que o senhor Zacarias fala é sintomático. A população foi reassentada sem considerar qualquer grau de parentesco e afinidade entre as pessoas ocasionando que muitos já estão anos e anos sem (re)ver seus parentes e antigos vizinhos, por não encontrá-los mais.

As violações ao direito da moradia também são perceptíveis nesta fala:

No caso de Acauã, Acauã, agente pode falar que pelo menos há quatro series de violações desde do momento da implantação,

momento da relocação previamente a implantação e importação da barragem. O momento da relocação e aí no momento da relocação todas as relações que eu conheço depois efetivamente fixadas nas comunidades vemos essas violações. E lembremos e aí acho que é um ponto importante até para sinalizar para os representantes do poder público aqui recentemente foi a questão do canal de Araçagi. E aí a gente pode falar de uma questão importante do ponto de vista da segunda crise que eu ia falar, essa primeira crise é a crise da invisibilidade acho que é preciso retirar a questão de acauã da invisibilidade política, da invisibilidade social. Acho que o trabalho da ufcg, e aí eu vou falar especificamente em relação ao professor Fernando, na verdade era p ele e estou falando de outro lugar de fala. Essa documentação toda, muito farta aponta basicamente para tentar desconstruir essa invisibilidade, essa invisibilidade do ponto documental ocorre, mas mais uma vez nos vivemos uma inviabilidade social e é preciso superar essa invisibilidade social e essa invisibilidade política, para que a gente superar outra crise que aí tem haver com essa situação governamental em específico que é uma crise de uma certa irresponsabilidade e aí eu não estou falando irresponsabilidade no sentido pejorativo, é no sentido que não desvincula a responsabilidade da origem e de fato não se pode, não posso atribuir a nenhum dos prefeitos que aqui estão e a nenhum dos secretários que aqui estão, os atos e as omissões dos governos que não vieram, não posso fazer isso, mas eu também não posso dizer que hoje vocês não são responsáveis por parte pelo menos das soluções e é por isso que é preciso que superando a crise de inviabilidade também superar a crise de irresponsabilidade para que a gente possa se mover. Neste sentido, eu creio que transformando essas momento importante, dessas crise que comentei anteriormente em momentos de oportunidade, e nesse momento de oportunidade, vou finalizar aqui, com duas frases enfim de um filósofo doutor Sartre ele fala, que falando da humanidade sobre nossas crises paradigmáticas, ele falava que não importava tanto o que fizeram de nós, mas importa mais o que vamos fazer do que fizeram de nós.

Vemos então que através dos desdobramentos desta situação e da ocorrência de crises emerge a figura dos atingidos por barragem como problema histórico, trata-se de sujeitos que falam através de seus malotes, seus relatos e suas experiências de desespero, agentes que elaboram uma retórica para a vida baseada na perda, na luta, no engano e nos descaminhos. A escrita elaborada a partir dos transtornos vivenciados, cujas palavras se pautam em todos os emblemas que não correspondem a passividade e a subserviência.

Nesta direção, vemos que os relatos dos militantes tiram os corpos invisíveis da invisibilidade. Nossa sociedade produziu vários corpos que se tornaram invisíveis por não se adequarem a um modelo tido como “ideal” que está correlacionado a um modelo de corpo “sadio” biologicamente e socialmente, produtivo e que soma ao sistema capitalista. RAMOS (2009) em seu trabalho “Os corpos enrugados e meus “outros” espelhos etários” traz a reflexão da velhice, do velho como sendo um corpo invisibilizado, o *ser idoso* dentro da hierarquia social moderna, estaria em uma posição de inferioridade, provocando assim uma questão de ordem biológica a ter se tornado uma também questão de ordem social. Sendo o desprezo pelos corpos velhos relacionado á sua fragilidade, decadência e dependência contínua. Ramos (2010)cita:

A plasticidade e fluidez de todas as identidades de gênero e geracionais no cenário líquido (RAMOS apud BAUMAN, 2001) têm desautorizado prática discursivas e experienciais consubstanciadas em códigos comportamentais fixos, rígidos e a-históricos.

Dentro desta perspectiva, vemos que há uma desvalorização de determinados corpos repercute também naquilo que é dito por essas pessoas, a desvalorização desautoriza os lugares de fala e até questiona a existência dos mesmos. Acrescento que além dos velhos, outros corpos são marginalizados em nossa cultura como, por exemplo, o corpo do sujeito pobre. Para Cerqueira (2010)

Como náufragos contemporâneos, assistimos à exaustão modos de civilização que produzem sujeitos banidos, sobreviventes, migrantes que exibem seu perfil caótico massivamente, produzindo um decalque vulgar do real. Sob predomínio de um único coro de cozes sobranes e miseráveis de toda ordem são tomados por uma visão unidimensional. Esse é o universo dos pobres, onde não ha nenhuma singularidade ou complexidade – nada os distingue.

Cerqueira pontua que em nossa cultura, o pobre costuma ser visto como uma chaga social, seu lugar deve ser determinado por outros e seu modo de comportamento deve ser docilizado. Concordamos com esse termo “docilizado” ao passo que ele reflete uma cultura, a nossa cultura: Aquela que pune seja no campo simbólico, representativo ou até no campo material, físico aqueles pobres que ousam a reivindicar ou ir para rua, a se recusar a obedecer determinadas ordens e costumes que regem o sistema capitalista. A exemplo, o fato de ir para rua, trancar BRs de grande fluxo é visto como algo marginal pela mídia e pela grande maioria da população, porque o pobre tem que ser dócil.

Vemos então a existência de um sistema de governo corrupto que cria a pobreza (através de abuso em taxas de impostos, corrupção, leis e de atitudes antidemocráticas que sabotam e empobrecem a população) e depois a condena. Com as águas de Acauã, muitas vidas foram alagadas e delas retiradas não só o material, mas a própria profissão. A maioria agricultores, que trabalhavam com a terra, focaram impossibilitados de dar continuidade, pois sem fertilidade do solo não tem como plantar. Neste sentido ficaram desempregados, condição que é bastante criticada em nossa sociedade, pois aquele que não trabalha é praticamente da vagabundagem e provavelmente esta adotando meios ilícitos para sobreviver. Concordamos com a fala do professor Paulo Sérgio Cunha Farias, que apesar de estar falando sobre a infância/adolescência de pessoas pobres, traduz o comportamento do Estado: “O Estado que se omite diante das carências dos meninos e meninas das periferias, é o mesmo que os/as condenam aos calabouços e cárceres imundos das nossas prisões insalubres! É o mesmo que judicializa e criminaliza suas formas de resistência.”

“Caminhando contra o vento, sem lenço e sem documento”, é importante pensarmos o sujeito pobre como um corpo que sofre em se marcas de seu passado e de sua baixa condição econômica aspectos que colaboram para sua identidade social. Para Ramos (2010):

Segundo o psicólogo Bioenergética Lowen (1979), o sentimento de identidade deriva de um sentimento de contato com o corpo... É o corpo que se funde no amor, congela no medo, treme na raiva, anseia por contato e calor humano. Para ele, a perda completa do contato com o corpo caracteriza o estado esquizofrênico. Na cultura ocidental tornamo-nos prisioneiros de um mundo de palavras impessoais, sem toque, sem sabor, sem gosto. As palavras ocupam o lugar da experiência. (Ramos, 2010 apud MONTAGU, 1988, p.19)

Negar o corpo é negar uma identidade, uma existência. Neste sentido, os corpos falam. Vemos que a negação de direitos sociais é notório na paisagem da comunidade, mas não apenas, essas pessoas possuem no corpo as marcas de um contexto que não favorece seu bem estar e transparece os desafios, a desigualdade vivida e sentida na pele. Partindo dessa base, e observando que estas pessoas foram vítimas de um contexto político excludente, foi elaborado um relatório com algumas pautas sobre direitos da comunidade, que foram violados.

Falar de direitos humanos em nossa sociedade é algo que impõe desafios, vemos na frase que até parece um clichê, mas é bastante emblemática: “somos todos iguais diante da lei”, mas que igualdade será esta? Tratar todos como “iguais “ traz ao indivíduo a uma forma genérica de ser, forma imprecisa, daí a necessidade do sujeito ser considerado a partir de suas peculiaridades e particularidades. Concordamos com Boaventura de Souza Santos:

Temos o direito a ser iguais quando nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

No caso de Pedro velho quando se põe em pauta a questão das diferenças/ desigualdades sociais e como elas podem interferir na questão de ter ou não ter, vemos aqueles moradores desabrigados que escolheram a casa como indenização, e os que escolheram o valor em dinheiro. De acordo com os moradores o governo cedeu o conjunto de casas de placa, mas antes da inundação não foi explicado qual a qualidade das casas e por fim, o lugar que a população foi reassentada NEGA o direito a moradia digna. Vemos isso na fala da aposentada Aldenize:

Ta toda esculhambada a porta, ta toda esculhambada. Só basta uma pesada que der, já tá...Mandaram fazer aqui não, nada, nada. Porque se tivesse arrecebido tinha feito uma casinha melhor né? Pelo meno a frente...mai nem a frente da casa deu pra fazer. Cadê dinheiro pra fazê? Porque a pessoa arruma, num vou dizer que a pessoa num arruma, porque todo mei a gente arruma um trocadin, você sabe muito bem disso, que todos os aposentados tem um total, mas se for pra fazer um beneficio aqui passa fome, é mar mió a gente viver, porque se for pra fazer 700 real num dá pra fazer, então vai passa fome.

Por outro lado, os que escolheram a indenização reclamam de sua insuficiência como também de seu valor não ser justo comparado ao patrimônio perdido: Ao ser entrevistada, uma senhora comenta como conseguiu aumentar o valor de sua indenização de 1700 para 2000:

Eu fui lá de pé meu fi! passei o dia todin andando de pé pra lá e prá cá, fui pra lá. La num tem um escritório, né? ae eu fui pra lá de pei e voltei eu e minha irmã. Fui lá falar , ae fui lá falar porque tinha um barreiro, tinha dois quadro de palma, mei mundo de capim e ele não tinha colocado nada.

Neste exemplo, vemos, como foi injusta o ressarcimento das famílias, o acontecimento da barragem de Acauã, retirou dos moradores a sua autonomia sobre seu destino, aspecto que viola os direitos da pessoa humana, álias seres humanos não são coisas que possam ser remanejadas de um lugar para outro com grosseria, sem planejamento, sem um aparato, nem mesmo sem sua permissão. Para Sarlet (2001, p, 60):

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos.”

Com a construção da barragem, vários direitos foram violados. Não só os dos pedrovelhences, que foram privados de usufruir de seus direitos, mas as outras comunidades que também passaram pelo mesmo processo. Na verdade foram comunidades, atores sociais que viveram o processo de submersão, pessoas comuns: agricultores, operários, donas de casa, jovens e muitos nomes corriqueiros que tornam real a verdadeira a palavra: Atingido.

3.2 DIREITOS HUMANOS VIOLADOS

De acordo com o relatório da comissão especial de Maio de 2007, conselho de defesa dos direitos da pessoa humana, as conclusões de caráter mais geral apontam para aspectos essenciais das condições de vida da população, dos quais se transcreve a síntese final de cada um deles.

Acesso e transporte público: O direito de acesso e transporte público da comunidade de acesso viário deve ser aperfeiçoado, assim como é de todo urgente e a organização de transporte público regular até essas comunidades, a fim de diminuir o seu isolamento e facilitar a circulação das pessoas e dos bens às cidades da região e do Estado.

Infraestrutura: Desse modo, se impõe como necessária a adoção de medidas emergenciais ou urgentes para correção dessas deficiências, providenciando-se a infraestrutura mínima para garantir a dignidade dos moradores reassentados.

Água: É absolutamente urgente e essencial a resolução desse gravíssimo problema, que afeta de várias maneiras, a saúde e dignidade das pessoas atingidas, mediante a construção de rede de água, com captação, tratamento e distribuição adequados.

Saneamento: A construção de sistemas de captação e tratamento do esgoto de acordo com as técnicas e com as normas de higiene atuais em cada assentamento é urgente e essencial à utilização digna e saudável das famílias afetadas.

Moradia: A situação narrada impõe a adoção imediata de providências tendentes a proporcionar uma melhor situação de habitação dos assentados e de solucionar a absurda falta de documentação. Além disso, a regularização das construções também é medida essencial, de forma a propiciar aos moradores condições análogas àquelas vivenciadas antes do assentamento, seja em relação ao tamanho, seja em relação à localização, ou, ainda, no tocante ao material de construção das casas.

Ensino: Por essas razões, a construção de escolas, ou seja, de prédios apropriados ao ensino, providos de acomodações adequadas, iluminação e ventilação minimamente aceitáveis, além de área de lazer, banheiros, acesso à água, e a contratação de professores em número suficiente para o atendimento de toda a comunidade é medida essencial, garantida pela Constituição e pelo ordenamento jurídico brasileiro, que deve ser adotada com urgência.

Saúde: Como se vê, o direito fundamental à saúde vem sendo ignorado, devendo ser solucionado o problema mediante a construção de postos de saúde, contratação de profissionais habilitados (médicos, enfermeiros, agentes de saúde) e fornecimento de medicamentos.

Segurança Pública: Assim, a disponibilização de estrutura policial é absolutamente necessária, além da implementação de outras políticas públicas tendentes a reduzir a tensão social que se instalou nas comunidades atingidas.

Lazer: Portanto, imperiosa a necessidade de construção de espaços de lazer, sejam praças, campos de futebol, quadras, salas de projeção, ou qualquer outro local apropriado ao desenvolvimento social e cultural das comunidades afetadas.

Informação e Assistência Jurídica: Por essas razões, mostra-se essencial a prestação de assistência jurídica integral e gratuita, por parte da Defensoria Pública Estadual e também pela Defensoria Pública da União, bem como a realização de Juizados Especiais Federais Itinerantes, a fim de garantir a esses atingidos o mínimo necessário à sua sobrevivência digna.

Vemos que os atingidos por barragem reivindicam direitos sociais fundamentais a pessoa humana; A Constituição Federal de 1988, trouxe em seu Título II, os Direitos e Garantias Fundamentais que entre eles estão:

Direitos sociais: o Estado Social de Direito deve garantir as liberdades positivas aos indivíduos. Esses direitos são referentes à educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Sua finalidade é a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, concretizando assim, a igualdade social. Estão elencados a partir do artigo 6º;

Vale ressaltar, que durante a construção da barragem muitas promessas foram feitas, entre elas estavam à valorização das terras. Como a instalação iria trazer em si o fornecimento de água, irrigação e um polo pesqueiro começou-se a divulgação do emprego e renda. Assim aquelas terras iriam ser muito disputadas e visadas por pessoas físicas e jurídicas.

(...) O progresso era apregoado sob o slogan de mais felicidade para um numero *maior* de pessoas. Mas talvez o progresso, marca registrada da era moderna, tivesse a ver, em ultima instância, com a necessidade *menos* (e cada vez menos) pessoas para manter o movimento, acelerar e atingir o topo, o que antes exigiria uma massa bem maior, para negociar, invadir e conquistar. (BAUMAN 2010, p. 24)

Neste sentido, Acauã era a concretização efetiva do progresso, mas o que de fato aconteceu na prática, segundo Oliveira e Silva:

O planejamento, e a execução da obra, não levou em consideração as diversas dimensões da vida da população existente na área diretamente atingida pela represa. No início dos processos podem ser citados diversos elementos sobre as violações aos atingidos: não houve consulta à população para verificar seus sentimentos com relação ao empreendimento; também não se deu o envolvimento dos interessados quanto ao encaminhamento das possíveis medidas mitigadoras; os atingidos sequer foram comunicados da existência da audiência pública – realizada em Campina Grande, fora da área da represa – na qual foi autoritariamente cerceada a participação do curador do meio ambiente de Campina Grande; posteriormente, pressões do Executivo Estadual acarretariam o impedimento daquele membro do Ministério Público continuar tratando do caso; a documentação referente à obra não foi tornada disponível para a população (o acesso ao EIA/RIMA só se deu quando o curador do meio ambiente disponibilizou a documentação ao fazer prevalecer, formalmente, suas prerrogativas legais)

De acordo com o conselho de defesa dos direitos da pessoa humana, alguns pontos auxiliam no entendimento da violação de direitos sociais, entre eles a aqueles que destacam a ausência de informação qualificada que é fundamental para a garantia do direito à participação democrática, o que inclui a omissão ou recusa de fornecer aos

interessados informações relevantes, como por exemplo, o resultado dos dados cadastrais, ou até mesmo, a lista de famílias e/ou propriedades consideradas pela empresa como atingidas. O uso de uma linguagem acessível ao público e acima de tudo o zelo pelo caráter verdadeiro dessas informações.

Além disto, o conselho apresenta a definição restritiva do conceito de *atingido*, que acaba por limitar os prejuízos e os prejudicados pela operação da barragem, omitindo assim uma série de direitos às famílias e aos grupos sociais, a par disto está a precariedade dos estudos ambientais, além da falta de oportunidade efetiva de participação, ou ausência de audiências públicas ou realizações de audiências e outros fóruns e eventos cujos formatos favorecem a participação popular. Diante disto, as discussões desenvolvidas na Comissão ao final da etapa de estudos de caso, segundo o conselho, 16 direitos parecem ser sistematicamente violados:

- *O direito á informação e á participação;*
- *2. Direito á liberdade de reunião, associação e expressão;*
- *3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida*
- *4. Direito a moradia adequada*
- *Direito a Educação*
- *5. Direito a um ambiente saudável a saúde;*
- *6. Direito a melhoria contínua das condições de vida;*
- *8. Direito a plena reparação das perdas;*
- *9. Direito á justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;*
- *10. Direito de ir e vir*
- *11 Direito a prática e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, matérias e imateriais;*
- *12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;*
- *13. Direito de grupos vulneráveis a proteção especial;*
- *14. Direito de acesso a justiça e a razoável ação do processo judicial;*
- *15. Direito a reparação por perdas passadas;*
- *16. Direito a proteção a família e a laços de solidariedade social ou comunitária.*

Todos estes direitos viraram pautas em audiências públicas e nos atos públicos do MAB que articula cada exigência ao contexto político atual do país, produz cartazes, faixas e camisetas com frases de ordem.

Identificamos na Constituição o Estado como um provedor que deve garantir aos cidadãos o acesso a seus direitos, mas o que vimos no episódio estudado que este mesmo Estado criou áreas da vida social dos sujeitos envolvidos, densamente afetadas e comprometidas, colocando os pedrovelhences em uma situação de vulnerabilidade social. Isso é uma realidade das construções de barragens no Brasil, que de forma recorrente acabam acentuando graves desigualdades sociais, condenando os já condenados sociais e produzindo o que Bauman (2005) chamou de *refugo humano*.

3.3 A PRODUÇÃO DO MODERNO E OS REFUGOS HUMANOS

BAUMAN (2005,p. 9) problematiza que a sociedade segue uma "moda" que compreende na prática de substituir coisas menos adoráveis por outras mais bonitas, a cultura do belo também produziu o lixo, a alegria que se sente quando as coisas são jogadas fora num monte de lixo. As coisas são descartadas por sua feúra, ou são feias por terem sido destinadas ao lixo.

Vemos a reprodução dessa cultura do belo. O manancial de Acauã, constitui uma bela imagem, e até foi usada de forma propagandística pelo governo do Estado da Paraíba que a construiu:



Fonte: Portal do Curimataú: A notícia em tempo real. Disponível em <<http://www.portaldocurimatau.com.br/destaque/54266/agua-de-boqueirao-vai-comecar-abastecer-acude-acaua-em-ate-15-dias>> Acessado no dia 23 de Junho de 2018 às 10:45

Águas que refletem a luz do sol, aparentemente águas limpas e boas. No entanto, poucos estão cientes dos impactos humanos drásticos que houveram para que toda aquela água ali estivesse. Debaxo do profundo e magnifico tapete de água esqueletos humanos se escondem.

Acauã é bela aos olhos dos turistas, aos olhos dos que não conhecem o porque de sua construção e especialmente o que ela acarretou. Mesmo tendo consciência dos desdobramentos, porque foi uma construção planejada, na intenção da classe dominante, seria mais interessante sua construção do que a permanência da comunidade.

Um dos pontos mais contraditórios da história é que no caso de Acaua e em outros casos de construção de hidrelétricas, barragens e represas, vemos como os recursos "modernos" chegam nos lugares que estão prestes a ser inundados pelas águas causando de certa forma determinado espanto e contrastando com a realidade das pessoas que ali vivem. No caso de Pedro Velho I, relataram a chegada de um helicóptero, que sobrevoava aquela localidade e teria parado ali. Os motivos e a função deste helicóptero nossas fontes não nos permitirão descobrir. Para Bauman (2001):

(...) o progresso tecnológico oferece(...) novos meios de sobrevivência em habitats antes considerados inadequados para o povoamento, ele também corrói a capacidade de muitos habitats de sustentar as populações que antes acomodavam e alimentavam Enquanto isso, o progresso econômico faz com que modos de

existência efetivos se torne inviáveis e implacáveis, aumentando desse modo o tamanho das terras desertas que jazem ociosas e abandonadas.

O que é conflitante é como tanto cientificismo e modernidade construiu algo tão horrendo e perverso, servindo ao grande capital, as grandes obras sem dar assistências as famílias desabrigadas, hoje atingidas não só pela barragem, mas por uma cultura excludente, vertical e autoritária. Segundo Bauman (2001)

A produção de "refugo humano", ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os "excessivos" e "redundantes", ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), e um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. E um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população como "deslocadas", "inaptas" ou indesejáveis") e do progresso econômico (..)

Bauman considera que os refugos humanos são companheiros inevitáveis da modernização, pois estes são consequência desse processo. Para ele “a globalização se tornou a terceira - e atualmente a mais prolífica e menos controlada - "linha de produção" de refugo humano ou de pessoas refugadas.” (BAUMAN, 2001 p. 13) Sobre a obra de Acauã a tecnologia e o uso de aparelhos modernos em sua construção são aspectos notáveis, como também o discurso da melhoria, de acordo com Oliveira e Silva, há nesta construção um elemento peculiar:

Tratando-se de uma obra prioritariamente destinada para abastecimento e uso humano de toda a região, Acauã ficou reconhecida oficialmente como um dos casos mais graves e dramáticos de violações de direitos humanos no contexto das Barragens do Brasil, documentado e investigado por parte de uma Comissão Especial de “Atingidos por Barragens” vinculada ao antigo CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), atualmente CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos), órgão oficial do Governo Brasileiro em matéria de direitos humanos (CDDPH, 2010). Ressalte-se que dos sete casos analisados e investigados pelo CDDPH e condensados num amplo relatório que se tornou referência no tema, a única barragem que não foi construída para a geração de energia elétrica foi exatamente a Barragem de Acauã, ou seja, a justificativa para sua implantação esteve ligada ao processo de abastecimento dos municípios da região, fato que tornou e torna ainda mais complexa a relação entre o fenômeno de apropriação e barramento das águas, os atores sociais envolvidos e as estratégias de resistência para buscar reparações que tem como objeto a questão de terra e água

Sabemos que todos moradores de Acauã tiveram perdas significativas, e as dificuldades de conseguir o cumprimento das promessas do governo eram evidentes,

principalmente no calor da hora. Dentre os atingidos que nunca foram a favor da barragem, estes apontam que a construção do reservatório viria acompanhada de vexames e transtornos como a relocação para outro lugar, interrupção das atividades corriqueiras, descrédito nas ações governamentais¹⁵ no decorrer das entrevistas estes ainda citaram a seguinte frase *“Ta aí ó! Eu num disse que ia ser assim”*.

3.4 CONTEXTO HISTÓRICO E OS EMBATES DISCURSIVOS ENTRE A POLÍTICA LOCAL DOMINANTE E O MAB

Os movimentos sociais na história do Brasil se deram em meio a grandes embates. Damos ênfase aos surgidos em meio aos governos autoritários na ditadura militar, estes possuíam um ideal voltado para a ideia de redemocratização. De início as grandes revoltas estavam calcadas na exigência da redemocratização e quando esta redemocratização vai sendo conquistada, os governos eleitos não tem em sua ideologia a classe trabalhadora, ou seja, ainda são governos que não enxergam a minoria o que provoca a contínua existência de movimentos que a todo tempo surgem no solo “fértil” da negligencia e descomprometimento governamental com as classes subalternas. Então podemos dizer que o movimento social tem como uma de suas características o surgimento em condições adversas, pois nos períodos mais críticos da história do Brasil é que surgiram as grandes mobilizações¹⁶.

Acrescenta-se a isto, no âmbito social, o aparente desenvolvimento econômico que a ditadura trouxe consigo, tendo o apoio de instituições como a igreja católica e seu principal objetivo residindo na expulsão de qualquer ameaça "vermelha". Este período tem como característica uma forte repressão política, marcada por prisões, torturas e censuras. Neste cenário, aqueles que se organizarem para protestar acerca de algo que envolvesse o governo era considerado um comunista ou simpatizante, um foco de ameaça ao poder Estatal, sendo duramente reprimido. Assim, a sociedade civil passou por um momento de perseguição, exílio e morte de pessoas "suspeitas de oposição", como também (e talvez em menor escala) a morte de pessoas vinculadas a ditadura por sistemas oposicionistas. Mas nem isso fez calar o movimento social.

¹⁵ GOVERNO DA PARAÍBA – SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000

¹⁶ Para saber mais: disponível em: <http://www.educacao.cc/cidada/a-historia-dos-movimentos-sociais-no-brasil/> Acessado em 09/04/2015

Neste período, o discurso do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, tinha como lógica a “teoria do ‘crescimento do bolo’, isto é, a tese de que era necessário assegurar o aumento da riqueza nacional antes de repartir os benefícios do desenvolvimento.” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007 apud PEREIRA, 2008. p. 110).

Vale registrar que mesmo com a estrutura autoritária do governo, os movimentos sociais não se calaram ou desapareceram, estes se articulavam as escondidas de forma "clandestina". Foram 21 anos de ditadura militar (1964-1985). Um período que envolveu restrições, dentre elas o direito ao voto, ou seja, era um princípio governamental que diluía a democracia e a participação popular reprimindo com violência qualquer espécie de ameaça ao governo instituído. Assim como disse Emir Sader, por não admitirem a participação popular o governo criou em si seu próprio dispositivo de destruição. Um sistema governamental se desgasta quando menos admite a participação popular nas decisões públicas. Fazendo uma articulação com a política de 19 anos depois (1985-2004), aquela da sociedade que os atingidos por barragem vivenciavam, cuja política é maquilada de uma vertente democrática e provedora do bem estar social, podemos perceber que a participação popular sempre foi um aspecto problemático para o sistema governamental implantado no país. Quase 20 anos depois, com a dita “redemocratização” ainda não ultrapassamos a barreira da ausência de participação popular na tomada de decisões, as políticas especificamente aquelas que não beneficiam a população, são realizadas de forma unilateral, são feitas em benefício de uma minoria. Por isso o diálogo do MAB com as estruturas de poder a nível local, estadual e nacional é tão escasso e frágil.

As obras, assim como Acauã, quando são realizadas são geralmente acompanhadas de um discurso sedutor, como diz um morador de Pedro Velho “ *de arrepiar*” um tom fraternal, persuasivo rege a forma como se discursa em tempos de eleição, ainda temos a imagem do bom político que muitas vezes é emitida e reproduzida através de mídias, que também possuem seus interesses e suas bandeiras. Nos discursos de palanque o governo adota a população como filha, construindo identidades para si e para o povo que só existem no plano imaginário.

Quando o assunto é atingidos por barragem, não podemos esquecer que no Brasil a construção de Usinas hidrelétricas (UHE) datam o fim do século XIX e também são grandes responsáveis por imensas demandas sociais de pessoas atingidas. O

questionamento e ações de resistência frente á construção destes empreendimentos se deram, a partir dos anos 70. De acordo com Atamis Antônio Foscheira a igreja Católica progressista, influenciada pela Teologia da Libertação, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e suas Pastorais, foi a principal formadora de liderança de atingidos por barragem. Em outros locais, como em Rondônia, notamos a participação de grupos luteranos. Temos a participação de pessoas vinculadas a Universidade que se identificam com os movimentos sociais. Neste contexto, alguns signos e linguagens como "caminhada do povo oprimido e libertação", o símbolo da cruz, cantos e rituais como missas e outros marcaram as (iniciais) ações dos atingidos.

A organização por parte da igreja católica teria sido algo primitivo na história do MAB. Em seguida, mais precisamente a partir da década de 1980, o sindicalismo combativo, que seguia bem os princípios da igreja. Este passou a ter importância significativa na organização dos atingidos. Percebemos a partir daí uma união dos trabalhadores rurais com os urbanos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Neste período ditatorial, o governo acreditava que através do desenvolvimento econômico poderia construir um Brasil mais forte e resistente no tocante a ameaça comunista, colocando em prática, para isto, um projeto desenvolvimentista. Este projeto teve como efeito resultados muito contraditórios, pois as indústrias e o crescimento econômico não favoreceu a maioria da população, em particular os trabalhadores. Isto provoca a eclosão de insatisfações populares. Na história do Brasil, antes mesmo do momento que precede o golpe militar assistimos que os movimentos sociais sempre foram marcantes em nossa história. Verificamos que o fator econômico é uma das principais pautas dos movimentos, em especial o que antecede a própria ditadura um momento que a economia se fragiliza se deteriora fazendo eclodir organizações sociais que exigem reformas de distribuição de rendas e igualdade de direitos. São conflitos de natureza classista. Não iremos entrar nos detalhes dos precedentes e de toda instabilidade política que ocasionou o golpe militar, uma vez que nosso objetivo reside em observar os movimentos sociais surgidos neste período e fazer um traçado histórico até o surgimento dos atingidos por barragem em 2004.

No governo do Marechal Artur Costa e Silva (1967 a 1969), foi verificado uma reorganização política dos setores oposicionistas, greves e a eclosão de movimentos

sociais de protestos. Neste período também temos os grupos de esquerda que organizaram guerrilhas urbanas passaram a enfrentar a ditadura empunhando armas e realizando atos de resistência. O governo encontra uma resposta na radicalização das medidas repressivas . Encontramos disseminado em uma história relativamente recente ao surgimento do MAB, e verificamos o quanto o governo teme os movimentos sociais, é como se este abalasse ou ameaçasse suas estruturas de poder.

Isto nos fez lembrar Sader que trás exatamente a ideia que a formação de novos movimentos sociais e uma nova civil, com pessoas atuando de forma diferente de outrora, uma lógica política diferente dos partidos de esquerda tradicionais. Alguns historiadores defendem que os movimentos sociais ocorridos dos anos 70 até o começo dos anos 80 não tinham em seu bojo a realização de uma revolução ou utopia. Sader ainda acredita que os indivíduos oriundos de partidos ou grupos clandestinos revolucionários teriam aderido a outros grupos e continuarem militando.

Isto repercute no fato que, partir dos anos 90, assistimos uma nova estrutura social e política que contribui no desencadeamento dos movimentos sociais, trata-se que no pós 90 (período em que surge o movimento dos atingidos por barragem), as lutas estavam correlacionadas ao auge do Neoliberalismo.

3.5 RELATOS DOS MILITANTES E A RELAÇÃO COM A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

- **1500- 1960**

Podemos afirmar que o MAB, realiza uma luta que correlaciona-se com a questão agrária no Brasil, pois a terra enquanto bem e principal instrumento para a sobrevivência é uma pauta importante nas vozes dos integrantes do movimento. Aline Araújo da Silva no documentário produzido pelo MPF, se identifica: “Nós éramos camponeses trabalhávamos com a terra, trabalhávamos, criamos e hoje não temos nem onde plantar.”

Entendemos que para estas famílias desapropriadas a terra tem um grande valor. Para eles a terra é referida como um elemento que os condiciona a comandar sua própria vida, ou seja, a terra simboliza a realização de um sonho que lhes dar autonomia. Como ilustração, cito que de acordo com o narrador Iranildo, a grande maioria das casas que

foram submersas haviam feitas com tijolos feitos na própria comunidade, de forma artesanal com a terra, além de tijolos muitos outros materiais eram feitos. Uma vez obtida a terra isso iria alicerçar as condições para uma nova vida.

Historicamente vemos que essa importância dada ao solo, não é recente. A questão da terra rege lutas pelo Brasil afora. Como por exemplo, dos dilemas vividos, temos a existência da via camponesa (organização mundial de camponeses), a luta é entorno do avanço na garantia dos direitos, na desconcentração da terra, na distribuição das riquezas. *Egon Heck é do secretariado nacional do Conselho Indigenista Missionário – CIMI*, pontua que são *sonhos*, bandeiras e utopias mobilizando a esperança de mudanças profundas, urgentes e necessárias.

A valorização do solo perpassa pela época colonial, onde muitos imigrantes europeus vieram para o Brasil com promessas de adquirirem terras e boas terras. Desde 1500 que a terra é o principal bem controlado pela Coroa Portuguesa. Ter um solo fértil para se fixar e até mesmo para cuidar dele, perpassava pelo acordo com a conveniência e o interesse da Coroa, os espaços eram cedidos para facilitar o controle do território, além de um meio para favorecer a produção de produtos. Daí surgem as plantations, que eram grandes pedaços de terra mantidas pela mão de obra escrava.

Em 1850, a lei das terras foi criada com o intuito de favorecer aos fazendeiros produtores de café. A lei impedia que imigrantes e estrangeiros pudessem adquiri-las. Desta situação já vemos a desigualdade na aquisição das terras é uma questão histórica. Voltando ao contexto as terras devolutas, ou seja as que não estavam em uso iriam ser propriedade do Estado, podendo ser negociadas através de leilões. Nestes leilões todos os recursos iriam para custear a vinda de novos imigrantes europeus e asiáticos para trabalhar no Brasil. Quando esses imigrantes chegavam aqui, em busca de um melhoramento, acabavam por engrossar a fila do sub emprego. Neste contexto a terra, deixou de ser utilizada para cultivo e passou a ser moeda de troca, também floresceu a questão da propriedade particular.

Também tivemos as sesmarias, que se trata a grosso modo, de um sistema de distribuição de grandes extensões de terra, destinadas apenas a pessoas que tivessem grandes somas de riquezas e que fossem capazes de investir na produção. Desta forma vemos que a distribuição da terra no Brasil se deu de modo a excluir negros, pobres, indígenas, imigrantes, privilegiando os grandes latifundiários. Obedecendo a cultura de

produzir um produto em larga escala como, por exemplo: A cana de açúcar, o ouro, o café, tais modos de produção embasados sempre na lógica da existência de grandes proprietários se desvalendo da mão de obra escrava.

Por isso, desvendar as questões que envolvem o setor agrário no Brasil é entender muito das tramas políticas e econômicas que ocorreram em nosso território e compreendemos como herdamos isso em nossa contemporaneidade. A causa agrária é tão forte no nosso país que virou até bandeira de partido. O debate foi bastante intenso na década de 1960 que chamou atenção do mundo acadêmico e começou a ser notado nas rodas políticas dos programas partidários. Esse tema continua a ser polêmico, pois define as estratégias de mudanças socioeconômicas do país. Nessa época haviam dois grupos os que defendiam que no Brasil havia existido feudalismo e os que diziam que no Brasil nunca havia existido feudalismo, de que o capitalismo estava se desenvolvendo no campo, que era predominante e , também que as relações sociais de produção existentes não eram um entrave ao desenvolvimento capitalista, mas caracterizavam-se pelo um certo tipo de capitalismo (STEDILE, 2013. p, 7).

Vale mencionar que o debate em torno dessa questão também esteve dependente do contexto político que o país estava atravessando. STEDILE (2013. p, 8) comenta:

Veio a ditadura militar (1964-1985) e de certa forma esse debate foi mutilado, proibido, mas a realidade agrária continuou desenvolvendo-se. A ditadura militar foi derrotada. Veio o período de abertura política. Ressurgiram os movimentos sociais no campo, de luta pela reforma agrária. E o debate se reacendeu a partir dos anos 1980. Reacendeu nas universidades, nos partidos políticos, nos movimentos sociais e nas organizações não governamentais, como ficaram conhecidas as entidades que assessoravam ou atuavam no campo, como apoio aos movimentos de trabalhadores. Reacendeu- -se também na Igreja.

Depois desse período o debate se reacende, mas não em torno de definir se o capitalismo predomina ou não nessas relações de produção, mas debate-se qual a natureza da reforma agrária se ela é socialista ou capitalista. Ela seria desenvolvimentista ou revolucionária? (STEDILE, p. 12)

Para Oliveira (2013,p. 12) O sistema capitalista e seu desenvolvimento desigual repercute no campo:

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isso significa dizer que, para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios.

Durante o século XX, a terra continua sendo um bem que representa poder. Apesar dos avanços que tivemos especialmente durante a década de 1950 (quando foram criadas as ligas camponesas – uma organização de trabalhadores rurais em busca da reforma agrária) e com a legislação de 1988. Concordamos com Haesbaert (2004):

Podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (p. 1)

A partir desse contexto desigual que afere as relações humanas e econômicas no Brasil, assistimos o surgimento de movimentos sociais como os SEM TERRA que de acordo com o CMI (Conselho indigenista missionário):

Dentre as principais bandeiras de luta levantadas estão: terra/território, luta pela demarcação das terras indígenas, quilombolas e populações tradicionais, juntamente com acento na reforma agrária ampla e popular; luta pela soberania alimentar e alimentação saudável, sem agrotóxicos e sementes transgênicas; além disso, estarão em pauta questões mais conjunturais como a defasa da Previdência, do petróleo e contra a violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nossa pesquisa, foi possível contemplar cenários de transformação material e simbólica que nos fizeram refletir sobre possibilidades que o ser humano tem de criar e recriar modos de vida diante de situações limites. Percebemos e apresentamos estratégias de adaptação e luta que fazem os atingidos continuarem vivos mesmo diante de tamanha adversidade. A adaptação, a resistência, estão presentes na emblemática História de Pedro Velho, a reordenação da vida, a organização social e a inspiração pela luta, foram pontos que procuramos destacar.

Através das narrativas apresentadas encontramos acontecimentos que procuramos “salvar em meio as águas”, a partir da análise de fotografias, narrativas, registros da imprensa, falas oriundas de diversos atores vieram à tona nos mostrando conclusões e opiniões que no início da pesquisa jamais imaginávamos que iríamos ter. As perspectivas de escrita foram alteradas de forma que no começo da investigação traçamos um roteiro que foi quase plenamente modificado, não por exigência nossa, mas pela exigência dos fatos, das narrativas. Fomos sujeitos ativos até certo ponto, nos deixando conduzir pela voz dos atingidos, os protagonistas principais desta trama, procurando escrever conforme eles “escrevem”, tecendo assim uma história no porão.

Visitamos sujeitos populares para quem o problema da construção da barragem aprofundou questões de vulnerabilidade social já existentes, e se soma há outros múltiplos enfrentados pela sociedade brasileira. Pessoas do povo reunidas a quem se somam outros atores individuais como Ellen Layanna de Lima, ou até coletivos, como a igreja, o MST... A história do que aconteceu com Pedro Velho é reflexo de uma cultura política antidemocrática, corrupta, desrespeitosa, autoritária e vertical, que impacta e diariamente ceifa com vidas e sonhos. Neste sentido, entre a história da inundação da barragem que ouvi em minha adolescência para a história que encontrei há muitas disparidades. O que me faz comparar esta pesquisa com um palco com uma cortina fechada, onde se prepara uma apresentação de uma grande e complexa peça teatral. Diversos atores fazem parte da mesma, esta peça pode ser escrita e reescrita várias vezes, priorizando os mais diversos olhares. E nós, estamos na plateia com um cesto de pipoca, ansiosos. Mentalmente já criamos e recriamos através de algumas informações de terceiros o que vai se passar. Portanto, parece que apenas iremos ver na prática o que

já sabemos na teoria. E quando a cortina se abre, um universo de surpresas impacta nossos olhos e ouvidos. Apagamos tudo de forma a refazer o que já tivemos ouvido.

Por último gostaria de fazer uma comparação da história aqui contada, com a história literária, ocorrida no interior da Bahia especialmente no Vale de Javé. Acreditamos que o fechamento desta pesquisa, nos permite estabelecer tal comparação. Como não aproximarmos a história contada no filme *Narradores de Javé*, de Eliane Caffé (2004) com o caso ocorrido em Acauã? Sem pretender narrar todo o filme, gostaria de destacar a noção de progresso vindo com as águas e a impossibilidade da comunidade intervir na construção da barragem foi algo forte e eminente em ambas as situações (filme e vida real). A população analfabeta ou semianalfabeta¹⁷ não conseguiu intervir nem por meio do tombamento da cidade como patrimônio histórico nem por nenhuma ferramenta de organização coletiva, devido à dificuldade de colher um relato concreto que trouxesse a relevância histórica daquele espaço e acerca do patrimônio cultural que esboçasse a história daquela comunidade.

A narrativa tanto de Javé como de Pedro Velho contou e narrou o que também narramos: o drama vivenciado por uma comunidade e seus habitantes. Naquele lugar de Javé, um fato assolador e uma enorme desgraça veio abater a rotina daquele povo. Trata-se do fato que os engenheiros iriam construir uma hidrelétrica ali nos seus espaços de morada e devido a esta construção a cidade iria alagar e todos iriam perder suas terras de origem.

Assim como a complexa função de Antônio Biá em registrar fielmente a história de Javé, criando assim a possibilidade da comunidade não alagar uma vez reconhecida como patrimônio cultural da humanidade. Voltando para nosso trabalho, a nossa experiência de escrita também foi desafiadora, o que veio a fundo foram os acontecimentos que marcaram profundamente o morar e o viver nas terras de Pedro Velho. Corríamos um sério risco de afirmar em verso e prosa o que é dito pelas elites sobre Acauã. E nos recusamos a fazer isto, de tal forma, que fomos em busca dos atingidos, os que sentiram na pele a dureza dos acontecimentos.

Como foi mostrado através da pesquisa, no plano cultural, modificações importantes foram operadas. A localidade, mesmo remanejada para outro lugar, fez questão de manter seu nome Pedro Velho, como símbolo de persistência e da

¹⁷ Não consideramos a ausência de escolaridade de uma comunidade funcionar de forma a inibir a luta e a consciência de classe.

conservação de uma identidade, agora ameaçada. Embora todo um conjunto de informações escondessem os "prejuízos de Acauã", ao negligenciar os prejuízos humanos da construção, havia fora do escritório e da poeira de muitos jornais, uma história que procurava a visão e fala: A história dos Pedro velhences.

As narrativas que ouvimos, as experiências vividas foram contadas por pessoas que daqui a um tempo não estarão mais presentes. Deixando a cargo dos diversos registros a recontagem de suas histórias, pois os narradores são patrimônios vivos. Como fruto de um pensamento reducionista sobre movimentos sociais, especialmente pelo MAB está inserido em pautas que apoiam uma virtualidade político-transformadora, este movimento é alvo de análises controvertidas e diante daquilo que foi pesquisado assimilamos parte do perfil deste movimento, o que contribui para o entendimento de suas ações, seu surgimento.

Na nossa pesquisa não temos uma conclusão, entendo esta como um “fechamento” e reitero que nas ciências humanas é difícil alcançar uma ideia concluinte, tendo em vista que podemos chegar sim a resultados, a olhares sintéticos daquilo que conseguimos enxergar durante a pesquisa, mas jamais chegaremos a um ponto fixo e imutável, posto que a história é viva e pulsante.

No ponto de chegada, temos resultados, que condizem com a confirmação das violações de direitos sociais de pessoas de todas as faixas etárias, percebemos que mesmo diante da tragédia, há a manutenção de uma identidade Pedro velhence que embasa, assim como outros aspectos, a luta e a resistência.

Apesar dos desafios as relações sociais mantidas na comunidade primeira ainda se mantêm, apesar de muitas terem se perdido. No quesito da situação econômica e social foi confirmado o descaso com a comunidade que se perpetua desde a construção de barragem, motivo que causa revolta dos moradores, além da indignação tendo em vista a frustração do projeto “Acauã” naquilo que tange as promessas dos benefícios.

Por fim, vemos que no presente e no passado o MAB assume a expressão de uma memória de resistência coletiva, tirando invisíveis da invisibilidade, transformando os anônimos, os esquecidos, os sem valor e os refugados em sujeitos atuantes que lutam dentro de uma política de planejamento urbano vertical e excludente. Através das denúncias e da explicitação dos danos sofridos pela população que deixaram várias

sequelas em corpos e almas, os moradores encontram no movimento um campo de força tanto para lutar, como para sobreviver aos danos causados pela conjuntura aqui estudada.

“Seu moço eu entendo o progresso

é verdade e não quero

e nem sei discutir...

só sei que a água afinal

já cobriu por total

o lugar onde nasci

se falo é questão de sentimento

com todo sofrimento

eu cresci foi por lá,

como um brinquedo

que a criança quebra e chora

eu vou embora

com vontade de ficar

Como esquecer as tardinhas? A igreja onde tanto rezei lá?

A rua velha? a casimba? as menininhas? o rio lindo e as noites de luar?

*As palestras nas calçadas? A meninada pela rua a brincar? E as festinhas para são
Pedro padroeiro? Quando me lembro da vontade chorar!*

vai vai carrega acauã

parte do meu coração

a escolinha a professora o B A Bá

a água leva,

mas saudade vai ficar ”

(Bartolomeu Firmino- ex morador de Pedro Velho)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Movimentos em cena... as teorias por onde andam?** In: SCHERER-WARREN, Ilse, et al. *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa: Socius/Florianópolis: Ed. UFSC, 2000. p. 23-51.

ABREU, Regina. **Memória, história e coleção**. In, Anais do MHN/RJ. Vol 28, 1996

Águas para a vida e não para morte. Ministério Público Federal – MPF . Procuradoria Regional dos direitos do cidadão. Assessoria de divulgação. Produção e realização: Assessoria de comunicação do MPF - PB

ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. FAPERJ. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5

BARBOSA. Roldão Ribeiro. **O uso oral na pesquisa em Educação no Brasil**. Universidade Federal do Piauí – UFPI.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 258p.G

BENJAMIN, W. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A., 1994c. p.197-221.

BOSI, Ecléa. (2003). **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p. 16 x 23 cm.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”**. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp13/Geousp>.

CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres, resistência e criação:** personagens no encontro da arte com a vida Monique Borba Cerqueira. – São Paulo: Cortez, 2010.

CERTEAU, M. de (2009). **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de Fazer. Petrópolis/RJ, Vozes. ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. (2000). **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar. GALEANO, E. (2005).

CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – Disponível em <<https://cimi.org.br/2016/02/38166/>> Acessado em 02/08/2018

COHEN, A. P. **A SIMBÓLICA CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE.** London: Routledge, 2007

COMUNIDADE PEDRO VELHO, QUE DESAPARECEU EM 2004, RESSURGE COM SECA. Andréia Xavier. 2015. Disponível em <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/comunidade-pedro-velho-que-desapareceu-em-2004-ressurge-com-seca.htm>

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal:** Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e Patrimônio.

HAESBAERT, R. (2004). **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf. Acesso em: 22 ago 2012.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas - SP: Unicamp, 1990. (coleção repertórios)disponívelem:<http://xa.yimg.com/kq/groups/19906282/820661633/name/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf f> Acesso em 11 mar. 2017.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.** 2a edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997

MALFATTI, Selvino Antonio. **Os Movimentos Sociais em Alain Touraine.** Instituto de Filosofia Luso-Brasileira – Lisboa - Portugal)

MAUAD, Ana Maria. **O olho da historia:** fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lucia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia

Maria Bessone (org.s) **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

MENEGAT, Saete Alzira. **AGROVILAS RURAIS: A NEGOCIAÇÃO DO ESPAÇO E A GESTAÇÃO DA RECUSA.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 1-10p. 2005

Metodologia para diagnóstico social, econômico e cultural dos atingidos por barragens / coordenação: Eduardo Luiz Zen. – Brasília: IPEA 2014.

Narradores de Javé, (Brasil): 2003, Estúdio: Bananeira Filmes / Gullane Filmes / Laterit Productions, Distribuição: Riofilme, Direção: Eliane Caffé, Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé, Produção: Vânia Catani, Música: DJ Dolores e Orquestra Santa Massa, Fotografia: Hugo Kovensky, Direção de Arte: Carla Caffé, Edição: Daniel Rezende

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993

PESAVENTO, SANDRA Jatahy- **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre; EDUFURGD, 2002. Cap 1 – p. 7-25

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998

SADER. Emir. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 4 edição 2001.

SADER. Emir. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 4 edição 2001.

SANTOS. Márcia Pereira dos. **História e Memória:** Desafios de uma relação teórica. OPSIS, Vol 7, n9, jul-dez2007.

SHARPE, Jim. **A História Vista de Baixo.** In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Osvaldo Bernardo da Silva. **Barragem de Acauã**: Entre as promessas de desenvolvimento e a desventura. Campina Grande: UVA, 2010 (monografia de licenciatura em História)

SOUSA, Marcelo José Lopes de. **O território**: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R.L. (orgs). Geografia: Conceitos e temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990-1 ed- São Paulo. Expressão Popular. 2013. 388p. v.6

TEODOSIO, Taiana Santos Jung, SILVA, Rui Marcos Teodosio da. **A produção do espaço**: relação urbano/cidade e campo/rural: uma perspectiva conceitual e seu desdobramento no Brasil atualmente. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, maio-2005.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002^a

TOURAINE. Alain. **Palavra e Sangue**: Política e Sociedade na América Latina. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

VAINER, C. B. **O conceito de Atingido**: Uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: . Acesso em: 02 maio 2014.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000. 78 p

Fontes consultadas:

- Revista Paraíba da gente. Edição 2010
- Site de notícias do MAB. (www.mabnacional.org.br/noticia/na-para-ba-atingidos-reivindicam-abastecimento-gua)
- Site de notícias: Aroeiras online notícias - Reportagem: Barragem de Acauã um dilema constante
- AESA (<http://www.aesa.pb.gov.br/index.php>)
- Blog do Centro Dos Estudantes de Santos e Região no ano de 2009.

- Revista Estudos Filosóficos nº 6 /2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967
<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos> DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG Pág. 217-228

Arquivos e bibliotecas

- Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
- Biblioteca Pública Municipal de Aroeiras.

Acervos Particulares

- Acervo pessoal de Osvaldo Bernardo
- Acervo do Movimento dos atingidos por barragem em Pedro Velho
- Acervo pessoal de Aldileide Gabriel do Nascimento